

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	15
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	26
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	27
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
Notas Explicativas	44
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	158

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	161
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	165
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	166

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	212.841.732
Preferenciais	186.202.385
Total	399.044.117
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/03/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2010	Ordinária		0,00096
Reunião do Conselho de Administração	22/03/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2010	Preferencial		0,00105
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2010	Ordinária		0,00096
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2010	Preferencial		0,00105
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2010	Dividendo	25/08/2010	Ordinária		0,00120
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2010	Dividendo	25/08/2010	Preferencial		0,00132
Reunião do Conselho de Administração	22/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2011	Ordinária		0,00127
Reunião do Conselho de Administração	22/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2011	Preferencial		0,00140
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2011	Ordinária		0,00103
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2011	Preferencial		0,00113
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Dividendo	25/02/2011	Ordinária		0,00306
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Dividendo	25/02/2011	Preferencial		0,00337

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	396.371.859	352.303.783	206.410.718
1.01	Ativo Circulante	195.243.147	175.814.921	101.355.765
1.01.01	Disponibilidades	4.375.077	5.597.548	2.449.760
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.655.506	39.072.317	29.452.723
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	13.229.837	21.334.716	18.108.018
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.147.122	16.350.173	3.024.246
1.01.02.03	Aplicações em Moeda Estrangeira	4.278.547	1.387.428	8.320.459
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	26.158.635	30.522.711	17.041.998
1.01.03.01	Carteira Própria	13.563.844	22.008.486	6.378.524
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	9.642.805	3.103.284	1.847.562
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.808.719	2.479.049	4.833.537
1.01.03.04	Tít. Obj. de Oper. Comprom. Livre Mov.	0	0	43.944
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	777.707	2.512.805	2.522.764
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	365.560	419.087	1.415.667
1.01.04	Relações Interfinanceiras	38.998.435	8.648.010	2.641.314
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.395	15.529	2.758
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	38.966.991	8.538.602	2.540.289
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	2.059	5.942	95.500
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	0	66.464	0
1.01.04.05	Correspondentes	20.990	21.473	2.767
1.01.05	Relações Interdependências	1.751	2.135	3.870
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.751	2.135	3
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	0	3.867
1.01.06	Operações de Crédito	56.639.642	46.708.229	27.187.614
1.01.06.01	Setor Público	73.472	70.578	44.678
1.01.06.02	Setor Privado	57.880.579	47.982.332	27.337.675
1.01.06.03	(Prov. p/Crédito Liquidação Duvidosa)	-1.314.409	-1.344.681	-194.739
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	159.530	199.250	215.108

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.01.07.01	Setor Privado	175.067	210.881	220.940
1.01.07.02	(Prov. p/ Créd. Arrend. Merc. Liq. Duvidosa)	-15.537	-11.631	-5.832
1.01.08	Outros Créditos	36.905.962	44.699.780	22.258.872
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.264	2.030	1.495
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	20.055.172	30.292.620	14.744.632
1.01.08.03	Rendas a Receber	832.179	501.342	514.451
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	645.952	104.047	1.351.645
1.01.08.05	Créditos Tributários	4.925.931	5.084.675	2.295.074
1.01.08.06	Diversos	10.558.752	8.823.559	3.373.721
1.01.08.07	(Prov. p/ Créd. Liq. Duvidosa)	-113.288	-108.493	-22.146
1.01.09	Outros Valores e Bens	348.609	364.941	104.506
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	108.495	216.916	189.148
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-98.811	-122.614	-148.192
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	338.925	270.639	63.550
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	155.227.016	130.097.923	59.857.273
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.703.277	6.710.196	1.683.124
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.373.447	6.365.510	1.217.683
1.02.01.02	Aplicações em Moeda Estrangeira	330.030	344.886	465.641
1.02.01.03	(Provisões para Perdas)	-200	-200	-200
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	70.025.053	56.900.061	13.268.073
1.02.02.01	Carteira Própria	7.195.826	18.461.801	1.042.582
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	48.079.904	17.344.683	2.291.674
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.208.409	2.721.838	2.635.150
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	6.481.649	15.481.638	3.595.489
1.02.02.05	Moedas de Privatização	1.943	1.550	1.395
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	5.057.322	2.888.551	3.701.783
1.02.03	Relações Interfinanceiras	185.069	239.918	68.492
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	185.069	175.029	68.492

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	0	64.889	0
1.02.05	Operações de Crédito	60.650.568	50.889.036	20.238.048
1.02.05.01	Setor Público	144.225	174.606	148.163
1.02.05.02	Setor Privado	66.443.788	57.284.691	22.412.077
1.02.05.03	(Prov. p/ Crédito Liquidação Duvidosa)	-5.937.445	-6.570.261	-2.322.192
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	173.546	399.919	627.911
1.02.06.01	Setor Privado	206.465	431.908	631.539
1.02.06.02	(Prov. p/ Cred. de Arr. Merc. Liq. Duv.)	-32.919	-31.989	-3.628
1.02.07	Outros Créditos	14.461.069	14.874.566	23.867.217
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	8.854	16.874	9.812
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	134.569	895.101	16.083.523
1.02.07.03	Rendas a Receber	56.785	46.749	36.876
1.02.07.04	Créditos Tributários	6.404.427	6.130.518	3.166.978
1.02.07.05	Diversos	8.083.732	8.012.024	4.657.975
1.02.07.06	(Prov. p/ Outros Cred, de /Liq. Duv.)	-227.298	-226.700	-87.947
1.02.08	Outros Valores e Bens	28.434	84.227	104.408
1.02.08.01	Investimentos Temporários	8.061	8.061	9.687
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.765	-1.765	-647
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	22.138	77.931	95.368
1.03	Ativo Permanente	45.901.696	46.390.939	45.197.680
1.03.01	Investimentos	19.068.672	17.712.472	14.984.082
1.03.01.02	Participações em Controladas	19.022.918	17.683.494	15.055.983
1.03.01.02.01	No País	18.931.334	17.587.736	14.940.503
1.03.01.02.02	No Exterior	91.584	95.758	115.480
1.03.01.04	Outros Investimentos	86.763	106.316	20.216
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-41.009	-77.338	-92.117
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.406.494	3.605.974	2.524.321
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.140.716	1.471.945	341.985

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	5.577.194	5.068.666	3.648.950
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-3.311.416	-2.934.637	-1.466.614
1.03.04	Intangível	22.426.530	25.072.493	27.689.277
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.810.539	26.619.000	26.333.931
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	5.562.684	4.383.216	3.513.677
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-9.946.693	-5.929.723	-2.158.331

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	396.371.859	352.303.783	206.410.718
2.01	Passivo Circulante	220.371.078	178.795.915	99.308.362
2.01.01	Depósitos	100.474.701	82.415.068	39.326.071
2.01.01.01	Depósitos à Vista	16.107.511	14.968.013	5.022.049
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	30.303.463	25.216.924	8.314.895
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	28.203.487	8.277.599	4.268.278
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	25.427.580	33.401.967	21.342.541
2.01.01.05	Outros Depósitos	432.660	550.565	378.308
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	52.982.982	29.368.895	16.290.597
2.01.02.01	Carteira Própria	42.331.029	14.973.688	2.071.114
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	4.064.067	9.633.621	13.084.478
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	6.587.886	4.761.586	1.135.005
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.612.856	8.243.008	4.359.926
2.01.03.01	Recursos de Letras Imob. Hip. Cred. Sim.	8.387.450	7.014.825	3.601.154
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	225.406	1.228.183	758.772
2.01.04	Relações Interfinanceiras	9.253	41.105	181
2.01.04.01	Recebimentos de Pagamentos a Liquidar	2.180	1.755	0
2.01.04.02	Correspondentes	7.073	39.350	181
2.01.05	Relações Interdependências	2.373.409	1.915.633	1.328.290
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.292.924	1.863.326	1.327.774
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	80.485	52.307	516
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	11.327.455	8.044.839	9.867.363
2.01.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	290.665	240.113	184.583
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	11.036.790	7.804.726	9.682.780
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	3.030.168	2.481.235	1.816.380
2.01.07.01	Tesouro Nacional	80.638	27.252	0
2.01.07.02	BNDES	928.818	705.108	880.030
2.01.07.03	CEF	10.335	1.879	6.108

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.07.04	FINAME	1.915.308	1.566.640	625.973
2.01.07.05	Outras Instituições	95.069	180.356	304.269
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	259.104	722.887	0
2.01.09	Outras Obrigações	41.301.150	45.563.245	26.319.554
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.228.835	1.724.817	5.815.703
2.01.09.02	Cobr. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	120.822	99.548	31.804
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	18.138.328	28.749.034	13.066.728
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	2.457.072	1.707.394	1.478.893
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	6.100.124	1.877.219	184.085
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	247.484	119.602	1.276.502
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	0	2.104	2.824
2.01.09.08	Diversas	13.008.485	11.283.527	4.463.015
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	110.945.646	108.834.866	58.214.456
2.02.01	Depósitos	52.044.649	64.509.271	19.113.026
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	8.634.770	25.824.884	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	43.409.879	38.684.387	19.113.026
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	15.131.866	5.552.576	2.065.829
2.02.02.01	Carteira Própria	15.131.866	5.552.576	2.065.829
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.607.937	1.564.799	857.584
2.02.03.01	Recursos Letra Imob Hip. e Cred Simil.	6.770.877	201.820	48.645
2.02.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	2.837.060	1.362.979	808.939
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	2.201.219	2.879.791	1.566.449
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	0	259.782	0
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	2.201.219	2.620.009	1.566.449
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	8.811.543	5.933.049	2.451.194
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.254	12.650	0
2.02.07.02	BNDES	5.301.000	3.192.981	1.500.617
2.02.07.03	CEF	1.528	2.765	7.704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.07.04	FINAME	3.459.206	2.718.029	939.954
2.02.07.05	Outras Instituições	48.555	6.624	2.919
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	812.754	1.141.202	0
2.02.09	Outras Obrigações	22.335.678	27.254.178	32.160.374
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.522.498	2.687.097	2.632.890
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	86.417	767.690	15.588.163
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	3.004.374	6.216.427	3.407.572
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	22	0	125
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	9.695.105	11.304.786	5.526.905
2.02.09.06	Diversas	6.027.262	6.278.178	5.004.719
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	178.150	145.556	94.015
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	178.150	145.556	94.015
2.05	Patrimônio Líquido	64.876.985	64.527.446	48.793.885
2.05.01	Capital Social Realizado	62.828.201	62.806.071	47.152.201
2.05.01.01	De Domiciliados no País	6.251.291	6.249.089	1.008.603
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	56.576.910	56.556.982	46.143.598
2.05.02	Reservas de Capital	529.136	726.566	922.130
2.05.04	Reservas de Lucro	1.236.150	919.467	693.275
2.05.04.01	Legal	962.310	769.476	679.416
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	273.840	149.991	13.859
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	273.840	149.991	13.859
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	283.498	75.342	26.279
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	283.498	75.342	26.279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	39.698.085	26.991.296	20.512.167
3.01.01	Operações de Crédito	24.037.790	17.209.215	12.456.167
3.01.02	Operações de Arrend. Mercantil	23.948	82.072	51.079
3.01.03	Resultado de Op. com Tít. e Valores Mobiliários	12.387.485	7.919.911	6.526.486
3.01.04	Res. com Instr. Finan. Derivativos	471.787	1.597.876	-67.657
3.01.05	Res. de Operações com Câmbio	1.012.116	-72.234	1.081.246
3.01.06	Res. das Aplic. Compulsórias	1.764.959	254.456	464.846
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-25.715.946	-17.073.513	-16.043.535
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-17.567.782	-11.948.168	-9.618.784
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-498.607	2.889.999	-3.621.777
3.02.03	Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa	-7.649.557	-8.015.344	-2.802.974
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	13.982.139	9.917.783	4.468.632
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-9.370.522	-11.223.706	-3.139.684
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	6.887.519	5.450.806	3.714.375
3.04.02	Despesas de Pessoal	-4.784.514	-3.868.995	-1.854.091
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-9.739.410	-8.843.249	-3.720.339
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.084.281	-1.808.005	-793.960
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.671.698	1.305.380	795.661
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.135.661	-5.619.918	-2.310.301
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.814.127	2.160.275	1.028.971
3.05	Resultado Operacional	4.611.617	-1.305.923	1.328.948
3.06	Resultado Não Operacional	400.899	3.786.049	-53.151
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	5.012.516	2.480.126	1.275.797
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-384.436	-1.223.827	-797.744
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-207.113	-691.679	-442.177
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-177.323	-532.148	-355.567
3.09	IR Diferido	301.784	1.274.990	1.514.762
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.073.181	-730.097	-451.911

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.10.01	Participações	-1.073.181	-730.097	-451.911
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	3.856.683	1.801.192	1.540.904
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,00966	0,00453	0,00485

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.478.397	-35.634.109	3.643.954
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.084.594	11.190.415	5.173.319
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.856.683	1.801.192	1.540.904
6.01.01.02	Provisão para Créd. de Liq. Duvidosa	7.649.557	8.015.344	2.802.974
6.01.01.03	Provisão para Passivos Contingentes	2.707.464	3.879.870	1.544.271
6.01.01.04	IR e CS Diferidos	-105.421	-1.351.030	-892.705
6.01.01.05	Res. de Part. em Coligadas e Controladas	-1.814.127	-2.160.275	-1.028.971
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	4.203.274	3.814.828	1.222.932
6.01.01.07	Const.(Rev) Prov p Perd em Out Val Bens	-23.620	-62.437	-8.416
6.01.01.08	Res. na Alienação de Valores e Bens	-176.005	24.407	-16.403
6.01.01.09	Res. na Avaliação do Valor Recuperável	-3.213	848.601	11.362
6.01.01.10	Resultado na Alienação de Investimentos	-177.804	-3.596.175	-3.199
6.01.01.11	Outros	-32.194	-23.910	570
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.562.991	-46.824.524	-1.529.365
6.01.02.01	Red(Aum) em Apl. Interf. de Liquidez	-3.362.532	-51.735	-4.505.079
6.01.02.02	Red(Aum) em Tít e Val Mob e Inst Fin Der	-8.039.564	-20.665.913	-3.613.462
6.01.02.03	Red(Aum) em Op de Créd e Op de Arred Mer	-27.096.677	-6.941.992	-13.432.015
6.01.02.04	Red(Aum) em Dep no Banco Central	-30.428.389	-1.376.036	3.450.516
6.01.02.05	Red(Aum) em Outros Créditos	8.227.841	17.996.623	-23.532.248
6.01.02.06	Red(Aum) em Outros Valores e Bens	-1.520	6.614	1.805
6.01.02.07	Var. Liq. em Out. Rel. Interf. e Interd.	559.122	378.505	768.716
6.01.02.08	Aum(Red) em Depósitos	5.595.011	-9.436.259	15.504.548
6.01.02.09	Aum(Red) em Cap. no Mercado Aberto	33.193.377	-3.936.748	-4.813.010
6.01.02.10	Aum(Red) em Rec. de Ac. e Emis. de Tít.	8.412.986	-214.019	3.301.108
6.01.02.11	Aum(Red) em Obrig. por Empr. e Repasses	5.239.241	-3.458.487	4.038.458
6.01.02.12	Aum(Red) em Outras Obrigações	-11.894.481	-19.129.879	21.286.175
6.01.02.13	Aum(Red) em Res. de Exerc. Futuros	32.594	4.802	15.123
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.288.255	16.633.152	-2.021.818

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.01	Aquisição de Investimento	-63.562	-193.467	-48.557
6.02.02	Aquisição de Imob de Uso	-1.318.357	-1.454.235	-1.959.840
6.02.03	Aplicações no Intangível	-1.051.152	-1.913.887	-586.833
6.02.04	Caixa Liq Rec na Alien/ Red de Invest	312.185	18.275.398	14.568
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	324.240	207.694	74.430
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	13.627	961.753	348.732
6.02.07	Div e JCP Recebidos	494.764	749.896	135.682
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.242.079	13.622.988	411.653
6.03.01	Aumento de Capital	0	12.988.842	800.000
6.03.02	Aquis. de Ações de Emissão Própria	0	-1.948	0
6.03.03	Aum (Red) em Dívidas Subordinadas	-1.611.785	2.007.154	1.310.104
6.03.04	Dividendos e JCP Pagos	-2.630.294	-1.371.060	-1.698.451
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.008.731	-5.377.969	2.033.789
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.508.144	23.886.113	21.852.324
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.499.413	18.508.144	23.886.113

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.806.071	726.566	0	919.467	0	75.342	64.527.446
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-175.300	0	0	0	0	-175.300
5.02.01	Efeitos da Mudança de Critério Contábil	0	-175.300	0	0	0	0	-175.300
5.03	Saldo Ajustado	62.806.071	551.266	0	919.467	0	75.342	64.352.146
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.856.683	0	3.856.683
5.05	Destinações	0	0	0	316.683	-3.856.683	0	-3.540.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.780.000	0	-1.780.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.760.000	0	-1.760.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	316.683	-316.683	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	192.834	-192.834	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	123.849	-123.849	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	208.156	208.156
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	208.156	208.156
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	22.130	-22.130	0	0	0	0	0
5.08.01	Aumento de Capital	22.130	-22.130	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	62.828.201	529.136	0	1.236.150	0	283.498	64.876.985

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	47.152.201	922.130	0	693.275	0	26.279	48.793.885
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	47.152.201	922.130	0	693.275	0	26.279	48.793.885
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.801.192	0	1.801.192
5.05	Destinações	0	0	0	226.192	-1.801.192	0	-1.575.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-327.400	-422.600	0	-750.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-825.000	0	-825.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	553.592	-553.592	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	90.060	-90.060	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	463.532	-463.532	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	49.063	49.063
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	49.063	49.063
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	15.653.870	-193.616	0	0	0	0	15.460.254
5.08.01	Aumento de Capital	15.653.870	-193.616	0	0	0	0	15.460.254
5.10	Ações em Tesouraria	0	-1.948	0	0	0	0	-1.948
5.13	Saldo Final	62.806.071	726.566	0	919.467	0	75.342	64.527.446

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	8.331.448	22.130	0	605.416	0	342.438	9.301.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	8.331.448	22.130	0	605.416	0	342.438	9.301.432
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.540.904	0	1.540.904
5.05	Destinações	0	0	0	90.904	-1.540.904	0	-1.450.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-970.000	0	-970.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-480.000	0	-480.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	90.904	-90.904	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	77.045	-77.045	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	13.859	-13.859	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-316.159	-316.159
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-316.159	-316.159
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	38.820.753	900.000	0	0	0	0	39.720.753
5.08.01	Aumento de Capital	38.820.753	900.000	0	0	0	0	39.720.753
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	-3.045	0	0	-3.045
5.11.01	Divid. com Base na Res. de Equal. de Dividendos	0	0	0	-3.045	0	0	-3.045
5.13	Saldo Final	47.152.201	922.130	0	693.275	0	26.279	48.793.885

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	37.869.770	24.746.870	19.867.139
7.01.01	Intermediação Financeira	39.698.085	26.991.296	20.512.167
7.01.02	Prestação de Serviços	6.887.519	5.450.806	3.714.375
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-7.649.557	-8.015.344	-2.802.974
7.01.04	Outras	-1.066.277	320.112	-1.556.429
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-18.066.389	-9.058.169	-13.240.561
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.076.587	-5.493.691	-2.334.389
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-241.531	-194.960	-98.131
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.655.221	-1.460.144	-723.551
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.213	-848.601	-11.362
7.03.04	Outros	-3.183.048	-2.989.986	-1.501.345
7.04	Valor Adicionado Bruto	14.726.794	10.195.010	4.292.189
7.05	Retenções	-4.203.274	-3.814.828	-1.222.932
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.203.274	-3.814.828	-1.222.932
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.523.520	6.380.182	3.069.257
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.814.127	2.160.275	1.028.971
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.814.127	2.160.275	1.028.971
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.337.647	8.540.457	4.098.228
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	12.337.647	8.540.457	4.098.228
7.09.01	Pessoal	5.139.540	4.002.902	2.043.099
7.09.01.01	Remuneração Direta	2.714.527	2.199.068	1.074.966
7.09.01.02	Benefícios	846.453	642.742	331.199
7.09.01.03	F.G.T.S.	271.120	228.185	105.367
7.09.01.04	Outros	1.307.440	932.907	531.567
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.885.088	2.353.032	339.845
7.09.02.01	Federais	2.526.180	2.059.754	161.096
7.09.02.02	Estaduais	582	404	288
7.09.02.03	Municipais	358.326	292.874	178.461

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	456.336	383.331	174.380
7.09.03.01	Aluguéis	456.336	383.331	174.380
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.856.683	1.801.192	1.540.904
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.760.000	825.000	480.000
7.09.04.02	Dividendos	1.780.000	750.000	970.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	316.683	226.192	90.904

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	374.662.683	315.972.576	294.189.847
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56.800.151	27.269.012	23.700.500
1.01.01	Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	56.800.151	27.269.012	23.700.500
1.02	Aplicações Financeiras	89.967.165	82.816.232	56.296.642
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	89.967.165	82.816.232	56.296.642
1.02.01.01	Títulos para Negociação	24.821.365	20.115.652	19.986.000
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	47.206.019	46.406.120	30.735.681
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	17.939.781	16.294.460	5.574.961
1.03	Empréstimos e Recebíveis	174.106.525	152.162.954	162.725.106
1.03.01	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	22.658.520	24.228.143	29.691.635
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	151.366.561	127.934.811	133.033.471
1.03.03	Instrumentos de dívida	81.444	0	0
1.04	Tributos Diferidos	14.842.066	15.779.222	12.919.894
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.624.880	13.617.159	11.769.157
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	1.217.186	2.162.063	1.150.737
1.05	Outros Ativos	2.095.462	2.206.326	3.089.749
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	66.821	171.464	112.824
1.05.03	Outros	2.028.641	2.034.862	2.976.925
1.05.03.01	Derivativos Utilizados como Hedge	115.640	163.425	106.321
1.05.03.02	Outros Ativos	1.913.001	1.871.437	2.870.604
1.06	Investimentos	370.586	419.122	633.595
1.06.01	Participações em Coligadas	370.586	419.122	633.595
1.07	Imobilizado	4.518.109	3.701.769	3.829.074
1.07.01	Imobilizado de Uso	4.518.109	3.701.769	3.829.074
1.08	Intangível	31.962.619	31.617.939	30.995.287
1.08.01	Intangíveis	3.650.383	3.305.703	3.506.861
1.08.01.01	Outros Ativos Intangíveis	3.650.383	3.305.703	3.506.861
1.08.02	Goodwill	28.312.236	28.312.236	27.488.426

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	374.662.683	315.972.576	294.189.847
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	4.784.653	4.434.734	11.209.600
2.01.01	Derivativos	4.755.314	4.401.709	11.197.268
2.01.02	Posições vendidas	29.339	33.025	12.332
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	1.795	307.376
2.02.01	Depósitos de instituições de crédito	0	1.795	307.376
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	253.340.771	203.567.734	213.973.314
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil	0	240.113	184.583
2.03.02	Depósitos de instituições de crédito	42.391.572	20.955.846	26.325.636
2.03.03	Depósitos de clientes	167.949.201	149.440.156	155.494.839
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários	20.086.645	11.439.010	12.085.655
2.03.05	Dívidas subordinadas	9.695.105	11.304.445	9.197.429
2.03.06	Outros passivos financeiros	13.218.248	10.188.164	10.685.172
2.04	Provisões	9.395.161	9.480.262	8.915.245
2.04.01	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.190.108	1.096.799	1.078.916
2.04.02	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	8.205.053	8.383.463	7.836.329
2.05	Passivos Fiscais	10.529.625	9.456.537	6.156.101
2.05.01	Correntes	6.249.466	5.588.680	3.025.207
2.05.02	Diferidos	4.280.159	3.867.857	3.130.894
2.06	Outros Passivos	23.249.079	19.764.771	3.791.733
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge	112	9.806	264.771
2.06.02	Passivos por contratos de seguro	19.643.129	15.527.197	0
2.06.03	Outras obrigações	3.605.838	4.227.768	3.526.962
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	73.363.394	69.266.743	49.836.478
2.08.01	Capital Social Realizado	72.571.563	68.706.363	49.317.582
2.08.01.01	Capital social	62.634.585	62.612.455	47.152.201
2.08.01.02	Reservas	6.094.885	2.161.302	1.240.031
2.08.01.03	Lucro do exercício atribuível à controladora	7.382.093	5.507.606	2.378.395

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.08.01.04	Menos: dividendos e remuneração	-3.540.000	-1.575.000	-1.453.045
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	783.755	559.042	513.617
2.08.06.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	949.597	791.966	795.412
2.08.06.02	Hedges de fluxo de caixa	-165.842	-232.924	-281.795
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	8.076	1.338	5.279

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	40.909.204	39.342.956	23.767.814
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	40.909.204	39.342.956	23.767.814
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-16.814.126	-17.175.865	-12.329.845
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-16.814.126	-17.175.865	-12.329.845
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	24.095.078	22.167.091	11.437.969
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-14.098.575	-14.029.962	-8.889.136
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	6.835.508	6.237.762	4.253.703
3.04.02	Despesas de Pessoal	-5.926.176	-5.510.972	-3.548.162
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-5.304.426	-5.436.245	-3.636.775
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.718.723	5.980.342	182.651
3.04.05.01	Receitas de instrumentos do patrimônio	51.721	29.903	36.972
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.458.150	2.716.323	-1.286.113
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	416.900	-51.191	1.475.779
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	-347.999	-115.624	-59.817
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-59.186	3.369.301	6.611
3.04.05.06	Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classif. como op. descont.	199.137	31.630	9.219
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-11.466.146	-15.596.263	-6.252.883
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-1.237.410	-1.248.612	-846.005
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	-1.974.326	-3.480.693	-1.230.317
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-8.233.810	-9.966.404	-4.099.284
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	-20.600	-900.554	-77.277
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	43.942	295.414	112.330
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.996.503	8.137.129	2.548.833
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.613.929	-2.629.165	-170.207
3.06.01	Corrente	-2.585.182	-3.650.660	-1.173.722
3.06.02	Diferido	-28.747	1.021.495	1.003.515
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.382.574	5.507.964	2.378.626
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.382.574	5.507.964	2.378.626

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.382.093	5.507.606	2.378.395
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	481	358	231
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	17,67	15,32	11,59
3.99.01.02	PN	19,44	16,85	12,75

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.326.319	-12.053.604	-13.083.464
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.797.856	16.393.156	7.487.139
6.01.01.01	Lucro líquido consolidado do exercício	7.382.574	5.507.964	2.378.626
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	487.626	447.138	301.731
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	749.784	801.474	544.274
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	20.600	859.216	52.002
6.01.01.05	Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)	10.208.136	13.463.574	5.332.962
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	-139.951	-3.369.301	-6.611
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	-43.942	-295.414	-112.330
6.01.01.08	Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	112.053	-1.021.495	-1.003.515
6.01.01.09	Outros	20.976	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30.178.781	-30.613.629	-19.035.934
6.01.02.01	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	-45.103.539	-1.588.979	-958.826
6.01.02.02	Ativos financeiros para negociação	-4.705.713	2.129.972	-1.450.457
6.01.02.03	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-1.645.321	78.642	-3.927.155
6.01.02.04	Ativos financeiros disponíveis para venda	-471.550	-13.703.838	-3.979.372
6.01.02.05	Empréstimos e financiamentos	-24.026.522	1.182.820	-27.988.641
6.01.02.06	Passivos financeiros para negociação	349.919	-6.776.832	5.394.798
6.01.02.07	Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-1.795	-305.581	-382.909
6.01.02.08	Passivo financeiro ao custo amortizado	46.469.159	-9.656.576	15.175.305
6.01.02.09	Impostos pagos	-1.043.419	-1.973.257	-918.677
6.01.03	Outros	1.054.606	2.166.869	-1.534.669
6.01.03.01	Outros ativos	1.465.520	76.317	-668.029
6.01.03.02	Outros passivos	-410.914	2.090.552	-866.640
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.367.320	2.580.120	9.956.930
6.02.01	Caixa líquido recebido na aquisição de subsidiária	0	0	12.147.982
6.02.02	Investimentos no ativo tangível	-1.319.869	-1.815.803	-2.103.308
6.02.03	Investimentos no ativo intangível	-1.086.208	-1.466.411	-688.357

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.04	Alienação de subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	0	4.436.325	0
6.02.05	Alienação de ativo tangível	38.757	1.426.009	600.613
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.310.135	11.453.017	3.591.267
6.03.01	Aumento de capital	0	12.986.710	800.000
6.03.02	Aquisição de ações próprias	0	-1.948	0
6.03.03	Emissão de dívida subordinada	0	1.507.000	651.000
6.03.04	Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	21.402.252	14.746.518	12.148.373
6.03.05	Dividendos pagos e juros sobre capital o próprio	-2.734.666	-1.540.914	-1.502.647
6.03.06	Pagamentos de dívida subordinada	-2.534.750	-159.905	-126.802
6.03.07	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	-12.828.958	-16.080.145	-8.378.657
6.03.08	Aumento/decrécimo em participações não-controladoras	6.257	-4.299	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.383.504	1.979.533	464.733
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.730.403	16.750.870	16.286.137
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.346.899	18.730.403	16.750.870

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.612.455	0	2.161.302	3.932.606	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.612.455	0	2.161.302	3.932.606	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.130	0	-1.597.130	-1.965.000	0	-3.540.000	0	-3.540.000
5.04.01	Aumentos de Capital	22.130	0	-22.130	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.575.000	-1.965.000	0	-3.540.000	0	-3.540.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.507.606	1.874.487	224.713	7.606.806	481	7.607.287
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.382.093	224.713	7.606.806	481	7.607.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.507.606	-5.507.606	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	5.507.606	-5.507.606	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.107	0	0	23.107	6.257	29.364
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	20.976	0	0	20.976	0	20.976
5.06.05	Outros	0	0	2.131	0	0	2.131	6.257	8.388
5.07	Saldos Finais	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	47.152.201	0	1.240.031	925.350	513.617	49.831.199	5.279	49.836.478
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	47.152.201	0	1.240.031	925.350	513.617	49.831.199	5.279	49.836.478
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.460.254	0	-1.453.045	-121.955	0	13.885.254	-4.046	13.881.208
5.04.01	Aumentos de Capital	15.460.254	0	0	0	0	15.460.254	-4.046	15.456.208
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.453.045	-121.955	0	-1.575.000	0	-1.575.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.378.395	3.129.211	45.425	5.553.031	358	5.553.389
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.507.606	45.425	5.553.031	358	5.553.389
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2.378.395	-2.378.395	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	0	2.378.395	-2.378.395	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-4.079	0	0	-4.079	-253	-4.332
5.06.04	Aquisição de ações próprias	0	0	-1.948	0	0	-1.948	0	-1.948
5.06.05	Outros	0	0	-2.131	0	0	-2.131	-253	-2.384
5.07	Saldos Finais	62.612.455	0	2.161.302	3.932.606	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.331.448	0	701.800	-361.769	1.537.044	10.208.523	57	10.208.580
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.331.448	0	701.800	-361.769	1.537.044	10.208.523	57	10.208.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	38.820.753	0	-1.364.768	811.723	0	38.267.708	0	38.267.708
5.04.01	Aumentos de Capital	38.820.753	0	900.000	0	0	39.720.753	0	39.720.753
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.264.768	811.723	0	-1.453.045	0	-1.453.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.902.999	475.396	-1.023.427	1.354.968	231	1.355.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.378.395	-1.023.427	1.354.968	231	1.355.199
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	1.902.999	-1.902.999	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	0	1.902.999	-1.902.999	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	4.991	4.991
5.06.04	Outros	0	0	0	0	0	0	4.991	4.991
5.07	Saldos Finais	47.152.201	0	1.240.031	925.350	513.617	49.831.199	5.279	49.836.478

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	40.060.758	31.536.454	30.006.282
7.01.01	Intermediação Financeira	41.685.270	33.607.299	30.354.954
7.01.02	Prestação de Serviços	8.300.808	7.674.589	5.428.007
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-8.257.086	-9.917.868	-4.370.740
7.01.04	Outras	-1.668.234	172.434	-1.405.939
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-16.136.231	-9.583.723	-19.078.895
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.358.797	-6.581.403	-3.832.946
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-245.174	-229.761	-141.620
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.802.120	-1.835.097	-1.067.460
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.837	-848.599	-74.262
7.03.04	Outros	-3.315.340	-3.667.946	-2.549.604
7.04	Valor Adicionado Bruto	18.565.730	15.371.328	7.094.441
7.05	Retenções	-4.351.136	-4.002.472	-1.396.401
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.351.136	-4.002.472	-1.396.401
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.214.594	11.368.856	5.698.040
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.780	168.588	5.640
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.780	168.588	5.640
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.216.374	11.537.444	5.703.680
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	14.216.374	11.537.444	5.703.680
7.09.01	Pessoal	5.418.583	4.969.087	3.200.535
7.09.01.01	Remuneração Direta	2.851.233	2.775.388	1.756.447
7.09.01.02	Benefícios	890.708	801.722	477.655
7.09.01.03	F.G.T.S.	286.730	300.587	179.501
7.09.01.04	Outros	1.389.912	1.091.390	786.932
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.400.445	4.243.858	642.693
7.09.02.01	Federais	3.984.920	3.855.457	380.826
7.09.02.02	Estaduais	658	502	328
7.09.02.03	Municipais	414.867	387.899	261.539

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	464.839	465.120	261.802
7.09.03.01	Aluguéis	464.839	465.120	261.802
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.932.507	1.859.379	1.598.650
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.760.000	825.000	970.000
7.09.04.02	Dividendos	1.780.000	750.000	480.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	323.298	230.899	130.613
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	69.209	53.480	18.037

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 31 de dezembro de 2010

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Estas demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

- **Desempenho**

1. Resultados

O Banco Santander encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com lucro líquido consolidado de R\$3.863 milhões, comparado com R\$1.806 milhões no exercício de 2009, incluindo a despesa de amortização de ágio de R\$3.241 milhões e R\$2.877 milhões, nos respectivos exercícios.

O incremento no lucro líquido demonstra uma evolução favorável dos negócios comerciais e o esforço no controle de gastos.

O resultado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil apresentou crescimento de 14,9% em 2010 na comparação com 2009.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro 2010 é de R\$8.257 milhões. Na comparação interanual, a despesa de provisão diminuiu 16,7%. A redução da provisão é decorrente, principalmente, da recuperação econômica do mercado brasileiro e da evolução dos processos de crédito e cobrança. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representam 5,3% da carteira de crédito em dezembro de 2010, comparado a 6,7% em dezembro de 2009.

As despesas administrativas cresceram 0,9% em 2010 na comparação com 2009, sendo que as despesas de pessoal cresceram 3,3% e as outras despesas administradas excluindo os efeitos da amortização do ágio reduziram 6,0%, ambos na comparação interanual.

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R\$387.212 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparados a R\$342.324 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Em dezembro de 2010, os ativos totais estão representados, principalmente, pela carteira de crédito no montante de R\$165.379 milhões, por títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente títulos públicos federais, R\$89.897 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez R\$21.058 milhões, e em dezembro de 2009, correspondiam a R\$142.019 milhões, R\$79.691 milhões e R\$30.174 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco Santander possui o montante de R\$1.829 milhões de títulos classificados como “mantidos até o vencimento” e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carteira de Crédito

Em milhões de reais

	Santander Consolidado		Var. %
	Dez-10	Dez-09	Dez-10 vs. Dez-09
Pessoa Jurídica	84.199	73.125	15,1%
Pessoa Física	76.294	63.805	19,6%
Crédito Consignado	9.600	7.956	20,7%
Cartão de Crédito	10.760	8.472	27,0%
Crédito Imobiliário	6.698	5.226	28,2%
Financiamento e Leasing de Veículo	26.149	23.956	9,2%
Crédito Pessoal	23.087	18.195	26,9%
Crédito Rural	4.886	5.089	-4,0%
Total	165.379	142.019	16,4%

A carteira de crédito atingiu R\$165.379 milhões em 31 de dezembro de 2010, apresentando um crescimento de 16,4% em comparação com 31 de dezembro de 2009.

Na evolução do exercício de 2010, destaque para operações de crédito imobiliário, cartão de crédito, crédito pessoal e crédito consignado com crescimento de 28,2%, 27,0%, 26,9%, e 20,7%, respectivamente.

Depósitos

Em milhões de reais

	Santander Consolidado		Var. %
	Dez-10	Dez-09	Dez-10 vs. Dez-09
Depósitos à Vista	15.827	14.787	7,0%
Depósitos de Poupança	30.303	25.217	20,2%
Depósitos Interfinanceiros	2.002	764	162,0%
Depósitos a Prazo	68.914	72.154	-4,5%
Outros Depósitos	433	551	-21,4%
Total	117.479	113.473	3,5%

A captação de depósitos alcançou R\$117.479 milhões em 31 de dezembro de 2010, uma evolução de 3,5%, comparado com dezembro de 2009.

Destaque para o crescimento interanual de 20,2% dos depósitos de poupança, parcialmente compensados pela redução de 4,5% dos depósitos a prazo, principalmente clientes institucionais.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$64.851 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R\$64.493 milhões em dezembro de 2009.

A evolução do patrimônio líquido é decorrente ao resultado do exercício e ao ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

derivativos no montante de R\$208 milhões, compensado parcialmente pela proposta de juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$3.540 milhões e pelo ajuste líquido de R\$175 milhões, dos efeitos da Deliberação CVM 600/2009, que trata de benefícios a empregados e visa reduzir as assimetrias com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio****2010**

	Em Milhões de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio	400	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares	500	1,1971	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio	400	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio	530	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio	430	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares	1.280	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2010	3.540			

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II e considera: (a) Risco de Crédito – parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado – parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional – exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 22,1% desconsiderando o ágio no patrimônio líquido de referência, conforme determinado pela regra internacional.

O Banco Santander, de acordo com a Circular 3477/2009, publicará informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento da estrutura e metodologias será divulgado, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

• Eventos Recentes**Acordo para incorporação de sócio estratégico no Brasil e América Latina**

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% ao ano em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social antes do fim do ano de 2014. Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa de Recompra de Units de Emissão do Banco Santander

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander (Programa de Recompra), para manutenção em tesouraria e posterior alienação. O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, correspondendo, em 30 de setembro de 2010, a aproximadamente 0,21% do total de ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM 10. A recompra tem por único objetivo viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander, dos serviços de formador de mercado ("market maker") de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As Units recompradas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção "hedge" contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As Units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, através da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM).

Presidência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva do Banco Santander

No dia 28 de janeiro de 2011, o Banco Santander realizou uma assembleia geral de acionistas, a fim de conduzir o Sr. Fabio Colletti Barbosa ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Marcial Angel Portela Alvarez ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no exercício de 2011.

Em razão das melhores práticas de governança corporativa, o Sr. Fabio Colletti Barbosa permanecerá em seu atual cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, até a posse do Sr. Marcial Angel Portela Alvarez no cargo de Diretor Presidente do Banco Santander, mediante assinatura do respectivo

termo de posse no Livro de Atas de Reunião da Diretoria Executiva, cuja eleição foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02 de fevereiro de 2011. Tais alterações estão sujeitas às aprovações regulatórias e legais pertinentes.

• Conjuntura Econômica

Os indicadores econômicos seguem mostrando uma economia aquecida, particularmente sob a ótica da demanda, em função do expressivo crescimento da renda, do emprego e da disponibilidade de crédito. No terceiro trimestre de 2010, o PIB cresceu 6,7%, comparado com o mesmo período de 2009, com destaque para o setor de serviços do lado da oferta, e de consumo e investimentos do lado da demanda.

A inflação se elevou ao longo do último trimestre em função, predominantemente, da aceleração dos preços de alimentos. Nos 12 meses findos em dezembro, o IPCA, principal indicador de preços ao consumidor, acumulava variação de 5,9%, acima da meta de 4,5% estabelecida pela autoridade monetária. No mesmo período, os preços agrícolas no atacado aumentaram 25%, significativamente acima do ritmo de elevação dos industriais, 10%, reflexo da dinâmica apresentada pelas commodities no mercado internacional. Em resposta à aceleração dos preços, o Bacen anunciou, no início de dezembro, aumento das taxas de recolhimento de depósitos compulsórios e na primeira reunião do Copom de 2011, elevou a taxa básica de juros para 11,25% ao ano.

Em 2010, o desempenho da balança comercial mostrou-se favorável, encerrando o ano com saldo positivo de USD 19,5 bilhões. As exportações e importações cresceram, respectivamente, 32% e 43%, em relação a 2009. Embora as importações tenham mostrado crescimento mais expressivo, o que sustentou o elevado superávit comercial foi à elevação dos preços médios das exportações, fortemente influenciados pela alta das commodities.

O déficit em transações correntes, que atingiu 2,5% do PIB ante 1,5% no ano anterior, foi confortavelmente financiado pela entrada de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

capitais, suficientes para manter a taxa de câmbio praticamente estável em relação ao ano anterior, em R\$ 1,69/USD ao final de dezembro de 2010.

O volume de crédito total do Sistema Financeiro Nacional manteve firme crescimento em 2010, registrando alta de 20,5%, ainda sustentado por empréstimos direcionados, particularmente oriundos do BNDES. Nos 12 meses findos em dezembro, a parcela de direcionados aumentou 27,5%, enquanto o estoque de crédito com recursos livres cresceu 17,1%, com destaque para as modalidades associadas às pessoas físicas, que se expandiram em 18,8%, superando o aumento do empréstimo às pessoas jurídicas, de 15,4% no mesmo período. Com isso, a relação crédito /PIB atingiu a máxima histórica de 46,6%.

O crescimento do endividamento das famílias não tem alterado de forma importante o comprometimento de renda mensal com pagamento de amortizações e juros em função da concomitante elevação dos rendimentos, do alargamento dos prazos e da queda das taxas de juros cobradas do tomador final, com isso, a inadimplência se mantém em queda. Ao final de dezembro, a inadimplência para pessoas jurídicas atingiu 3,6% e para pessoas físicas se situou no patamar mais baixo em 8 anos, em 5,7%.

De maneira geral, a solidez da demanda interna e do sistema financeiro continuam sendo fundamentais para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos macroeconômicos do país terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

• Estratégia

O Banco Santander aspira ser o maior banco múltiplo no Brasil em geração de valor para os acionistas, além de ser o melhor banco em satisfação de clientes e funcionários e em reconhecimento e atratividade de sua marca.

Com escala significativa para crescer no País, o Banco Santander também quer ser reconhecido pelo relacionamento com seus

diversos públicos de interesse, tanto no varejo como no atacado. Para isso, incentiva negócios sustentáveis por meio de um portfólio completo com produtos que atendem às necessidades dos diferentes perfis de clientes.

Ao colocar a sustentabilidade no centro do seu modelo de negócios, o Banco Santander investe em um relacionamento mais sólido, próximo e de longo prazo junto ao seu público estratégico, mostrando-se preparado para entrar em novos mercados, responder a novas demandas, além de acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo.

A disciplina de capital, o controle e gestão de riscos, a diversificação geográfica, a tecnologia de vanguarda que se traduz em maior eficiência e o foco em varejo são alguns dos pilares que sustentam a estratégia do Banco Santander e marcam o diferencial do seu Modelo de Negócios.

No ano de 2010, o Banco Santander iniciou o processo de expansão de suas agências, com a abertura de 110 novas agências, a meta é chegar em 2013 com 600 novos pontos de atendimento aos clientes, fortalecendo assim o Conglomerado e permitindo um crescimento mais rápido e sólido. Nesse sentido, o Banco Santander acredita que pode alcançar essas metas por meio das seguintes estratégias:

- Expansão da oferta de produtos e canais de distribuição no Varejo;
- Capitalização da forte posição de mercado do banco no negócio de Atacado;
- Desenvolvimento contínuo de uma plataforma de negócios transparente e sustentável;
- Contínuo crescimento dos negócios de seguros do banco.

O acompanhamento de tais estratégias, é realizado pelo Grupo de Planejamento Santander (GPS), que foi criado em 2009. O GPS é uma rede colaborativa formada por 50 gestores, que representam todas as áreas da instituição, dando uma visão transversal, multidisciplinar e intermediária entre a alta gestão e as áreas operacionais da empresa. De caráter não deliberativo, esse fórum estuda cenários e alinha os planos de negócios das áreas comerciais.

Em 2010, a instituição concluiu seu mapa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estratégico, estabelecendo metas e indicadores que vão levar o banco a alcançar suas aspirações.

Em 17 de janeiro de 2011, o Banco Santander comunicou ao mercado que irá lançar, em parceria com a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, subsidiária da Cosan S.A. Indústria e Comércio e detentora do uso das marcas Esso e Mobil no Brasil, no primeiro trimestre de 2011, o cartão de crédito Esso Santander, com o objetivo de alavancar seus negócios de cartão de crédito por meio de parcerias.

• Integração

Desde o início do processo de integração, importantes etapas foram concluídas, novos produtos, serviços e funcionalidades foram adicionados no dia-a-dia de nossos clientes, buscando extrair sempre o melhor de cada Banco.

Em 2010, todos os “gaps” derivados da unificação das plataformas de sistemas dos dois bancos foram desenvolvidos e implantados, e os projetos apresentam significativo grau de avanço. Foram realizados os testes prévios nos sistemas, relativos à migração de dados de clientes e operações, bem como, os testes na nova plataforma tecnológica.

Em outubro, foram migrados para a plataforma do Banco Santander, cerca de 100 mil clientes de 6 agências localizadas nas regiões de Limeira e Piracicaba, antecipando com uma parcela significativa de correntistas, o movimento que será realizado no primeiro semestre de 2011.

Desde novembro, as Agências, ATMs, Internet Banking e demais canais de relacionamento tiveram a marca unificada, passando a atender como Santander. Nesta etapa, não houve alterações nos produtos, serviços e números de agência e conta, para facilitar o dia-a-dia dos clientes. Tais alterações ocorrerão a partir da migração tecnológica, que acontecerá no primeiro semestre de 2011. Ressaltamos que a principal premissa do processo de integração é melhorar continuamente o padrão de atendimento e o nível de serviço prestado aos

clientes.

• Principais Controladas

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 31 de dezembro de 2010, R\$54.202 milhões em ativos totais, R\$9.742 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos, e R\$12.658 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$994 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré C.F.I.) atingiu em 31 de dezembro de 2010, R\$28.538 milhões em ativos totais, R\$16.444 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$957 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício foi de R\$341 milhões.

A Santander Seguros S.A. (Santander Seguros), atingiu, em 31 de dezembro de 2010, R\$23.035 milhões de ativos totais, patrimônio líquido de R\$2.399 milhões e Provisão Técnica para Operações de Seguros e Previdência Privada de R\$19.974 milhões. O lucro líquido do exercício foi de R\$384 milhões.

A Santander CCVM atingiu, em 31 de dezembro de 2010, R\$815 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$340 milhões. O lucro líquido de 2010 foi de R\$58 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 31 de dezembro de 2010, ativos totais no valor de R\$297 milhões. O patrimônio líquido atingiu em R\$213 milhões e o lucro líquido em 2010 foi de R\$85 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão atingiu R\$108.272 milhões.

• Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração. A tabela abaixo apresenta as classificações de risco

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

atribuídas ao Banco Santander pelas três principais agências de *rating* mundiais:

Banco Santander		Longo Prazo		Curto Prazo	
	Suporte 2	Rating	Outlook	Rating	Outlook
Fitch Ratings	Escala Nacional	AAA (BRA)	Estável	F1+ (BRA)	Estável
	Moeda Local	BBB+	Positiva	F2	Positiva
	Moeda Estrangeira	BBB	Positiva	F2	Positiva
Standard & Poor's	Escala Nacional	brAAA	Estável	brA-1	Estável
	Moeda Local	BBB-	Estável	A-3	Estável
	Moeda Estrangeira	BBB-	Estável	A-3	Estável
Moody's	Escala Nacional	Aaa.br	Estável	Br-1	Estável
	Moeda Local	A2	Estável	P-1	Estável
	Moeda Estrangeira	Baa3	Estável	P-3	Estável

• Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pelo Banco Santander caracteriza-se especialmente pela defesa dos direitos dos acionistas, com tratamento equitativo, e transparência. Além destes dois pilares fundamentais para sua gestão, o Banco Santander adota as recomendações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, abrangendo ainda, os princípios de prestação de contas e responsabilidade corporativa.

As práticas de Governança Corporativa do Banco Santander estão em constante aprimoramento, e neste contexto, foram aprovados no quarto trimestre de 2010, o Regimento Interno do Comitê de Nomeação e Remuneração, que dispõe sobre as regras gerais relativas à organização, funcionamento e estruturação das atividades deste Comitê; a atualização da Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários do Banco Santander e as alterações do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, disponível no endereço eletrônico

www.santander.com.br/ri, visando o aperfeiçoamento da redação e o atendimento às novas exigências e requerimentos normativos.

O Banco Santander, como resultado das boas práticas de Governança Corporativa, foi selecionado em 2010 para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Nele somente são listadas as empresas que se destacam por adotarem as melhores práticas, em termos econômicos e financeiros, socioambientais e de governança corporativa. O Banco Santander também foi selecionado para compor o IBOVESPA e o IBRX.

Em janeiro de 2011 passa a integrar o novo indicador da BM&FBovespa - IGCT - Índice de Governança Corporativa Trade. O índice vai analisar diariamente o desempenho das ações emitidas por companhias que voluntariamente adotam padrões de governança corporativa diferenciados.

Neste contexto de aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2010, a Política para Transações com Partes Relacionadas, que dispõe sobre as regras que devem ser observadas no caso de transações com partes relacionadas, visando assegurar a transparência e interesses do Banco Santander nas operações realizadas, e evitar conflitos de interesses.

De acordo com o regulamento do Nível 2 da BM&FBovespa, o Banco Santander está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social. Em www.santander.com.br/ri na seção governança corporativa, pode-se encontrar uma completa descrição dos requisitos mínimos para ser listado no nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa.

Nos termos da Instrução CVM 480/2009, em ata de reunião realizada em 02 de fevereiro de 2011, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

• Gestão de Riscos

1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander são definidos em sintonia com os padrões corporativos e estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Os Comitês Executivos de Riscos Brasil tem níveis de aprovação alinhados com as diretrizes globais dos Comitês de Riscos do Banco Santander Espanha, e possuem como principais responsabilidades:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio.
- Aprovação de riscos de clientes PJ e PF, Cartas Indicativas, Pré-classificações e limites/produtos para riscos da Tesouraria, que excedam as alçadas dos Comitês inferiores do Banco Santander.
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado, limites "Cross-Border", Risco País, operações do Banco de Atacado Global (GBM), Corporate, Empresas e PGC's (Programas de Gestão de Crédito/Varejo).
- Conhecer e decidir sobre assuntos relevantes de risco.
- Conhecer as observações e recomendações formuladas periodicamente pelos Reguladores, assim como das auditorias Interna e Independente e pelo Comitê de Auditoria.
- Supervisionar os níveis de risco assumidos, para que as regulamentações sejam cumpridas.
- Validar previamente as propostas que excedam suas alçadas, para apresentação aos Comitês Corporativos de Riscos do Banco Santander.
- Aprovar os marcos de atuação máximos para cada carteira de crédito

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócio tanto do ponto de vista

funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

2. Risco de Crédito

O Banco Santander desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir a adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco Santander baseia-se no tipo de cliente, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normatizações e segurança necessárias. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

3. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco Santander e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk* (VaR)

(simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

4. Riscos Operacionais, Controles Internos e Lei Sarbanes-Oxley

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e de gestão da continuidade de negócios, além do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações das Resoluções CMN 2.554/1998 e 3.380/2006, Circular Susep 249/2004, Circular Bacen 3.467/2009, Instrução CVM 480/2009, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Segue também as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework*.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidos, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, atendendo à Circular Bacen 3.383/2008, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2009 nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2010 e não identificou qualquer incidência considerada material. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o processo de certificação se encerrará em fevereiro de 2011.

• Pessoas

Para o Banco Santander ser o melhor e mais eficiente banco do país, seus funcionários precisam fazer parte e estar juntos na construção dessa evolução.

Com a aspiração de ser a melhor empresa para se trabalhar no setor financeiro, o Banco Santander investe continuamente para assegurar que o fator humano seja efetivamente levado em conta em tudo o que se faz dentro e fora do Banco.

Sob a crença de que um indivíduo satisfeito é um profissional satisfeito, o Banco Santander investe e incentiva mais de 54 mil profissionais por meio de programas diversos. Destacam-se para 2010:

- **Processo de Engajamento:** envolve pesquisas ao longo de todo o ano, desenvolvimento de planos de ação por área e institucional, além de um Comitê de Engajamento que acompanha a evolução deste tema.
- **Programas de Mobilidade Internacional:** são programas globais que estimulam o intercâmbio entre países como uma importante forma de desenvolvimento pessoal e profissional.

- **Duas categorias de MBA:** o Internacional, que prepara profissionais para as provas, e o *Summer*, que busca atrair para o Brasil funcionários que cursam MBA no exterior.
- **Jovens:** foi lançado o portal “Caminhos e Escolhas”, um ambiente de relacionamento interativo e inovador para conhecer e experimentar atividades que proporcionam melhor conhecimento e entendimento sobre opções de carreira.
- **Desenvolvimento:** para todos os profissionais do Banco Santander, são disponibilizados programas de capacitação e desenvolvimento que tem o objetivo de desenvolver profissionais e líderes capazes de traduzir o Modelo do Banco Santander e expressá-lo no dia-a-dia.
- **Carreira:** atividades com foco em apoiar o gestor e funcionário no processo de reflexões sobre desenvolvimento, *feedback*, além de apoiar com atividades e ferramentas para discussão de carreira.
- **Qualidade de Vida:** o programa envolve ações relacionadas à saúde, vida social, relações de trabalho e convívio familiar, além de um completo Programa de Apoio Pessoal.
- **Valorização à Diversidade:** o Banco Santander incentiva a discussão e o debate sobre o tema a fim de promover relações de qualidade com todos os públicos, além da inclusão e do desenvolvimento respeitoso.

A gestão de pessoas está alinhada a um modelo global de desenvolvimento, troca de conhecimentos e colaboração que têm como diferenciais as estratégias para atração, qualificação e retenção de talentos. Com políticas e processos que promovem o desenvolvimento humano e profissional, o Banco Santander está preparado para o desafio de manter o crescimento dos negócios.

• Desenvolvimento Sustentável

O último trimestre de 2010 fechou com grandes avanços, mostrando que o tema - Desenvolvimento Sustentável - tem sido tratado de forma estratégica pelo Conglomerado. Entre

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

os destaques em sustentabilidade, está o Santander Microcrédito, que fechou um de seus melhores anos: a carteira de crédito cresceu 35% e a base de clientes 10%.

As agências do Banco Santander inauguradas em 2010 contemplam a aplicação de técnicas de construção sustentável. O procedimento é padrão para todas as obras, algo pioneiro no mercado financeiro. Além disso, neste ano foram re-certificados com a ISO 14001 sete prédios administrativos e a agência de Fernando de Noronha (PE). Em dezembro, a Torre Santander, em São Paulo, recebeu a certificação LEED CS (*Leadership in Energy and Environmental Design Core and Shell*), nível ouro. É o segundo prédio do Banco Santander a obter a certificação LEED. Atendendo ao compromisso de engajar um público cada vez maior, em 2010 as ações online do Espaço de Práticas em Sustentabilidade receberam quase um milhão de acessos. Já as presenciais totalizaram a participação de cerca de 2.500 pessoas (67% a mais que em 2009) e 920 organizações (um crescimento de 7%).

No mês de novembro de 2010, o Santander Universidades entregou 100 bolsas de estudos do Programa Formula Santander, com valor equivalente a 5 mil euros, que contou com a presença de Felipe Massa e D. Emilio Botín. A iniciativa promove o intercâmbio de pessoas, culturas e conhecimentos, além de fomentar a pesquisa e a tecnologia.

• Oferta Global de Ações

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de setembro de 2009, foi aprovada a realização de uma oferta pública de ações, com a emissão de 525.000.000 de Units, representativas cada uma de 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com distribuição pública primária simultânea de Units no Brasil e Units no exterior sob a forma de ADRs, representativos de ADSs.

Na mesma reunião, foi aprovada a listagem do Banco Santander e a negociação das Units de

sua emissão no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

A Oferta Global foi coordenada em regime de garantia firme de liquidação. Nos termos da Instrução CVM 400/2003, a quantidade total de Units/ADSs inicialmente ofertada foi acrescida de 6,85%, ou seja, 35.955.648 Units, sob a forma de ADSs, destinadas a atender um excesso de demanda no decorrer da Oferta (Lote Suplementar).

Em 6 de outubro de 2009, foi fixado o preço da Oferta Global de ações em R\$23,50 por Unit. As Units passaram a ser negociadas na BM&FBovespa e na Bolsa de Nova Iorque (Nyse) a partir de 7 de outubro de 2009.

As demais características e termos da Oferta Global constam do "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósito de Ações (Units) de Emissão do Banco Santander", datado de 6 de outubro de 2009, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br, no *website* da CVM e na respectiva versão em inglês no "Form - F1", disponível no *website* da *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC).

As homologações, pelo Bacen, dos aumentos de capital social do Banco Santander em decorrência da realização da Oferta e do Lote Suplementar ocorreram em 14 de outubro de 2009 e em 29 de outubro de 2009, respectivamente.

O resultado da Oferta Global foi divulgado nos termos do Anúncio de Encerramento publicado na edição do Jornal Valor Econômico de 10 de novembro de 2009.

• Reestruturações Societárias

Foram implementadas as seguintes reestruturações societárias, que representaram etapas fundamentais no processo de consolidação dos investimentos do Banco Santander no país, com o consequente fortalecimento da sua estrutura operacional e organizacional e a unificação das suas atividades:

- Incorporação da Real Corretora de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Seguros S.A. (Real Corretora) pela Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros S.A. (Santander Corretora) em 29 de outubro de 2010, com a extinção da Real Corretora, com versão do acervo líquido contábil para Santander Corretora.

- Cancelamento do Registro de Companhia Incentivada (Cancelamento do Registro) perante a CVM, da Agropecuária Tapirapé S.A. (Tapirapé). O Banco Santander, na qualidade de acionista controlador da Tapirapé, sociedade beneficiária de recursos provenientes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento Regional da Amazônia – FINAM, publicou Fato Relevante em 1º de setembro de 2010, para informar aos acionistas minoritários da Tapirapé que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010, o Cancelamento do Registro mediante a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações, que foi concedido pela CVM em 29 de outubro de 2010, conforme Ofício CVM/SEP/GEA-3 1039/2010.
- Incorporação da Santander S.A. - Corretora de Câmbio e Títulos (Santander CCT) pela Santander CCVM em 31 de março de 2010, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Incorporação da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. pela Santander Leasing em 30 de novembro de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Incorporação da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. pela Santander Leasing em 30 de setembro de 2009, homologada pelo Bacen em 30 de novembro de 2009.
- Incorporação da Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pela Santander Brasil Asset em 30 de novembro de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Incorporação da ABN Amro Brasil Dois Participações S.A. e da Real Seguros Vida e Previdência S.A. pela Santander Seguros, em 30 de setembro de 2009. O processo de incorporação foi homologado pela Susep em 21 de dezembro de 2010.
- Cisão Parcial da ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., com versão do acervo cindido para a Santander CCT, bem como alteração da sua denominação social para Santander CCVM, em 30 de setembro de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Incorporação da Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários pela Santander CCT em 30 de setembro de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Incorporação da Real Capitalização S.A. pela Santander Capitalização S.A. em 30 de setembro de 2009, homologada pela Susep em 15 de janeiro de 2010.
- Incorporação do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS) e ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (AA Cartões) pelo Banco Santander em 31 de agosto de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Cisão total da Santander Investimentos em Participações S.A. (Santander Participações), com versão de parcelas de seu patrimônio para o Banco Santander e Santander Advisory Services S.A. (Advisory), em 31 de agosto de 2009, cujo processo está em fase de homologação pelo Bacen.
- Incorporação de ações da Santander Seguros, BCIS e da Santander Brasil Asset, em 14 de agosto de 2009, convertidas em subsidiárias integrais do Banco Santander com aumento do capital social do Banco Santander valor de R\$2.471 milhões. As incorporações de ações foram homologadas pelo Bacen em 28 de setembro de 2009.
- Incorporação da ABN AMRO Brasil Participações e Investimentos S.A. pela AA Cartões, em 29 de maio de 2009
- Incorporação do Banco Real pelo Banco Santander em 30 de abril de 2009, ainda em processo de homologação pelo Bacen.
- Incorporação da Sudameris Distribuidora

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo Banco Real em 30 de abril de 2009, homologada pelo Bacen em 13 de agosto de 2009.

- Incorporação da Cruzeiro Factoring Sociedade de Fomento Comercial Ltda. e da Credicenter Empreendimentos e Promoções Ltda. pela AA Cartões em 30 de janeiro de 2009.
- Incorporação da totalidade das ações de emissão do Banco Real e da AAB Dois Par ao patrimônio do Banco Santander: como resultado das Incorporações de Ações: (a) o Banco Real e a AAB Dois Par foram convertidos em subsidiárias integrais do Banco Santander; (b) o capital social do Banco Santander foi aumentado com base no valor econômico das ações do Banco Real e da AAB Dois Par de R\$9.131.448 para R\$47.152.201 e (c) foram emitidas e entregues ações do Banco Santander aos respectivos acionistas do Banco Real e da AAB Dois Par. A nova estrutura permite ainda a redução de custos administrativos, especialmente os relacionados às obrigações legais e regulatórias. A incorporação de Ações foi homologada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2009.

• Outras Informações

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informa que no exercício de 2010, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente que cumulativamente representassem mais de 5% da respectiva remuneração global.

• Agradecimentos

A administração do Banco Santander agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada e aos funcionários pelo empenho e dedicação que tornaram possíveis os resultados obtidos.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 02/02/2011).

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Nota Explicativa ao DVA – Demonstração do valor adicionado consolidada – quadro Demonstração do Valor Adicionado do DFP: a demonstração do valor adicionado consolidada foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).
3. Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Notas Explicativas

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha ou Grupo Santander), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em três segmentos (nota 43): (i) Banco Comercial; (ii) Banco de Atacado Global, os quais operam com as carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e corretagem de valores mobiliários; e (iii) Gestão de Ativos e Seguros que atua nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, administração de fundos de terceiros e corretagem de seguros. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais.

b) Oferta Global de Ações

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de setembro de 2009, foi aprovada a realização de uma oferta pública de ações, com a emissão de 525.000.000 de Units representativas cada uma de 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com distribuição pública primária simultânea de Units no Brasil e Units no exterior sob a forma de ADRs, representativos de ADSs.

Na mesma reunião, foi aprovada a listagem do Banco Santander e a negociação das Units de sua emissão no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

A Oferta Global foi coordenada em regime de garantia firme de liquidação. Nos termos da Instrução CVM 400/2003, a quantidade total de Units/ADSs inicialmente ofertada foi acrescida de 6,85%, ou seja, 35.955.648 Units, sob a forma de ADSs, destinadas a atender um excesso de demanda no decorrer da Oferta (Lote Suplementar).

Em 6 de outubro de 2009, foi fixado o preço da oferta global de ações em R\$23,50 por Unit. As Units passaram a ser negociadas na BM&FBovespa e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) a partir de 7 de outubro de 2009.

As demais características e termos da Oferta Global constam do "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósito de Ações (Units) de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A.", datado de 6 de outubro de 2009, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br e no website da CVM e na respectiva versão em inglês no "Form-F1", disponível no website da SEC.

As homologações, pelo Bacen, dos aumentos de capital social do Banco em decorrência da realização da Oferta e do Lote Suplementar ocorreram em 14 de outubro de 2009 e em 29 de outubro de 2009, respectivamente.

O resultado da Oferta Global foi divulgado nos termos do Anúncio de Encerramento publicado na edição do Jornal Valor Econômico de 10 de novembro de 2009.

c) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC).

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2007 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). As demonstrações financeiras societárias, também, foram elaboradas localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), quando aplicável, doravante denominados "BR GAAP".

A nota 46 contém a reconciliação do Patrimônio líquido e do Resultado líquido, de acordo com a regulamentação da CVM.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

As adoções das novas normas e interpretações do IFRS em 2010 não impactaram a comparabilidade com as demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho da Administração na reunião realizada em 2 de fevereiro de 2011.

Adoção de novas normas e interpretações

Todas as normas e interpretações que entraram em vigor foram adotadas pelo Banco em 2010. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Banco:

- Alteração do IFRS 2 – A alteração do IFRS 2 esclarece a contabilização para as transação de pagamento baseado em ações entre entidades do consolidado. (esclarecimentos anteriormente contidos no IFRIC 11).

- Revisão do IFRS 3 – Combinações de Negócios e Alteração ao IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais: introduzem modificações significativas em diversos aspectos relacionados à contabilização de combinações de negócios e são aplicadas prospectivamente. As principais modificações são: os custos de aquisição devem ser lançados ao resultado, em vez de serem reconhecidos como aumento do custo da combinação de negócios; em aquisições por etapas, a adquirente deve recalcular o investimento detido antes da data da obtenção do controle pelo valor justo; e há a opção de calcular pelo valor justo as participações não-controladoras da adquirida, diferente do atual tratamento único de calculá-las como uma parcela proporcional do valor justo do ativo líquido adquirido.

- IAS 38 – Ativos Intangíveis – Alteração para esclarecer a descrição de técnicas de valorização normalmente usadas por entidades quando vai mensurar o valor justo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e que não são negociados em mercado ativo.

Notas Explicativas

• IFRIC 17 - Distribuição de ativos não monetários para acionistas – Esta interpretação orienta quanto ao tratamento contábil no momento que a entidade distribui ativos não monetários como dividendos para os acionistas.

• IFRIC 18 - Transferência de ativos de clientes – Esta interpretação orienta para a contabilização por beneficiário para transferência de imobilizado dos clientes e conclui que quando o item imobilizado transferido se enquadra na definição de um ativo da perspectiva do beneficiário, o beneficiário precisa reconhecer o ativo ao valor justo na data da transferência, com o crédito reconhecido como receita de acordo como o IAS 18.

Melhorias as normas no IFRS foram emitidas em abril de 2009. Estas melhorias continham diversas alterações aos IFRS que o IASB não considerou urgente, mas necessária. "Melhorias ao IFRS" compreende alterações que resultam em mudanças contábeis para o propósito de apresentação, reconhecimento ou mensuração, tão bem quanto terminologias ou alterações relacionadas a diversas normas do IFRS. A maioria das alterações tornaram-se efetivas a partir de 1 de janeiro de 2010. A adoção das normas e interpretações mencionadas acima não tiveram um efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas como um todo.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2010

O Banco ainda não adotou os seguintes IFRS ou interpretações novas ou revisadas, que foram emitidas, mas cuja entrada em vigor ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

• IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – As principais mudanças do IFRS 9 em comparação com o IAS 39 são: (i) Todos os ativos financeiros reconhecidos que estão atualmente no escopo do IAS 39 serão mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo; (ii) IFRS 9 não possui o mesmo conceito de derivativos embutidos para contratos híbridos do IAS 39 se o contrato principal é um ativo financeiro dentro do escopo do IFRS 9; (iii) a orientação do IFRS 9 manteve a classificação do critério para os passivos financeiros que estavam no IAS 39. No entanto, tem duas diferenças principais, relacionados a apresentação e mensuração em comparação do IAS 39: (a) a apresentação dos efeitos nas mudanças no valor justo atribuível para o risco de crédito do passivo; e (b) a eliminação da isenção do custo para os passivos derivativos que serão liquidados pela entrega de instrumentos de patrimônio não cotados. Essa norma é efetiva para períodos anuais começando em ou após 1 de janeiro de 2013.

• Alteração ao IAS 32 – Classificação aos direitos de emissão: quando não se enquadra na definição de instrumentos de patrimônio no IAS 32.11 - emitida para adquirir um número fixo de um instrumento de patrimônio de uma entidade própria, que não seja derivativo para valor fixo em qualquer moeda são classificados como instrumentos de patrimônio, desde que a oferta seja feita proporcionalmente para todos os proprietários atuais da mesma classe de instrumentos de patrimônio de uma entidade própria, que não seja derivativo.

• Alteração do IAS 39 – Itens de Hedge elegíveis – Esta alteração esclarece como determinar qual parte pode ser designada como hedge relacionado a inflação e a opções.

Melhorias as normas no IFRS foram emitidas em maio de 2010. Estas melhorias contém diversas alterações aos IFRS que o IASB não considera urgente mas necessário. "Melhorias ao IFRS" compreende alterações que resultam em mudanças contábeis para o propósito de apresentação, reconhecimento ou mensuração, como também terminologias ou alterações relacionadas a diversas normas do IFRS. A maioria das alterações são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2011.

Alteração do IFRS 3 - (1) mensuração de participações de não controladores esclarece que a opção de não mensurar participações não-controladoras a valor justo ou a participação proporcional dos ativos identificáveis líquidos na data de aquisição de acordo com o IFRS 3 aplica somente para participações não-controladoras que são participações acionárias presentes e intitula os proprietários para uma participação proporcional dos ativos líquidos da investida no caso de liquidação. Todos outros componentes de juros de acionistas não controladores deve ser mensurado ao valor justo na data de aquisição, ao menos que outra base de mensuração seja requerida pelo IFRS, (2) Pagamento de prêmio baseado em ações não substituível ou substituível voluntariamente, especifica que o requerimento atual para mensurar os prêmios de um adquirente que substitui a transação do pagamento baseado em ações do adquirido de acordo com o IFRS 2 na data de aquisição (mensurado em base de mercado) se aplica também para as transações de pagamentos baseados em ações do adquirido que não são substituíveis e também esclarece que o requerimento atual para alocar a mensuração baseada no valor de mercado de prêmios substituíveis entre o pagamento transferido para a combinação de negócio e a remuneração pós-combinação aplicada para todas os prêmios substituíveis independente se o adquirente é obrigado a substituir o prêmio ou faz isso voluntariamente, (3) requerimentos transicionais para consideração de contingências de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data esclarece que o IAS 32, o IAS 39 e o IFRS 7 não se aplica para considerações de contingências que derivaram de uma combinação de negócio na qual a data de aplicação precede a aplicação do IFRS 3.

Alteração do IFRS 7 - esclarecimentos de divulgação: Incentiva divulgações qualitativas no contexto de requerimento de divulgações quantitativas para auxiliar os usuários formar uma imagem geral na natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros.

Alteração do IAS 1 - Esclarecimentos de mudanças na Demonstração do Patrimônio Líquido: esclarece que uma entidade pode apresentar a análise de outras receitas e despesas reconhecidas por item, seja na DMPL ou em notas explicativas.

Alteração do IAS 27 - Requerimentos de transição para a atualização do IAS 27: esclarece que a atualização feita para o IAS 21, IAS 28 e IAS 31 como resultado do IAS 27 deve ser aplicado prospectivamente (com exceção do parágrafo 35 do IAS 28 e parágrafo 46 do IAS 31) na qual deve ser aplicado retrospectivamente.

Alteração do IAS 34 - Eventos e transações significantes: Enfatiza o princípio do IAS 34 que a divulgação sobre eventos e transações significantes nos períodos intermediários deve atualizar as informações relevantes apresentadas na Demonstração Financeira anual mais recente e também esclarece como aplicar os princípios no que diz respeito aos instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos.

Alteração do IFRIC 13 - Valor justo de crédito concedido: esclarece que o valor justo de crédito concedido deve levar em consideração: (1) o valor dos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos clientes que não tiveram crédito concedido numa venda inicial e (2) quaisquer cancelamentos esperados.

Alteração do IFRIC 14 – O limite de um ativo de Benefício Definido, Requisitos de Contribuição Mínimo e sua Interação – Este IFRIC foi alterado para sanar uma consequência não intencional do IFRIC 14, onde as entidades não são permitidas em algumas circunstâncias poder reconhecer antecipações de contribuições de financiamento mínimo, como um ativo. Entidades devem aplicar esta interpretação prospectivamente para períodos anuais começando em 1 de janeiro de 2011 ou posterior.

O Banco entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, exceto para o IFRS 9, que o Banco está analisando os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Notas Explicativas

d) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota 2.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e compromissos reportados. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como segue:

- Método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, permitindo o hedge (principalmente moeda a termo e swaps) estático, empréstimos e adiantamentos. Os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente utilizando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis. As curvas das taxas de juros são dados de mercado observáveis.
- O modelo Black-Scholes de avaliação de instrumentos financeiros requer hedge dinâmico (principalmente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados). Determinadas informações observáveis de mercado são usadas no modelo Black-Scholes para gerar variáveis como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (bid-offer spread), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, conforme necessário.
- Tanto o método do valor presente como o modelo Black-Scholes são usados para avaliar instrumentos financeiros expostos a riscos de taxas de juros, como contratos de juros futuros, *cap* de juros e *floor* de juros.
- São usados modelos dinâmicos semelhantes aos usados na avaliação do risco de taxas de juros para calcular o risco de crédito de instrumentos lineares (como títulos de dívida e derivativos de rendimento prefixado).

A metodologia usada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhe na nota 2-d.

• Provisão para perdas sobre créditos

O Banco reconhece perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas através de métodos estatísticos que ainda não tenham sido alocados a operações específicas.

O Banco usa o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do crédito, usando modelos estatísticos que levam em conta três fatores: "exposição à inadimplência", "probabilidade de inadimplência" e "perda devido à inadimplência", conforme discutido em detalhes na nota 2-h.

• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis)

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

- Ativos tangíveis são discutidos em detalhes na nota 2-l.
- Ativos intangíveis são discutidos em detalhes na nota 2-n.
- Outros ativos são discutidos em detalhes na nota 2-o.
- Premissas usadas no cálculo atuarial de passivos e compromissos com benefícios previdenciários e outras obrigações.

O Banco oferece planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, de acordo com o IAS 19.

A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas.
- Tábuas de mortalidade.
- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias.
- Índice de inflação de preços.
- Índice anual de reajustes salariais.
- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Notas Explicativas

Os benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota 2-w.

• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme explicação na nota 2-z, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o Banco terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Gestão do capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco-ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referencia para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira de cada entidade estão expressados em Reais, moeda funcional do Banco e suas subsidiárias e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio no final do período, os itens não monetários são mensurados pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado do balanço é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como "Variações cambiais (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

Entende-se por "subsidiárias" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas nem sempre, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo Banco, como no caso de acordos com acionistas da investida. Controle é o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações financeiras das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

Na aquisição de uma subsidiária, seus ativos, passivos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo do ativo líquido identificável adquirido são reconhecidas como ágio (nota 13). Diferenças negativas são debitadas ao resultado na data de aquisição.

Notas Explicativas

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido do Banco é apresentada como "Participações não-controladoras" no balanço patrimonial consolidado (nota 26). Essa participação no lucro do exercício é apresentada como "Lucro atribuível as participações não-controladoras" na demonstração consolidada do resultado. Alterações na participação do Banco em uma subsidiária que não resultar em uma perda de controle são contabilizados como transações no patrimônio. Os saldos contábeis das participações do Banco e as participações não-controladoras são ajustados para refletir as mudanças das suas relativas participações nas subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado desde a data de aquisição até o fim do exercício. Similarmente, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício desde o início do exercício até a data da alienação.

O Anexo I contém informações significativas a respeito dessas entidades.

ii. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa, mas não controla nem detém controle conjunto, normalmente porque possui 20% ou mais do poder de voto da investida.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento do Banco na coligada. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

iii. Entidades de propósito específico

Quando o Banco constitui entidades de propósito específico ou detém participação societária nelas para permitir que seus clientes tenham acesso a determinados investimentos ou para a transferência de riscos ou para outros fins, o Banco avalia, utilizando critérios e procedimentos próprios e considerando a legislação vigente, se há controle (conforme a definição anterior) e, portanto, se essas entidades devem ser consolidadas. Esses critérios e procedimentos levam em conta, entre outros fatores, os riscos e as recompensas retidos pelo Banco e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco. Essas entidades incluem os veículos com propósito específico de securitização, os quais são integralmente consolidados se for constatado, conforme a análise anteriormente mencionada, que o Banco continua a exercer controle sobre eles.

iv. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinações de Negócios".

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- Eventuais saldos positivos entre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o custo da combinação de negócios são reconhecidos como ágio com base em benefícios econômicos futuros.

A nota explicativa 3, possui uma descrição das transações mais significativas ocorridas em 2008 e 2009. Em 2010, não ocorreram transações desta natureza.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

"Instrumentos financeiros híbridos" são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (nota 11).
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 22).

Notas Explicativas

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não correntes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Derivativos utilizados como hedge" e "Investimentos em coligadas", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja para eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou ambos que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado") estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidas por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil": saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.
- "Empréstimos e recebíveis": inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica.
- "Derivativos": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- "Derivativos utilizados como hedge": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- "Participações em coligadas": inclui os investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou associadas.

Notas Explicativas

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas").
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Depósitos do Banco Central do Brasil": depósitos de qualquer natureza recebidos do Banco Central do Brasil.
- "Depósitos de instituições de crédito": depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- "Depósitos de clientes": inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- "Obrigações por títulos e valores mobiliários": inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.
- "Posições vendidas": inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- "Dívidas subordinadas": valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- "Derivativos utilizados como hedge": inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Notas Explicativas

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	2010			2009		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	3.283.931	21.537.434	24.821.365	2.544.441	17.571.211	20.115.652
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	17.423.359	516.422	17.939.781	13.787.109	2.507.351	16.294.460
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.348.989	45.857.030	47.206.019	1.633.945	44.772.175	46.406.120
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	115.640	115.640	-	163.425	163.425
Passivos financeiros para negociação	29.339	4.755.314	4.784.653	33.025	4.401.709	4.434.734
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	-	-	-	1.795	1.795
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	112	112	-	9.806	9.806

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Não houve reclassificações entre o Nível 1 e o Nível 2 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o Banco não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

As principais técnicas usadas em 31 de dezembro de 2010 pelos modelos internos (Nível 2) do Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

- Na avaliação de instrumentos financeiros que permitem hedge estático (basicamente forwards e swaps) e na avaliação de empréstimos e adiantamentos a clientes, utiliza-se o método do valor presente. O fluxo de caixa futuro estimado é descontado utilizando-se as curvas de taxa de juros das respectivas moedas. As curvas de taxa de juros são, geralmente, dados de mercado observáveis.
- Na avaliação de instrumentos financeiros que exijam hedge dinâmico (basicamente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados), utiliza-se normalmente o modelo Black-Scholes. Quando apropriado, dados de mercado observáveis são utilizados para a obtenção de fatores, tais como diferença compra-venda, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

Notas Explicativas

- Na avaliação de determinados instrumentos financeiros expostos a risco de taxa de juros, tais como contratos futuros, caps e floors de taxa de juros, utilizam-se o método do valor presente (futuros) e o modelo Black-Scholes (opções plain vanilla). Os principais dados utilizados nesses modelos são basicamente dados de mercado observáveis, inclusive as respectivas curvas de taxa de juros, volatilidades, correlações e taxas de câmbio.
- No caso de instrumentos lineares (exemplos: derivativos de risco de crédito e renda fixa), o risco de crédito é mensurado utilizando-se modelos dinâmicos similares aos usados na medição do risco de taxa de juros. No caso de instrumentos não lineares, se a carteira estiver exposta a risco de crédito (exemplo: derivativos de crédito), a probabilidade conjunta de inadimplência é determinada utilizando-se o modelo Gaussiano de Correlação-padrão. Os principais dados utilizados para determinar o custo de crédito subjacente de derivativos de crédito são os prêmios de risco de crédito cotados e a correlação entre os derivativos de crédito cotados de diferentes emissores.

O valor justo dos instrumentos financeiros resultante dos modelos internos mencionados anteriormente leva em conta, entre outros, os termos do contrato e dados de mercado observáveis, que incluem taxas de juros, risco de crédito, taxas de câmbio, preço de mercado cotado de matérias-primas e ações, volatilidade e pré-pagamentos. Os modelos de avaliação não são significativamente subjetivos, já que essas metodologias podem ser ajustadas e auferidas, conforme adequado, através do cálculo interno do valor justo e da subsequente comparação com o respectivo preço ativamente negociado.

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos (Nível 2) em 31 de dezembro de 2010:

Em milhares de Reais	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos	Técnicas de avaliação	Principais premissas
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação	21.537.434		
	47.662	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito			
Instrumentos de dívida e Instrumentos de patrimônio	16.472.413	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Derivativos	5.017.359		
Derivativos utilizados como hedge	115.640		
Swaps	115.640	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de juros)
	516.422		
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado			
	292.034	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito			
Instrumentos de dívida	224.388	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Ativos financeiros disponíveis para venda	45.857.030		
Instrumentos de dívida e Instrumentos de patrimônio	45.857.030	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
PASSIVO:			
Passivos financeiros para negociação	4.755.314		
Derivativos	4.755.314		
Derivativos utilizados como hedge	112		
Swaps	112	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de câmbio e juros)

			Efeito razoável na mudança de Premissas nos Valores Justos ⁽¹⁾	
			Mais favorável	Menos favorável
Derivativos de negociação (líquidos)				
Swaps	590.092	Método do valor presente	13.518	(13.518)
			Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)	
Opções de taxa de câmbio	(157.873)	Modelo Black-Scholes	465	(465)
			Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio)	
Opções de taxa de juros	(117.221)	Modelo Black-Scholes	190.012	(190.012)
			Dados de mercado observáveis, liquidez e correlação (taxas de juros)	
Contratos futuros de taxa de câmbio	(46.916)	Método do valor presente	-	-
			Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio)	
Opção de ação	(6.037)	Modelo Black-Scholes		
			Dados de mercado observáveis, liquidez e correlação (ações e índices)	
			2.556	(2.556)

(1) A Metodologia aplicada está relacionada à premissa de alteração do valor justo em caso de necessidade de se desfazer uma posição, o que está diretamente relacionado a liquidez de cada mercado. Nesse contexto, instrumentos/mercados com alta liquidez são dispensados de tal estimativa e, para os demais instrumentos, tais estimativas são baseadas em metodologias internas, que geram multiplicadores, levando em consideração um ou vários dos itens abaixo, quando aplicáveis: (i) spread observado entre o Bid/Offer; (ii) fator de liquidez (de negociação) em diferentes fatores de risco; (iii) prazo da posição; (iv) tamanho da posição e (v) no caso das opções, seu preço em relação ao parâmetros de volatilidade ("vega"). Para produtos lineares, o efeito razoável na mudanças de premissas no cálculo do valor justo (mais favorável e menos favorável) refere-se a variabilidade do preço em relação a mudanças na taxa de juros utilizada em sua precificação e no caso das opções, a variabilidade de seu preço em relação a alteração nos parâmetros de volatilidade ("vega").

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos. As principais premissas utilizadas na mensuração dos instrumentos financeiros incluídos na tabela anterior e que foram avaliados por modelos internos empregando-se dados não observáveis de mercado são as seguintes:

- Correlação: as premissas relacionadas à correlação entre o valor dos ativos que apresentam cotação de mercado e o valor daqueles que não apresentam tal cotação baseiam-se em correlações históricas entre o impacto de mudanças adversas nas variáveis de mercado e o valor atribuído ao ativo para o qual não há cotação de mercado. A avaliação dos ativos dependerá do grau de conservadorismo do cenário escolhido.

Notas Explicativas

• Dividendos: as estimativas de dividendos utilizadas nos modelos internos baseiam-se nas previsões de dividendos a serem pagos. Como as expectativas de dividendos podem se alterar ou variar dependendo da fonte do preço (normalmente dados históricos ou consenso de mercado para a avaliação de opções) e as políticas de dividendos das empresas pode se alterar, a avaliação é ajustada pela melhor estimativa do nível estimado de dividendos em cenários mais ou menos conservadores.

• Liquidez: as premissas incluem estimativas em relação a liquidez de mercado. Por exemplo, leva-se em consideração a liquidez do mercado quando estimativas de muito longo prazo ou mudanças nas taxas de juros e câmbio são utilizadas, ou quando o instrumento é parte de um mercado novo ou em desenvolvimento, devido a ausência de preços de mercado que reflitam um preço razoável para esses produtos, os métodos padronizados de avaliação e as estimativas disponíveis podem levar a resultados menos precisos na avaliação desses instrumentos em uma determinada data.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes ao valor de mercado". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco ("Derivativos utilizados como hedge"); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos ("Instrumentos financeiros derivativos").

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de hedge se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito ("hedge de valor justo").

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis ("hedge de fluxo de caixa").

c. O investimento líquido em uma operação no exterior ("hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior").

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do hedge, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o hedge, sob condições normais, seja altamente efetivo ("efetividade prospectiva").

b. Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta ("efetividade retrospectiva").

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

Variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de hedge são reconhecidas da seguinte forma:

a. Em hedges de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido), são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

b. Em hedges de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - Hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.

c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de hedge relativos a hedges de fluxo de caixa e hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando hedges de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado" (desde o período em que o hedge se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

f) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

h) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.
- No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Os saldos são considerados como não recuperáveis e o provisionamento de juros é suspenso quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas pelas entidades consolidadas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Cobranças relativas a empréstimos e recebíveis não recuperáveis são utilizadas para reconhecer os juros provisionados, e o restante, se houver, para reduzir o principal em aberto. O valor dos ativos financeiros que seriam considerados como não recuperáveis caso as suas condições não tivessem sido renegociadas não é substancial em relação às demonstrações financeiras do Banco como um todo.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades consolidadas para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda por não-recuperação incorrida sobre um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.

Notas Explicativas

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não-recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva do instrumento (se a sua taxa contratual for fixa) ou a taxa contratual efetiva na data de desconto (se for variável).

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

O Banco possui certas políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e compromissos, na identificação de sua não-recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas decorrentes de risco de crédito, o Banco efetua a seguinte distinção:

a. Provisão específica

O Banco utiliza um *proxy* para provisão específica, conforme detalhado abaixo. Essas regras são utilizadas para calcular os requisitos mínimos de provisão. Avaliamos então a necessidade de constituir provisão adicional, segundo os critérios do IAS 39, com base em nossa experiência histórica sobre não-recuperação e em outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

O Banco classifica operações de crédito de acordo com seu nível de risco e o número de dias de atraso dessa operação. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com:

- As condições do devedor e de qualquer avalista, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atuação, contingências e limites de crédito; e
- As características da operação, tais como sua natureza e objetivo, tipo, suficiência e nível de liquidez da garantia e valor total do crédito.

b. Provisão para perdas incorridas não especificamente identificadas

O Banco cobre suas perdas inerentes com instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo no resultado e com passivos contingentes levando em conta a experiência histórica de não-recuperação e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para tais fins, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base das informações financeiras, calculadas utilizando-se métodos estatísticos, que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas.

O Banco utiliza o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do risco de crédito e inclui-lo no cálculo do retorno ajustado ao risco de suas operações.

Perda incorrida é o custo que se espera do risco de crédito de uma operação e que se manifestará no prazo de um ano (ciclo de negócios) a contar da data do balanço, levando-se em conta as características da contraparte e as garantias relacionadas à operação.

A perda incorrida é calculada utilizando-se modelos estatísticos que consideram três fatores, a saber: "exposição na inadimplência", "probabilidade de inadimplência" e "perda por inadimplência".

- Exposição na inadimplência (EAD) é o valor da exposição ao risco na data da inadimplência da contraparte.

De acordo com o IFRS, a exposição na inadimplência usada nesse cálculo é a exposição corrente, conforme apresentada no balanço patrimonial.

- Probabilidade de inadimplência (PD) é a probabilidade de que a contraparte não cumpra suas obrigações de pagamento do principal e/ou juros. A probabilidade de inadimplência está relacionada à classificação/pontuação de cada contraparte/operação.

A PD é mensurada utilizando-se um horizonte de tempo de um ano, ou seja, ela quantifica a probabilidade de inadimplência da contraparte no próximo ano. A definição de inadimplência utilizada inclui atrasos de 90 dias ou mais e hipóteses nas quais não haja inadimplência, mas haja dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos de liquidação duvidosa subjetiva).

- Perda por inadimplência (LGD) é a perda resultante no caso de inadimplência.

O cálculo da LGD baseia-se na observação das recuperações de empréstimos não honrados, levando-se em conta as garantias associadas à transação, as receitas e despesas relacionadas com o processo de recuperação e, ainda, o tempo de inadimplência e os custos indiretos gerados no processo de recuperação.

Este parâmetro não leva em conta ajustes relativos ao desaquecimento econômico.

A metodologia utilizada pelo Banco para calcular a provisão para perdas sobre créditos não identificadas de modo específico tem por objetivo identificar o montante das perdas incorridas na data do balanço patrimonial com empréstimos que ainda não tenham sido identificados como tendo sofrido perda de valor recuperável, mas que é estimado, com base no histórico de pagamentos e em fatos específicos, que irão se manifestar no prazo de um ano a contar da data do balanço. O exposto acima demonstra que esses créditos estavam apresentando problemas na data do balanço. Isto é o que o Banco chama de perdas inerentes no contexto de nossos modelos internos nos quais as provisões para perdas sobre crédito são calculadas.

Notas Explicativas

Tal abordagem descrita é utilizada como regra geral. Contudo, em certos casos, como resultado de suas características particulares, esta abordagem não é aplicada, sendo utilizadas abordagens alternativas:

1. Carteiras de baixa inadimplência

Em determinadas carteiras (risco país, instituições financeiras ou grandes corporações), o número de inadimplências observado é muito pequeno ou nulo. Nesses casos, o Banco optou por usar os dados contidos nos spreads de derivativos de crédito para estimar a perda esperada descontada pelo mercado e classificá-la em PD e LGD.

2. Unidades top-down

Nos casos excepcionais em que o Banco não tenha dados suficientes para construir um modelo de mensuração de risco de crédito suficientemente robusto, a perda esperada com as carteiras de crédito é estimada com base em uma aproximação top-down, na qual o custo médio historicamente observado das carteiras de crédito é usado como a melhor estimativa da perda esperada. À medida que os modelos de crédito são desenvolvidos e medições bottom-up são obtidas, as medições top-down utilizadas para essas unidades são gradualmente substituídas.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda

O valor das perdas por não-recuperação com esses instrumentos é a diferença positiva entre seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, menos qualquer perda por não-recuperação previamente reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

Quando há prova objetiva, na data de mensuração desses instrumentos, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a uma não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - Ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Se a totalidade ou parte das perdas por não-recuperação for subsequentemente revertida, o valor revertido é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, na demonstração consolidada do resultado do exercício em que houver ocorrido a reversão (ou no patrimônio líquido, sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - Ativos financeiros disponíveis para venda", no caso de instrumentos de patrimônio).

iv. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda por não-recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não-recuperação são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes" ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Portanto, prevê-se que o valor contábil desses itens - que podem ser de natureza financeira ou outra - será recuperado através do produto de sua alienação. Especificamente, imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação de ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

k) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados e das taxas médias de juros no final dos exercícios de 2010 e 2009 é informada na nota 42-c.

Notas Explicativas

I) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperavel, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperavel registrada em "Perdas com outros ativos". Adicionalmente os valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

m) Contabilização de leasings

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica "Empréstimos e recebíveis" no balanço patrimonial consolidado.

A receita financeira decorrente desses contratos é creditado a conta "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

ii. Leasings operacionais

Em leasings operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as entidades consolidadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica "Ativo tangível" (nota 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de leasings operacionais é reconhecida pelo método linear na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração consolidada do resultado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de leasing, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica "Outras despesas administrativas" em suas demonstrações consolidadas do resultado.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelo Banco. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

Notas Explicativas

i. Ágio

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que a empresa se torna coligada. Na aquisição do investimento, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios". Portanto:

(a) O ágio referente a uma coligada é incluído no valor contábil do investimento. No entanto, a amortização desse ágio não é permitida e, portanto, não é incluída na determinação da parcela da investidora no resultado da coligada.

(b) Qualquer excedente da parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada ao custo dos investimentos é excluído do valor contábil do investimento e incluído como lucro na determinação da parcela da investidora no resultado da coligada no período no qual o investimento é adquirido.

O ágio - reconhecido somente quando a aquisição se der a título oneroso - representa, portanto, um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis" na demonstração consolidada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos (tais como lista de clientes adquiridas) que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

O Banco utiliza o valor em uso dos outros ativos intangíveis – listas de clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso das listas de clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios um "Business Case" que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estes "Business Case" são revisados tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

p) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o banco aceita um risco significante – que não seja risco financeiro - de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Provisões matemáticas de benefícios a conceder são reconhecidas baseados em contribuições efetuadas sobre o regime financeiro de capitalização. As provisões matemáticas para benefícios a conceder representa garantias sobre planos de lucros continuados na qual são reconhecidos através de cálculos atuariais para o tradicional plano de pensão (PGBL) e Vida Garantidos de Benefícios Livres (VGBL).

Notas Explicativas

Todos os métodos de valorização utilizados pelas subsidiárias são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinadas pelo órgão regulador local ou baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro são definidos pela administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

q) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda para as entidades consolidadas cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos além do controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado ou na demonstração consolidada do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as consequências do evento que lhes deu origem e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Provisões são classificadas de acordo com as obrigações cobertas da seguinte forma:

- Provisões para fundos de pensões e obrigações similares: incluem o valor de todas as provisões constituídas para cobrir benefícios pós-emprego, incluindo obrigações com beneficiários de aposentadoria antecipada e obrigações similares.
- Provisões para passivos contingentes, compromissos, provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões: incluem o valor das provisões reconhecidas para cobrir contingências fiscais e legais e ações judiciais trabalhistas e cíveis e das demais provisões reconhecidas pelas entidades consolidadas.

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

Liquidação em ação

São referentes a opções de compra de ações do Banco promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "Patrimônio Líquido – Reservas – Pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em dinheiro

No início do Plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em Outras obrigações em contrapartida com a Despesa de pessoal.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.

Contudo, o reconhecimento de juros provisionados na demonstração consolidada do resultado fica suspenso para instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos classificados individualmente como não recuperáveis e para instrumentos cujas perdas por não-recuperação tenham sido avaliadas coletivamente por terem pagamentos em atraso por mais de três meses. Esses juros são reconhecidos como receita, quando cobrados, como uma reversão das respectivas perdas por não-recuperação.

Notas Explicativas

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros recebidos no início das transações e os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões - Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 42-a contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (asset management e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

O Banco comprometeu-se a complementar os benefícios do sistema público de previdência de determinados funcionários e dos beneficiários dos direitos desses funcionários, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte.

As obrigações pós-emprego do Banco com seus funcionários são consideradas como "planos de contribuição definida", nos quais o Banco realiza contribuições predeterminadas (reconhecidas na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração consolidada do resultado) a uma entidade separada, o Banco não terá nenhuma obrigação legal ou efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não puder pagar os benefícios aos funcionários relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. Obrigações pós-emprego que não atendam às condições mencionadas anteriormente são classificadas como "planos de benefício definido" (nota 22).

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas nesse sentido a cada exercício são reconhecidas sob a rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração consolidada do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, sob a rubrica "Provisões - Provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no passivo do balanço patrimonial consolidado.

Notas Explicativas

Planos de benefício definido

O Banco reconhece sob a rubrica "Provisões - Provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no passivo do balanço patrimonial consolidado (ou sob a rubrica "Outros ativos", conforme o caso) o valor presente de suas obrigações pós-emprego de benefício definido, líquido do valor justo dos ativos do plano e dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos cumulativos não reconhecidos divulgados na avaliação dessas obrigações, as quais são diferidas utilizando-se o método do corredor, e líquido do custo de serviços passados, que é diferido ao longo do tempo, conforme explicado a seguir.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que atendam às seguintes condições:

- Não sejam de propriedade das entidades consolidadas, mas de um terceiro legalmente desvinculado que não seja uma parte relacionada ao Banco.
- Somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades consolidadas, a menos que os ativos que permaneçam no plano sejam suficientes para satisfazer todas as obrigações do plano e da entidade no tocante aos benefícios de atuais e ex-funcionários ou para reembolsar benefícios a funcionários já pagos pelo Banco.

Ganhos e perdas atuariais são definidos como aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza, plano a plano, o método do corredor e reconhece na demonstração consolidada do resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais cumulativos não reconhecidos ao início de cada exercício que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano ao início do exercício.

O custo de serviços passados, que decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido pelo método linear na demonstração consolidada do resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - definido como o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - sob a rubrica "Despesas com pessoal".
- Custo de juros - definido como o aumento, durante o exercício, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - sob a rubrica "Despesas com juros e similares". Quando as obrigações são apresentadas no passivo do balanço patrimonial consolidado, líquidas dos ativos do plano, o custo dos passivos reconhecidos na demonstração do resultado refere-se exclusivamente às obrigações reconhecidas como passivos.
- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano, sob a rubrica "Receitas com juros e similares".
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados, sob a rubrica "Provisões (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo de serviço, obrigações por morte de cônjuge ou invalidez antes da aposentadoria, que dependam do tempo de serviço do funcionário para com a entidade, e outros itens similares, são tratados para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (vide nota 22).

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de renda

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15% para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota 23, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como "Correntes" - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e "Diferidos" - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e "Diferidos" - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Notas Explicativas

O passivo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, coligadas ou joint ventures, exceto quando o Banco for capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, as atividades operacionais do Banco Santander.

3. Mudança no escopo de consolidação

a) Contribuição do Banco Real

Em 24 de julho de 2008, o Banco Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto das empresas do Conglomerado ABN AMRO Real no Brasil, depois de reunir todas as condições para essa transferência de controle, especialmente a aprovação do "De Nederlandsche Bank" (o Banco Central da Holanda) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008 do Banco Santander, Banco Real e AAB Dois Par aprovou a reestruturação societária, tal como definido no Acordo e Plano de Incorporação de Ações do Banco ABN AMRO Real SA e ABN AMRO Brasil Dois Participações SA em Banco Santander SA (Protocolo).

No acordo de fusão acima referido, foram estabelecidas as justificativas e as condições para a reestruturação societária que consiste na fusão de todas as ações do Banco Real e AAB Dois Par no Banco Santander (Incorporação de Ações). Como resultado da fusão de partes: (a) Banco Real e AAB Dois Par foram convertidas em subsidiárias integrais do Banco Santander, (b) o capital do Banco Santander foi aumentado com base no valor econômico das ações do Banco Real e AAB Dois Par de R\$ 9.131.448 mil para R\$ 47.152.201 mil e (c) ações foram emitidas pelo Banco Santander e entregues aos respectivos acionistas do Banco Real e AAB Dois Par.

Os principais objetivos desta operação foram: (a) assegurar a transferência dos negócios adquiridos pelo Banco Santander Espanha para a sua subsidiária em operação no Brasil - o Banco Santander, (b) assegurar a preservação da entidade corporativa do Banco Santander, Banco Real e AAB Dois Par, (c) concentrar os interesses minoritários nestas instituições somente no Banco Santander.

A operação permite racionalizar e simplificar a estrutura de capital das empresas do Santander no Brasil permitirá que os acionistas do Banco Real e AAB Dois Par se tornar acionistas de uma empresa de capital aberto e ter acesso à atual política de dividendos do Banco Santander.

Esta nova estrutura permite também uma redução dos custos administrativos, especialmente aqueles relacionados às exigências legais e regulamentares.

Como esta operação envolve a incorporação de ações, a personalidade jurídica do Banco Real e AAB Dois Par foram preservadas e quaisquer alterações posteriores à data dos balanços foram devidamente contabilizados em seus livros contábeis.

A incorporação de ações do Banco Real para o Banco foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em janeiro de 2009.

Notas Explicativas

A alocação do preço de compra ("PPA") demonstrada abaixo e contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinações de Negócios" reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data em que o Santander Espanha adquiriu o controle do Banco Real, uma vez que naquela data o Banco Real passou a operar sob controle comum com o Banco. Segue alocação abaixo:

Em milhares de Reais	Valor contábil	Valor justo ⁽¹⁾	Ajuste
Ativo líquido adquirido			
Ativo	132.301.795	130.930.255	(1.371.540)
Sendo:			
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	12.147.982	12.147.982	-
Instrumentos de dívida	21.758.968	21.728.385	(30.583)
Empréstimos e financiamentos a clientes	69.669.710	68.039.392	(1.630.318)
Ativo tangível	1.072.896	1.344.375	271.479
Passivo	(119.436.124)	(120.826.655)	(1.390.531)
Sendo:			
Depósitos de instituições de crédito	(20.946.768)	(20.932.165)	14.603
Depósitos de clientes	(75.372.552)	(75.419.151)	(46.599)
Dívidas subordinadas	(3.440.670)	(3.491.143)	(50.473)
Outros passivos financeiros	(5.974.858)	(5.852.833)	122.025
Provisões ⁽⁴⁾	(3.536.049)	(4.968.623)	(1.432.574)
Ativo líquido adquirido	12.865.671	10.103.600	(2.762.071)
Intangível ⁽²⁾		1.229.716	
Valor justo dos ativos		11.333.316	
Contraprestação total ⁽³⁾		38.946.426	
Através de:			
Ações		38.920.753	
Caixa		25.673	
Ágio		27.613.110	

(1) Os valores de mercado dos ativos e passivos adquiridos foram apurados com base em uma avaliação independente realizada em 29 de agosto de 2008 (data de aquisição) e ajustado em 30 de junho de 2009 conforme permitido pelo IFRS. Esses ativos e passivos foram mensurados com base em avaliações dos ativos tangíveis, na remuneração dos assessores jurídicos relacionada a passivos contingentes (em Provisões) e na análise do fluxo de caixa descontado de outros ativos e passivos, considerando a previsão de benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos intangíveis.

(2) Valor relacionado à carteira de clientes, cuja vida útil estimada é de 10 anos.

(3) A contraprestação total baseia-se nos valores pagos pelo Grupo Santander para a aquisição do Banco Real.

(4) Inclui o montante de R\$124.684 mil ajustado em 30 de junho de 2009 relacionado a revisão do valor justo das provisões, conforme permitido pelo IFRS 3.

A incorporação do Banco Real e da AAB Dois Par no Banco resultou em um aumento na participação de mercado do Banco e na sua capacidade e diversificação da carteira, resultando em uma posição mais forte de capital e liquidez.

b) Incorporação de Ações da Santander Seguros S.A. (Santander Seguros), do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS) e da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 14 de agosto de 2009, do Banco Santander, da Santander Seguros, do BCIS e da Santander Brasil Asset, foi aprovada a proposta de reestruturação societária nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Santander Seguros S.A., do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. e da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ao Patrimônio do Banco Santander (Brasil) S.A." (Protocolo).

No Protocolo foram estabelecidas as justificações e condições da reestruturação societária constituída pela incorporação da totalidade de ações de emissão da Santander Seguros, do BCIS e da Santander Brasil Asset ao patrimônio do Banco Santander (Incorporações de Ações). Como resultado das Incorporações de Ações a Santander Seguros, o BCIS e a Santander Brasil Asset (Incorporadas) foram convertidas em subsidiárias integrais do Banco Santander (Incorporador), nos termos do art. 252 da Lei 6.404/1976. O patrimônio do Banco Santander foi aumentado no valor de R\$2.471.413 correspondente ao valor contábil das ações da Santander Seguros, do BCIS e da Santander Brasil Asset, mediante a emissão de 14.410.886 ações (7.710.343 Ações Ordinárias e 6.700.543 Ações Preferenciais), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, entregues aos respectivos acionistas das Incorporadas.

A incorporação foi contabilizada pelo Banco utilizando o Balanço Patrimonial histórico de 30 de junho de 2009 em IFRS das companhias incorporadas, uma vez que essas incorporações foram contabilizadas como uma combinação de negócios dentro de controle comum.

Considerando o fato de que tais transações são uma incorporação de ações, a personalidade jurídica do Santander Seguros, Banco BCIS e Santander Brasil Asset foram preservadas e qualquer variação subsequente a data do balaço foram contabilizadas apropriadamente nos respectivos livros contábeis.

A Incorporação de Ações da Santander Seguros acarretou participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros. Em 26 de maio de 2010, a Santander Seguros alienou a participação no Banco Santander correspondente a 16.767 mil ações (7.241 mil ações ordinárias e 9.526 mil ações preferenciais) via pregão na BM&FBovespa, eliminando a participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros.

A incorporação de ações foi homologada pelo Bacen em 28 de setembro de 2009.

Notas Explicativas

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2009 são demonstrados abaixo. Tais informações têm por objetivo fornecer uma posição dos impactos patrimoniais associados a essas aquisições.

Ativo	17.680.796
Sendo:	
Instrumentos de dívida	2.522.657
Instrumentos de patrimônio	13.372.434
Empréstimos e adiantamentos a clientes	172.190
Ativo tangível	4.072
Passivo	17.680.796
Sendo:	
Depósitos de clientes	918.682
Passivos por contratos de seguro	13.350.163
Provisões	159.758
Patrimônio líquido	2.471.413

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

Em milhares de Reais	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	3.158.003	18.730.403
Sendo:		
Caixa	3.158.003	3.630.669
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	-	15.099.734
Aplicações no mercado aberto ⁽²⁾	12.456.450	-
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil ⁽³⁾	41.185.698	8.538.609
Total	56.800.151	27.269.012

(1) Compreende operações compromissadas com compromisso de revenda, de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor.

(2) Compreende operações compromissadas com compromisso de revenda, de longo prazo e não consideradas como equivalente de caixa.

(3) Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	47.662	67.170
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	292.034	1.907.265
Empréstimos e recebíveis	22.658.520	24.228.143
Total	22.998.216	26.202.578
Tipo:		
Depósito a prazo ⁽²⁾	9.110.447	9.945.047
Operações compromissadas ⁽¹⁾⁽²⁾	599.999	6.160.397
Depósitos judiciais	7.316.926	6.192.292
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior ⁽²⁾	5.826.715	3.493.254
Outras contas	144.129	411.588
Total	22.998.216	26.202.578
Moeda:		
Real	17.412.613	20.775.625
Dólar norte-americano	5.100.831	5.086.320
Euro	455.831	293.329
Libra esterlina	3.046	14.729
Outras moedas	25.895	32.725
Perdas por não-recuperação	-	(150)
Total	22.998.216	26.202.578

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

(2) Em 2010, inclui R\$6.188.896 mil de transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor, consideradas equivalentes de caixa.

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

Notas Explicativas

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	16.472.413	12.554.035
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	224.388	210.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	45.477.982	44.745.924
Empréstimos e recebíveis	81.444	-
Total	62.256.227	57.510.932
Tipo:		
Títulos do governo - Brasil ⁽¹⁾	55.443.469	53.620.439
Títulos do governo - outros países	379.341	366.252
Debêntures e Notas promissórias	4.523.111	2.301.584
Outros títulos de dívida	1.910.306	1.252.332
Perdas por não-recuperação ⁽²⁾	-	(29.675)
Total	62.256.227	57.510.932
Moeda:		
Real	61.329.205	56.782.142
Dólar norte-americano	547.681	392.213
Euro	379.341	366.252
Perdas por não-recuperação ⁽²⁾	-	(29.675)
Total	62.256.227	57.510.932

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-B, NTN-C e NTN-F).
(2) Em 2010 foi liquidada a posição em debentures e portanto baixada a respectiva perda por não recuperação.

Em 31 de dezembro de 2010, inclui R\$27.348.766 mil (em 2009 - R\$2.590.485 mil) de instrumentos de dívida vinculadas a operações compromissadas, R\$7.259.356 mil (em 2009 - R\$ 17.994.443 mil) vinculados a depósitos compulsórios no Banco Central, R\$4.316.863 mil (em 2009 - R\$2.392.715 mil) vinculados a garantia de operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa e R\$24.059.449 mil (em 2009 - R\$19.720.547 mil) vinculados a depósitos judiciais, a cobertura dos passivos de seguros relacionados ao planos de PGBL/VGBL e outras garantias.

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	3.283.931	2.544.441
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	17.423.359	13.787.109
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.728.037	1.660.196
Total	22.435.327	17.991.746
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	1.153.037	1.470.918
Ações de empresas estrangeiras	503	67.876
Fundos de investimentos e ações ⁽¹⁾	21.281.787	16.452.952
Total	22.435.327	17.991.746

(1) Inclui investimentos em plano garantidor de benefícios livres – PGBL/VGBL, relacionadas aos passivos para contratos de seguros.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	2.544.441	678.993
Mudança no escopo de consolidação líquida (nota 3)	-	1.722.965
Adições/Baixas (Líquidas)	360.610	(9.148)
Ajustes decorrentes de avaliação	378.880	151.631
Saldo no final do exercício	3.283.931	2.544.441

Notas Explicativas

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	13.787.109	-
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	11.257.572
Adições/Baixas (Líquidas)	2.480.188	-
Ajustes decorrentes de avaliação ⁽¹⁾	1.156.062	2.529.537
Saldo no final do exercício	17.423.359	13.787.109

(1) A variação da cota dos fundos PGBL/VGBL estão contabilizadas no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais - Despesas com contratos de seguros" líquidas das respectivas variações das provisões técnicas.

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros disponíveis para venda" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	1.660.196	1.244.490
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	4.526
Adições/Baixas (Líquidas)	(22.584)	192.600
Ajustes decorrentes de avaliação	90.425	218.580
Saldo no final do exercício	1.728.037	1.660.196

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

a) Valores de referência (nocional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

A composição dos valores de referência (nocional) e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação e hedge mantidos pelo Banco é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010		2009	
	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Valor de referência (nocional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e outros:				
Swaps de taxa de juros	53.050.746	15.076.839	50.761.630	12.646.099
Compra e venda de opções	351.261.588	(136.695)	181.501.740	33.762
Contratos a termo e de futuros	81.921.145	10.289	32.263.081	-
Risco de moeda estrangeira:				
Compra e venda de câmbio ⁽¹⁾	36.923.396	(14.522.887)	40.616.308	(11.648.297)
Compra e venda de opções	12.351.165	2.193	28.983.489	(333.259)
Contratos a termo e de futuros	26.713.978	(167.694)	22.063.175	(150.008)
	562.222.018	262.045	356.189.423	548.297
Derivativos de hedge				
Risco de taxa de juros:				
Contratos futuros ⁽²⁾	7.165.189	-	15.294.094	-
Swaps de taxas de juros	549.276	115.528	1.249.645	153.619
	7.714.465	115.528	16.543.739	153.619
Total	569.936.483	377.573	372.733.162	701.916

(1) Inclui derivativos de crédito que o Banco utiliza para reduzir ou eliminar sua exposição a riscos específicos decorrentes da compra ou venda de ativos associados com a gestão da carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2010, o volume de derivativos de crédito com taxa de retorno total – risco de crédito corresponde a R\$495.066 mil (em 31 de dezembro de 2009 – R\$655.126 mil) de custo e R\$444.330 mil (em 31 de dezembro de 2009 – R\$527.532 mil) de valor justo. Durante o período, não houve eventos de crédito relacionados a eventos previstos nos contratos. O capital básico exigido totalizou R\$8.121 mil (em 31 de dezembro de 2009 – R\$7.498 mil).

(2) Os contratos futuros registrados na BM&FBovespa tem as posições a receber e a pagar liquidadas diariamente.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" no resultado consolidado e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Por conseguinte, a interpretação correta do resultado de "Títulos e valores mobiliários e derivativos de mercadorias", apresentado a seguir, deve considerar que a maioria desses itens está relacionada com opções de ações sobre as quais foi recebido um prêmio que compensa o valor justo negativo. Além disso, o valor justo é compensado por valores justos positivos gerados por posições simétricas na carteira de negociação do Banco.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

Notas Explicativas

A exposição ao risco de crédito acumulada, por derivativo financeiro, é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Derivativos de títulos e valores mobiliários	201.449	162.588
Derivativos cambiais	75.988.539	91.662.972
Derivativos de taxas de juros	493.746.495	280.907.602
Total	569.936.483	372.733.162

b) Derivativos para negociação

A composição dos valores de referência (nocional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

Em milhares de Reais	2010			2009	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Swap	24.247.488	15.961.375	49.765.279	89.974.142	91.377.938
Opções	188.184.542	155.140.045	20.288.166	363.612.753	210.485.229
Contratos de Futuros	53.875.301	22.769.750	17.657.390	94.302.441	44.886.986
Contratos a Termo e Outros	7.396.948	3.956.973	2.978.761	14.332.682	9.439.270
Total	273.704.279	197.828.143	90.689.596	562.222.018	356.189.423

Os detalhes do valor justo dos derivativos para negociação registrados no ativo e no passivo:

Em milhares de Reais	2010		2009	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
"Swap" - Diferencial a Receber/Pagar ⁽¹⁾	4.328.952	3.775.000	3.998.568	3.000.766
Prêmios de Opções a Exercer	210.232	344.734	570.923	870.420
Contratos a Termo e Outros	478.175	635.580	380.515	530.523
Total	5.017.359	4.755.314	4.950.006	4.401.709

(1) Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) "Hedge" de Risco de Mercado

Em milhares de Reais	2010			2009		
	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	118.348	115.528	(2.820)	169.931	153.619	(16.312)
Ativo	549.276	557.766	8.490	1.249.645	1.259.020	9.375
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	424.211	426.852	2.641	862.027	867.810	5.783
Indexados em Moeda Estrangeira - Libra Esterlina	-	-	-	387.618	391.210	3.592
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	125.065	130.914	5.849	-	-	-
Passivo	(430.928)	(442.238)	(11.310)	(1.079.714)	(1.105.401)	(25.687)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(305.837)	(311.367)	(5.530)	(1.075.922)	(1.101.588)	(25.666)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(125.091)	(130.871)	(5.780)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	(3.792)	(3.813)	(21)
Objeto de "Hedge"	429.896	443.446	13.550	1.073.020	1.100.046	27.026
Operação de Crédito	429.896	443.446	13.550	685.405	708.566	23.161
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	304.794	311.381	6.587	681.613	704.753	23.140
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	125.102	132.065	6.963	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	3.792	3.813	21
Obrigações por Empréstimos	-	-	-	387.615	391.480	3.865
Indexados em Moeda Estrangeira - Libra Esterlina	-	-	-	387.615	391.480	3.865

d) "Hedge" de Fluxo de Caixa

Operações de "Hedge" de Fluxo de Caixa - DI Futuros, com valor referencial de R\$7.165.189 mil (em 2009 - R\$15.294.094 mil), com vencimentos que em 2 de janeiro de 2012. O efeito da marcação a mercado está contabilizado no patrimônio líquido correspondendo a um débito no montante de R\$186.578 mil (em 2009 - R\$262.695 mil), líquido dos efeitos tributários. O valor de curva e de mercado das operações classificados como objeto de "hedge", certificados de depósitos bancários - CDB, é de R\$7.385.636 mil (em 2009 - R\$15.337.856 mil).

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estava em conformidade com a regulamentação vigente e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

e) Posições vendidas

As posições vendidas para 2010 e 2009 referem-se a empréstimos de Instrumentos de patrimônio.

Notas Explicativas

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	389.113
Empréstimos e recebíveis	151.366.561	127.934.811
Sendo:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	160.558.323	138.005.290
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(9.191.762)	(10.070.479)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	151.366.561	128.323.924
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	160.558.323	138.394.403

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Em milhares de Reais	2010	2009
Por setor devedor:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	78.101.177	66.600.944
Crédito imobiliário - construção	5.392.015	3.828.675
Crédito imobiliário - hipotecário	6.698.125	5.225.798
Empréstimos a pessoas físicas	60.250.581	49.103.083
Leasing	10.116.425	13.635.903
Total ⁽¹⁾	160.558.323	138.394.403

(1) Inclui crédito comercial, créditos garantidos, operações compromissadas, arrendamento mercantil - financeiro, outros créditos a prazo e ativos não recuperáveis.

Fórmula de taxa de juros:		
Juros prefixados	98.669.915	90.663.927
Juros pós-fixados	61.888.408	47.730.476
Total	160.558.323	138.394.403

c) Perdas por não-recuperação

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes” são as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Saldo no início do exercício	10.070.479	8.181.156	2.249.432
Perdas por não-recuperação contra o resultado	9.050.547	10.520.390	4.533.301
Sendo:			
<i>Comercial, de instituições financeiras e industrial</i>	<i>3.097.195</i>	<i>3.071.839</i>	<i>1.451.583</i>
<i>Imobiliário</i>	<i>70.538</i>	<i>27.531</i>	<i>25.939</i>
<i>Empréstimos a pessoas físicas</i>	<i>5.780.316</i>	<i>7.197.954</i>	<i>2.951.494</i>
<i>Leasing</i>	<i>102.498</i>	<i>223.066</i>	<i>104.285</i>
Mudança no escopo de consolidação	-	-	4.717.191
Sendo:			
<i>Comercial, de instituições financeiras e industrial</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.987.596</i>
<i>Imobiliário</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>48.301</i>
<i>Empréstimos a pessoas físicas</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2.609.890</i>
<i>Leasing</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>71.404</i>
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(9.929.264)	(8.631.067)	(3.318.768)
Sendo:			
<i>Comercial, de instituições financeiras e industrial</i>	<i>(3.209.180)</i>	<i>(3.072.849)</i>	<i>(738.611)</i>
<i>Imobiliário</i>	<i>(42.026)</i>	<i>(31.177)</i>	<i>(13.279)</i>
<i>Empréstimos a pessoas físicas</i>	<i>(6.508.585)</i>	<i>(5.377.097)</i>	<i>(2.513.112)</i>
<i>Leasing</i>	<i>(169.473)</i>	<i>(149.944)</i>	<i>(53.766)</i>
Saldo no final do exercício	9.191.762	10.070.479	8.181.156

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	817.635	537.509	430.656
<i>Sendo:</i>			
<i>Comercial, de instituições financeiras e industrial</i>	<i>88.507</i>	<i>41.995</i>	<i>144.325</i>
<i>Imobiliário</i>	<i>68.792</i>	<i>57.757</i>	<i>29.230</i>
<i>Empréstimos a pessoas físicas</i>	<i>634.779</i>	<i>420.366</i>	<i>246.001</i>
<i>Leasing</i>	<i>25.557</i>	<i>17.391</i>	<i>11.100</i>

Levando em conta os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis" totalizavam R\$8.232.912 mil em 2010, R\$9.982.881 mil em 2009 e R\$4.102.645 mil em 2008.

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Saldo no início do exercício	9.899.884	7.730.464	2.092.787
Adições líquidas	9.378.028	10.800.487	5.035.515
Ativos baixados	(9.929.264)	(8.631.067)	(3.318.768)
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	-	3.920.930
Saldo no final do exercício	9.348.648	9.899.884	7.730.464

Esse valor, após deduzir as provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Banco do valor justo dos ativos não recuperáveis.

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito em 31 de dezembro de 2010 e 2009, classificados por tempo do valor vencido mais antigo:

Em milhares de Reais	2010	2009
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	3.002.651	1.725.651
Com saldos vencidos de:		
3 a 6 meses	2.450.311	2.813.568
6 a 12 meses	3.171.528	4.818.827
12 a 18 meses	372.151	493.371
18 a 24 meses	293.796	30.770
Mais de 24 meses	58.211	17.697
Total	9.348.648	9.899.884

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. O prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

e) Carteira de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2010	2009
Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil	12.921.149	18.199.753
<i>Arrendamentos a receber</i>	<i>8.721.847</i>	<i>11.165.564</i>
<i>Valores residuais a realizar ⁽¹⁾</i>	<i>4.199.302</i>	<i>7.034.189</i>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(8.496.306)	(10.858.258)
Valores residuais a balancear	(4.199.302)	(7.034.188)
Imobilizado de arrendamento	21.304.308	24.214.659
Depreciações acumuladas	(12.324.135)	(10.041.819)
Superveniências de depreciações	9.805.118	8.781.285
Perdas em arrendamentos a amortizar	166.451	154.887
Credores por antecipação de valor residual	(9.107.457)	(9.824.700)
Outros valores e bens	46.599	44.284
Total	10.116.425	13.635.903

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil.

A Receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (Receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos Pagamentos mínimos a receber) é de R\$2.804.729 mil (em 2009 - R\$4.563.850 mil).

Em 31 de dezembro de 2010, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Notas Explicativas

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2010	2009
Vencidas	322.851	339.103
A Vencer:		
Até 1 ano	5.207.603	6.330.608
De 1 a 5 anos	7.384.925	11.523.166
Acima de 5 anos	5.770	6.876
Total	12.921.149	18.199.753

Carteira de arrendamento a valor presente

Em milhares de Reais	2010	2009
Vencidas	228.222	258.589
A Vencer:		
Até 1 ano	4.796.604	5.733.608
De 1 a 5 anos	5.089.299	7.639.674
Acima de 5 anos	2.300	4.032
Total	10.116.425	13.635.903

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	355.285	291.002
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos	38.037	228.267
Alienações ⁽¹⁾	(225.796)	(183.195)
Empresas adquiridas	-	19.211
Saldo no final do exercício, bruto ⁽³⁾	167.526	355.285
Provisão para perdas por não recuperação (impairment) ⁽²⁾	(100.705)	(183.821)
Provisão como percentual dos ativos executados	60,1%	51,7%
Saldo no final do exercício	66.821	171.464

(1) Inclui alienação de edifícios administrativos relacionados, principalmente, a mudança para nova sede.

(2) Em 2010 inclui, basicamente, baixa de R\$57.810 mil de valor recuperável relacionado as alienações parcialmente compensado pela constituição de R\$10.445 mil de provisão para bens transferidos no exercício.

(3) Refere-se substancialmente a bens imóveis e veículos decorrentes de execuções de empréstimos.

11. Participações em coligadas

a) Composição

A composição, por empresa, do saldo da rubrica "Participações em coligadas" (ver nota 2-b) segue:

Em milhares de Reais	Participação em %		Investimentos		Resultados de equivalência patrimonial		
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2008
Norchem Holding e Negócios S.A.	21,75%	21,75%	22.325	24.056	1.780	2.870	1.899
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽⁴⁾	50,00%	50,00%	28.525	28.918	2.432	1.297	3.046
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	39,58%	39,58%	106.939	101.303	21.025	16.720	2.639
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	39,88%	39,88%	202.825	189.088	18.017	13.133	4.548
Celta Holding S.A. ⁽³⁾	-	26,00%	-	65.612	522	4.267	30.676
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-	-	126.442	-
	-	-	-	-	-	115.796	50.726
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet ⁽²⁾							
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽¹⁾	13,64%	13,64%	9.972	10.145	166	475	(49)
Outros ⁽²⁾	-	-	-	-	-	14.414	18.845
Total			370.586	419.122	43.942	295.414	112.330

(1) Embora a participação fosse inferior a 20%, o Banco presumiu influência significativa sobre essa participação, que foi comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração da investida e à participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e a investida.

(2) Investimentos alienados em 2009.

(3) Investimento alienado em 2010.

(4) Empresa com controle conjunto.

(*) As empresas coligadas não possuem suas ações cotados em Bolsa de Valores.

(**) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas coligadas.

Notas Explicativas

b) Variações

As variações no saldo dessa rubrica foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	419.122	633.595
Mudança no escopo de consolidação	-	338.715
Reduções de capital e alienações ⁽¹⁾	(59.267)	(698.988)
Efeito de equivalência patrimonial	43.942	295.414
Dividendos recebidos	(33.211)	(153.181)
Outros	-	3.567
Saldo no final do exercício	370.586	419.122

(1) Em 2009, o Banco efetuou alienação de investimentos da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, Tecban – Tecnologia Bancária S.A. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS, apresentando um ganho no valor de R\$3.315 milhões que foram registradas como "Resultado da Alienação de Ativos Não Classificados como Ativos Não Circulantes Disponíveis para Venda".

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a participações em coligadas em 2010, 2009 e 2008.

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas (obtidas a partir das informações disponíveis na data-base das informações financeiras).

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Total do ativo	3.786.154	6.040.977	16.354.230
Total do passivo	2.721.128	5.087.708	14.099.847
Total das receitas	1.087.588	605.491	5.883.440
Lucro total	134.577	101.906	1.613.115

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais	Custo	Depreciação acumulada	Perda por não-recuperação (impairment)	Saldo líquido
Terrenos e edificações	2.098.622	(220.186)	(86.053)	1.792.383
Sistemas de processamento de dados	1.233.776	(747.826)	-	485.950
Móveis e equipamentos de uso e Veículos	2.068.058	(644.622)	-	1.423.436
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.400.456	(1.612.634)	(86.053)	3.701.769
Terrenos e edificações	2.226.175	(269.553)	(61.304)	1.895.318
Sistemas de processamento de dados	1.317.006	(852.129)	-	464.877
Móveis e equipamentos de uso e Veículos	3.000.988	(844.337)	-	2.156.651
Obras em curso e outros	1.263	-	-	1.263
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.545.432	(1.966.019)	(61.304)	4.518.109

Notas Explicativas

Variações

As variações na rubrica "Ativo tangível" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Custo:		
Saldo no início do exercício	5.400.456	5.391.365
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	5.524
Adições	1.319.869	1.815.803
Baixas	(172.349)	(1.810.022)
Variação cambial e outros itens	(2.544)	(2.214)
Saldo no final do exercício	6.545.432	5.400.456
Depreciação acumulada:		
Saldo no início do exercício	(1.612.634)	(1.471.672)
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	(1.452)
Baixas	133.561	257.146
Depreciação	(487.626)	(447.138)
Variação cambial e outros itens	680	50.482
Saldo no final do exercício	(1.966.019)	(1.612.634)
Perdas por não-recuperação (impairment):		
Saldo no início do exercício	(86.053)	(90.619)
Impacto no resultado	1.317	4.566
Baixas por alienação	23.432	-
Saldo no final do exercício	(61.304)	(86.053)
Total	4.518.109	3.701.769

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 43).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2010 e 2009.

Em milhares de Reais	2010	2009
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A.	27.217.565	27.217.565
Real Seguros Vida e Previdência	1.094.671	1.094.671
Total	28.312.236	28.312.236
Segmento operacional:		
Banco Comercial	27.217.565	27.217.565
Gestão de Ativos e Seguros	1.094.671	1.094.671
Total	28.312.236	28.312.236

Principais premissas:	Gestão de Ativos e Seguros ⁽³⁾		
	Banco Comercial	e Seguros	
	2010	2009	2010
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	10 anos	3 anos	7 anos
Taxa de crescimento	5,0%	4,5%	5,0%
Taxa de desconto ⁽²⁾	15,5%	15,2%	16,7%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

(3) Em 2009, devido à recente incorporação de ações da Santander Seguros (Nota 3.b) e ao resultado do respectivo cálculo de avaliação a valor econômico efetuado recentemente, o Banco não detectou e, portanto, não reconheceu perdas por não-recuperação de valor (impairment).

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

Notas Explicativas

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está apresentada abaixo:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	28.312.236	27.488.426
Aquisições:		
<i>Banco ABN Amro Real S.A.</i> ⁽¹⁾	-	124.684
<i>Real Seguros Vida e Previdência</i>	-	1.094.671
Alienações:		
<i>Banco ABN Amro Real S.A.</i> ⁽²⁾	-	(395.545)
Saldo no final do exercício	28.312.236	28.312.236

(1) Inclui o montante de R\$124.684 mil ajustado em 30 de junho de 2009, relacionado a determinação final do valor justo, conforme permitido pelo IFRS 3.
(2) Inclui a baixa de parte do ágio referente aos investimentos na ABN Amro Brasil Dois Participações S.A. e Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

a) A composição do saldo da rubrica “Outros ativos intangíveis” é a seguinte:

Em milhares de Reais	Vida útil estimada	2010	2009
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia da Informação - TI	Três anos	2.405.493	1.711.000
Relacionamento com o cliente	(1)	4.616.136	4.288.031
Outros ativos	Até cinco anos	249.397	237.517
Amortização acumulada		(2.815.200)	(2.123.698)
Perdas por não-recuperação ⁽²⁾		(805.443)	(807.147)
Total		3.650.383	3.305.703

(1) Inclui valores pagos relativos a contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. O intangível “relacionamento com o cliente” do Banco Real é amortizado em dez anos, enquanto os contratos de exclusividade para prestação de serviços bancários são amortizados durante a vigência dos respectivos contratos.
(2) Inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra da folha de pagamento de entidades públicas. Em 2009, esta perda foi constituída em decorrência da: (i) mudança na lei da portabilidade de conta-corrente que possibilitou ao cliente a escolha do banco na qual deseja receber seus proventos; (ii) redução do valor de mercado das folhas de pagamento; e (iii) histórico de quebra de contratos.

b) As variações na rubrica “Outros ativos intangíveis” foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	3.305.703	3.506.861
Mudança no escopo de consolidação (nota 3)	-	8.296
Adições/Baixas	1.086.208	1.466.411
Amortizações	(749.784)	(801.474)
Perdas por não-recuperação ⁽¹⁾	(813)	(859.216)
Variações cambiais e outras variações (líquidas)	9.069	(15.175)
Saldo no final do exercício	3.650.383	3.305.703

(1) Em 2009, inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra da folha de pagamento de entidades públicas no valor de R\$ 818.843 mil. Esta perda foi constituída em decorrência da: (i) mudança na lei da portabilidade de conta-corrente que possibilitou ao cliente a escolha do banco na qual deseja receber seus proventos; (ii) redução do valor justo das folhas de pagamento; e (iii) histórico de quebra de contratos.

As despesas com amortização foram incluídas na rubrica “Depreciação e amortização” na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Despesas antecipadas	870.276	1.059.738
Outros recebíveis ⁽¹⁾	1.042.725	811.699
Total	1.913.001	1.871.437

(1) Inclui ativos por contratos de seguros e resseguros, no montante de R\$151.033 mil.

Notas Explicativas

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Classificação:		
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.795
Passivos financeiros ao custo amortizado	42.391.572	21.195.959
Sendo:		
Depósitos do Banco Central do Brasil	-	240.113
Depósitos de instituições de crédito	42.391.572	20.955.846
Total	42.391.572	21.197.754
Tipo:		
Depósitos à vista ⁽¹⁾	344.072	195.081
Depósitos a prazo ⁽²⁾	28.867.406	20.838.179
Operações compromissadas	13.180.094	164.494
Total	42.391.572	21.197.754
Moeda:		
Real	26.794.663	10.706.908
Euro	307.022	236.572
Dólar norte-americano	14.065.828	10.004.349
Outras moedas	1.224.059	249.925
Total	42.391.572	21.197.754

(1) Contas não remuneradas.
(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, da rubrica "Depósitos de clientes" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	167.949.201	149.440.156
Total	167.949.201	149.440.156
Tipo:		
Depósitos à vista:		
<i>Contas correntes ⁽¹⁾</i>	<i>16.131.836</i>	<i>15.139.942</i>
<i>Cadernetas de poupança</i>	<i>30.303.463</i>	<i>25.216.924</i>
Depósitos a prazo	68.916.301	74.633.544
Operações compromissadas	52.597.601	34.449.746
Total	167.949.201	149.440.156

(1) Contas não remuneradas.

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	20.086.645	11.439.010
Total	20.086.645	11.439.010
Tipo:		
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	7.614.891	5.985.385
Eurobonds e outros títulos	3.351.137	2.850.777
Letras financeiras	6.638.936	-
Notas de securitização - MT100 ⁽¹⁾	1.577.181	1.371.588
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	904.500	1.231.260
Total	20.086.645	11.439.010

(1) Obrigação decorrente da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior. Inclui a emissão da série 2004-1 no montante de US\$98 milhões (em 2009 - US\$190 milhões), com encargos de 5,5% a.a., pagos semestralmente até setembro de 2011, série 2008-1 no montante de US\$173 milhões (em 2009 - US\$190 milhões), com encargos de 6,2% a.a. pagos semestralmente até março de 2015, série 2008-2 foi acrescida em US\$100 milhões no primeiro trimestre de 2010, totalizando o montante de US\$400 milhões (em 2009 - US\$300 milhões), com encargos à taxa Libor (6 meses) + 0,80% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 6 parcelas semestrais entre março de 2012 a setembro de 2014, série 2009-1 no montante de US\$50 milhões, com encargos à taxa Libor (6 meses) + 2,1% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 6 parcelas semestrais entre março de 2012 a setembro de 2014 , a série 2009-2 no montante de US\$50 milhões, com encargos de 6,3% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 14 parcelas semestrais entre março de 2013 a setembro de 2019 e a série 2010-1 no montante de US\$247 milhões, com encargos à taxa Libor + 1,5%a.a., pagos semestralmente a partir de março de 2011, com o principal pago em 7 parcelas semestrais entre março de 2013 a março de 2016.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

A composição por moeda do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Moeda:	Em milhares de Reais		Juros médios (%)	
	2010	2009	2010	2009
Real	16.174.057	9.718.114	10,5%	9,0%
Dólar norte-americano	3.905.890	1.671.530	2,4%	3,3%
Euro	6.698	49.366	0,3%	0,4%
Total	20.086.645	11.439.010	10,4%	7,9%

As variações na rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	11.439.010	12.085.655
Emissões	21.402.252	14.746.518
Amortizações	(12.828.958)	(16.080.145)
Juros	1.212.962	1.047.750
Variação cambial e outros	(1.138.621)	(360.768)
Saldo no final do exercício	20.086.645	11.439.010

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	2010	2009
	abril e					
Eurobonds	novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.447.210	-
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	471.849	471.849
Eurobonds	dezembro-10	dezembro-11	US\$	Zero Cupom	730.948	-
Eurobonds	março-05	março-13	R\$	17,0%	169.299	169.299
Eurobonds ⁽¹⁾	junho-07	maio-17	R\$	FDIC	31.347	25.676
Eurobonds	fevereiro-05	fevereiro-10	R\$	16,2%	-	803.154
Notas Estruturadas	abril-09	abril-10	R\$	102,5% CDI	-	179.494
Outras					500.484	1.201.305
Total					3.351.137	2.850.777

(1) Vinculados a Notas de Crédito "Indexed Linked Credit Event Notes".

Notas Explicativas

19. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

Em milhares de Reais			Valor (em			
	Emissão	Vencimento	milhões)	Taxa de juros	2010	2009
CDB Subordinado ⁽¹⁾	junho-06	julho-16	R\$1.500	105,0% CDI	2.495.990	2.263.856
CDB Subordinado ⁽⁴⁾⁽⁶⁾	março-09	março-19	R\$1.507	13,8%	-	1.667.219
CDB Subordinado ⁽¹⁾	outubro-06	setembro-16	R\$850	104,5% CDI	1.351.627	1.226.492
CDB Subordinado ⁽¹⁾	julho-07	julho-14	R\$885	104,5% CDI	1.273.137	1.155.269
Bônus Perpétuos ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	setembro-05	Indeterminado	US\$500	8,7%	-	870.259
				100,0% CDI +		
CDB Subordinado ⁽¹⁾	abril-08	abril-13	R\$600	1,3%	814.922	733.444
				100,0% CDI +		
CDB Subordinado ⁽¹⁾	abril-08	abril-13	R\$555	1,0%	753.066	679.443
	julho-06 a	julho-16 a julho-				
CDB Subordinado ⁽¹⁾	outubro-06	18	R\$447	104,5% CDI	733.718	665.790
CDB Subordinado ⁽¹⁾	janeiro-07	janeiro-13	R\$300	104,0% CDI	460.494	418.055
				100,0% CDI +		
CDB Subordinado ⁽¹⁾	agosto-07	agosto-13	R\$300	0,4%	430.041	390.192
CDB Subordinado ⁽¹⁾	janeiro-07	janeiro-14	R\$250	104,5% CDI	384.437	348.846
	maio-08 a	maio-13 a				
CDB Subordinado ⁽¹⁾⁽²⁾	junho-08	maio-18	R\$283	CDI	374.705	338.366
	maio-08 a	maio-13 a				
CDB Subordinado ⁽¹⁾⁽³⁾	junho-08	junho-18	R\$268	IPCA	372.952	325.676
CDB Subordinado ⁽¹⁾	novembro-08	novembro-14	R\$100	120,5% CDI	128.062	114.490
CDB Subordinado ⁽¹⁾	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85	IPCA +7,9%	121.954	107.048
Total					9.695.105	11.304.445

(1) CDBs Subordinados emitidos pelo Banco Santander, possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 109% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,16% a.a. a 1,53% a.a.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,28% a.a. a 8,65% a.a.

(4) Em 22 de janeiro de 2010, foi realizado o resgate antecipado do CDB Subordinado, tendo como credor o Banco Santander, S.A. (Espanha), nos termos da autorização concedida pelo Banco Central do Brasil em 8 de janeiro de 2010. Adicionalmente, na liquidação do CDB Subordinado foi estabelecido um deságio de R\$ 64.188 mil, registrado em "Ganhos e Perdas com ativos e passivos financeiros".

(5) Em 20 de setembro de 2010, foi realizado o resgate antecipado dos títulos Bônus Perpétuos, emitidos pela agência Grand Cayman nos termos da autorização concedida pelo Bacen em 4 de agosto de 2010.

(6) Os resgates antecipados tiveram como objetivo melhorar a estrutura de captação do Banco, conforme estratégia de destinação dos recursos informada no "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósito de Ações (Units) de emissão do Banco Santander (Brasil) S.A." e Form F-1.

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

Moeda:	Em milhares de Reais		Juros médios (%)	
	2010	2009	2010	2009
Real	9.695.105	10.434.186	10,9%	9,7%
Dólar norte-americano	-	870.259	-	8,7%
Total	9.695.105	11.304.445	10,9%	9,6%

As variações na rubrica "Dívidas subordinadas" foram as seguintes:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	11.304.445	9.197.429
Emissões	-	1.507.000
CDB Subordinado (vencimento em Maio de 2019 e remunerado taxa pré-fixada de 13,5%)	-	1.507.000
Pagamentos	(2.598.938)	(159.905)
Resgates		
CDB Subordinado (vencimento em Maio de 2019 e taxa pré-fixada de 13,5% a.a.)	(1.680.461)	-
Bônus Perpétuo (vencimento indeterminado, taxa pré-fixada de 8,7% a.a. e valor de emissão de U\$ 500 milhões)	(879.294)	-
Juros pagos	(39.183)	(159.905)
Juros	999.423	1.076.557
Variação cambial	(9.825)	(316.636)
Saldo no fim do exercício	9.695.105	11.304.445

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dividas subordinadas em cada fim de exercício e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

Notas Explicativas

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Cartões de crédito	7.332.714	5.293.202
Transações pendentes de liquidação	2.370.678	2.060.835
Dividendos a pagar	2.166.714	1.623.885
Contas de cobrança fiscal - impostos a recolher	621.510	482.544
Outros passivos financeiros	726.632	727.698
Total	13.218.248	10.188.164

A nota 42-c contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Passivos por contratos de seguros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Provisão de prêmios não ganhos - Seguros	425.551	347.087
Provisão de sinistros a liquidar	275.040	176.593
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	58.553	66.527
Provisões técnicas - Vida individual e Vida com cobertura de sobrevivência	13.206.875	10.043.733
Provisões técnicas - Provisão complementar	5.484.756	4.781.501
Outras provisões técnicas	192.354	111.756
Total	19.643.129	15.527.197

22. Provisões

a) Composição

A composição do saldo da rubrica "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.190.108	1.096.799
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões ⁽¹⁾	8.205.053	8.383.463
Total	9.395.161	9.480.262

(1) Incluem principalmente provisões para impostos e outras contingências legais, cíveis e trabalhistas.

b) Variações

As variações na rubrica "Provisões" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2010			2009		
	Fundos de Pensões	Provisões para compromissos e outras provisões ⁽¹⁾	Total	Fundos de Pensões	Provisões para compromissos e outras provisões ⁽¹⁾	Total
Saldo no início do exercício	1.096.799	8.383.463	9.480.262	1.078.916	7.836.329	8.915.245
Mudança no escopo de consolidação líquidas (nota 3)	-	-	-	-	96.459	96.459
Adições debitadas ao resultado:						
Despesas com juros e similares (nota 31)	156.419	-	156.419	100.567	-	100.567
Despesas com pessoal (nota 38)	16.212	-	16.212	36.534	-	36.534
Adições a provisões	179.265	1.795.061	1.974.326	43.464	3.437.229	3.480.693
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas	-	-	-	(35.752)	-	(35.752)
Pagamentos a fundos externos	(258.587)	-	(258.587)	(130.095)	-	(130.095)
Valor utilizado	-	(2.233.557)	(2.233.557)	-	(2.726.181)	(2.726.181)
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	260.086	260.086	3.165	(260.373)	(257.208)
Saldo no fim do exercício	1.190.108	8.205.053	9.395.161	1.096.799	8.383.463	9.480.262

(1) Incluem, fundamentalmente, obrigações jurídicas, contingências tributárias, de seguridade social, trabalhistas e civis.

c) Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

i. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência privada, de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

Notas Explicativas

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte.

- Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício.

- Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco, abrange os funcionários admitidos até 22/05/1975.

- Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22/05/1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000.

- Plano III: plano de contribuição definida, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes.

- Plano IV: plano de contribuição definida, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo.

• Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

- Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 1 de julho de 1996.

- Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais correspondentes a 1,16% sobre o total das respectivas folhas de pagamento, sendo esse plano estruturado na forma de benefício definido. O rateio das contribuições mensais é efetuado da seguinte forma: 0,28% destinados aos benefícios de risco e 0,88% para o programa administrativo.

- Plano III: plano de cobertura de prazo programado e renda mensal vitalícia de aposentadoria, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, estando estruturado na forma de contribuição definida, mediante a qual as contribuições são livremente definidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

• Outros planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): Plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Em 12 de janeiro de 2010, o Conselho Deliberativo e na Reunião dos Patrocinadores, aprovaram a alteração da denominação Social da Sociedade de HolandaPrevi - Sociedade de Previdência Privada para SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada, cujo processo foi aprovado em 7 de julho de 2010 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): Em julho de 2009, após aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), as reservas individuais dos planos de complementação de aposentadoria e de pensão, na forma de benefício definido e contribuição variável, sob responsabilidade da Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (FASASS) foi transferida à sociedade de previdência privada complementar não integrante do Conglomerado Santander. Essa operação teve como objetivo oferecer aos participantes assistidos e beneficiários a opção de receber um benefício equivalente ao que fazem jus por meio de Planos Geradores de Benefícios - PGBLs, tendo em vista a retirada do patrocínio por parte do Banco aprovada pela SPC em 27 de fevereiro de 2009. Para os participantes que aderiram aos novos planos (PGBLs), o Banco Santander efetuou transferência de R\$26.963 mil, com a finalidade de compor a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Previban: Em março de 2009, foi concluído o processo de retirada de patrocínio da Previban, com a liquidação de R\$213 mil das obrigações atuariais.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

ii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 10,7% (2009 - 11,1%).

Notas Explicativas

• Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano

- Banesprev - Plano I - 11,3% (2009 -12,1%).
 - Banesprev - Plano II - 11,1% (2009 -12,5%).
 - Banesprev - Plano III - 11,3% (2009 -12,5%).
 - Banesprev - Plano IV - 12,2% (2009 -10,6%).
 - Banesprev - Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão - 11,4% (2009 -11,1%).
 - Banesprev - Plano V - 11,0% (2009 - 10,8%).
 - Sanprev - 11,1% (2009 - 10,6%).
 - Bandeprev - 11,0% (2009 -10,0%).
 - SantanderPrevi - 10,8% (2009 - 9,7%).
 - Outros Planos: nulo - o plano não possui ativos.

• Taxa estimada de inflação no longo prazo

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 4,4% (2009 - 4,2%).

• Índices estimados de aumento nominal dos salários

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 4,9% (2009 - 4,7%).

iii. Assistência médica e odontológica

• Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A.

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

• Aposentados pela SantanderPrevi

Plano de assistência médica aos aposentados da SantanderPrevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

• Ex-funcionários do Banco Real (aposentados por Circulares)

Plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

• Aposentados pela Bandeprev

Plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco Santander, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco Bandepe e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

• Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios)

Benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do extinto Banco Sudameris Brasil S.A, oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A. por período igual ou superior a 10 anos (massa fechada).

• Seguro de Vida para aposentados do Banco Real

Consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Segurado e em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

• Clínica Grátis

Plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermária.

• Plasas

Plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas

A situação de custeio das obrigações de benefício definido em 2010 e 2009 é a seguinte:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações:				
A atuais funcionários	1.212.603	1.078.765	530.858	23.053
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	14.009.689	12.644.915	3.759.378	3.842.505
	15.222.292	13.723.680	4.290.237	3.865.558
Menos:				
Valor justo dos ativos do plano	14.522.452	13.324.387	4.142.589	3.683.450
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	439.175	223.152	(6.600)	282.858
Ativos não reconhecidos	(581.833)	(619.308)	(193.363)	(402.457)
Custo não reconhecido de serviço passado	-	358	-	-
Provisões - provisões para fundos de pensões	842.498	795.091	347.611	301.707

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2010	2009	2010	2009
Custos dos serviços correntes (nota 38)	16.212	22.051	-	14.483
Custo dos juros	1.460.199	1.362.265	424.157	307.459
Rendimento esperado do ativo do plano	(1.337.358)	(1.291.696)	(390.579)	(277.461)
Encargos extraordinários:				
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	61.699	36.552	58.958	6.857
Serviço passado	32	57	-	-
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	58.576	-
Total	200.784	129.229	151.112	51.338

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações no início do exercício	13.723.680	12.630.889	3.865.558	2.711.520
Custos dos serviços correntes	16.212	22.051	-	14.483
Custo dos juros	1.460.199	1.362.265	424.157	307.459
Custo de aposentadoria antecipada	32	-	1.026	-
Benefícios pagos	(1.064.412)	(1.394.064)	(177.674)	(178.875)
Perdas (ganhos) atuariais	1.085.254	1.102.539	132.301	1.010.971
Outros	1.327	-	44.869	-
Valor presente das obrigações no fim do exercício	15.222.292	13.723.680	4.290.237	3.865.558

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

Em milhares de Reais	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	13.324.387	12.390.745	3.683.450	2.897.569
Rendimento esperado do ativo do plano	1.337.358	1.291.696	390.579	277.461
Ganhos (perdas) atuariais	778.074	684.445	188.771	638.240
Contribuições	129.051	106.837	58.833	42.751
Sendo:				
Pelo Banco	108.501	84.495	53.944	37.635
Por participantes do plano	20.550	22.341	4.889	5.116
Benefícios pagos	(1.051.854)	(1.149.336)	(192.371)	(172.571)
Variações cambiais e outros itens	5.436	-	13.327	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	14.522.452	13.324.387	4.142.589	3.683.450

Em 2011, o Banco espera fazer contribuições para custear essas obrigações por valores similares aos efetuados em 2010.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2010	2009
Instrumentos de patrimônio	5,05%	2,55%
Instrumentos de dívida	92,91%	96,58%
Bens imóveis	0,47%	0,12%
Outros	1,57%	0,75%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos dez anos:

Em milhares de Reais

2011	1.348.745
2012	1.422.710
2013	1.491.227
2014	1.563.481
2015	1.638.953
2016 a 2020	9.365.494
Total	16.830.610

d) Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Obrigações legais e contingências tributárias e previdenciárias (risco de perda provável)

Em novembro de 2009, o Banco e suas entidades controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituídos pela Lei 11.941/2009. Os principais processos incluídos nesse programa foram: (i) Dedutibilidade da CSLL no IRPJ, no qual as entidades do consolidado pleiteavam a dedutibilidade da CSLL na apuração do IRPJ; (ii) CSLL - isonomia de alíquotas no qual as instituições financeiras do consolidado pretendiam afastar a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% e 30%) em comparação com empresas não financeiras (8% e 10%) e (iii) IRPJ simultaneidade, no qual a ABN Leasing pretendia compatibilizar para fins de IRPJ as despesas de depreciação no mesmo período do reconhecimento das receitas de contraprestação de arrendamento mercantil.

Considerando o estabelecido na regulamentação da referida Lei, os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista foram registrados no momento da adesão ao programa.

O Banco e suas controladas aderiram também ao parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários, os quais poderão ser liquidados em momento posterior após a consolidação formal dos débitos, a ser realizada junto à Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da regulamentação do programa. Assim, nenhum efeito contábil foi reconhecido no caso dessa modalidade de parcelamento uma vez que não foi concretizada a consolidação formal dos débitos, e portanto, não foi possível identificar e quantificar os processos a serem incluídos no programa, bem como seus efeitos contábeis.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias que remanescem após a aplicação da Lei 11.941/2009 são:

- PIS e Cofins - R\$5.119.731 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$3.734.078 mil): diversas empresas do consolidado interpuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

- CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$278.194 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$258.985 mil): refere-se aos processos judiciais ingressados por empresas do consolidado que questionam a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% - 30%) aplicada às instituições financeiras em comparação com empresas não financeiras (8% - 10%). Estes processos não foram objeto da aplicação da Lei 11.941/2009.

- Majoração de Alíquota da CSLL - R\$848.734 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$548.550 mil): o Banco e demais instituições do consolidado distribuíram Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

- ISS - Instituições Financeiras - R\$473.371 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$268.845 mil): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

- INSS - R\$259.526 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$209.045 mil): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos administrativos e judiciais que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

- Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - R\$203.697 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$209.559 mil): cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre Provisão para Devedores Duvidosos, decorrente da dedução, considerada indevida pelas autoridades fiscalizadoras, no ano calendário de 1995 sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes não foram observados.

ii. Contingências trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Notas Explicativas

iii. Contingências cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Ações de Caráter Indenizatório: referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos a aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) foi consolidada contrária aos bancos no que se refere aos planos Bresser, Verão e Collor II e favorável quanto ao Collor I. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todas as ações que não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDB) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Além disso, a jurisprudência do STF já se consolidou favorável à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. No STJ, recentemente, foi decidido também que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

iv. Outras ações judiciais de responsabilidade de ex-controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$455.841 mil, R\$30.764 mil e R\$7.180 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$430.357 mil, R\$61.141 mil e R\$33.601 mil), de responsabilidade dos ex-controladores dos bancos adquiridos e das seguradoras adquiridas pela Santander Seguros. As ações possuem garantias com base nos contratos firmados na ocasião das respectivas compras no montante de R\$493.785 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$525.099 mil). Essas ações não produzem efeitos patrimoniais para o Banco.

v. Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

- CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM), atual Produban Serviços de Informática S.A. e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R\$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), antigo Conselho de Contribuintes julgou os processos administrativos anulando o auto da Santander DTVM e mantendo o do Banco. Ambos processos administrativos aguardam julgamento final pelo CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$537 milhões.

- IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - autos de infração lavrados pela RFB contra o Banco Santander para a cobrança de IRPJ e CSLL, anos-base 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos por seu antigo controlador, em decorrência de pagamentos efetuados pelo Banco Santander, mas que cabiam ao ex-controlador, cujos atos de gestão deram causa à obrigação então quitada. A Fiscalização entendeu que os valores depositados em favor do Banco Santander correspondem a "renda tributável". Em dezembro de 2010, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração relativamente aos períodos-base 2005 e 2006. Referidos autos de infração foram objeto de recurso administrativo uma vez que o Banco não auferiu "renda tributável" e não teve nenhum acréscimo patrimonial decorrente desses pagamentos. Os processos administrativos aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$597 milhões.

- Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$379 milhões.

- Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$245 milhões.

- CSLL - Inconstitucionalidade - Desenquadramento da Anistia da Lei 9.779/1999 - questiona-se que Entidades que aderiram à anistia não cumpriram a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, sob a alegação de que não possuíam medida judicial abarcando todos os períodos pagos (1989 a 1999). Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$177 milhões.

- CSLL - Anterioridade – Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Há processo aguardando julgamento de primeira instância e outros recursos pendentes de decisão. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$161 milhões.

- CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela Receita Federal do Brasil, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela RFB. Está pendente de decisão definitiva na esfera judicial. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$156 milhões.

Notas Explicativas

• IRPJ/CSLL – Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (incorporadora da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes ao ano-base 2005, por entender que teria havido tributação por uma alíquota inferior à supostamente devida quando da alienação pela ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. das participações acionárias detidas na Real Seguros S.A. e na Real Vida e Previdência S.A. O auto de infração foi objeto de recurso na esfera administrativa pois o entendimento da Administração é de que o tratamento fiscal adotado na operação estava em consonância com a legislação fiscal então vigente e o ganho de capital foi adequadamente tributado. O processo administrativo aguarda julgamento. O valor envolvido é de R\$197 milhões.

• Gratificação Semestral ou Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

23. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	9.996.503	8.137.129	2.548.833
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(1.760.000)	(825.122)	(480.000)
Lucros a realizar	-	(4.707)	(1.335)
Lucro antes da tributação	8.236.503	7.307.300	2.067.498
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social)	(3.294.601)	(2.922.920)	(826.999)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) ⁽²⁾	(856.107)	(993.057)	(492.554)
Equivalência patrimonial	17.577	118.166	44.932
Ágio	1.455.407	1.519.094	375.542
Despesas não dedutíveis e provisões	42.445	32.865	(74.441)
Variação cambial - filiais no exterior ⁽³⁾	(196.941)	(634.492)	681.453
Efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias de anos anteriores	124.007	157.493	125.311
Efeito do diferencial de alíquota de 9%	60.987	67.176	(9.221)
Outros ajustes	33.297	26.510	5.770
Imposto de renda e contribuição social	(2.613.929)	(2.629.165)	(170.207)
Sendo:			
Impostos correntes	(2.501.876)	(3.650.660)	(1.173.722)
Impostos diferidos	(112.053)	1.021.495	1.003.515
Impostos pagos no exercício	(1.043.419)	(1.973.257)	(918.677)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros deversem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) Refere-se a perda líquida em 2010 e 2009 e o ganho líquido em 2008 do hedge econômico da posição do Banco em Cayman, uma controlada não autônoma, compensado pela perda registrada em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" (nota 35).

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Lucro antes da tributação	9.996.503	8.137.129	2.548.833
Imposto de renda	2.613.929	2.629.165	170.207
Alíquota efetiva ⁽¹⁾	26,15%	32,31%	6,68%

(1) Em 2010, 2009 e 2008, considerando os efeitos da variação cambial sobre as agências no exterior e o hedge econômico, contabilizados em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" (nota 35), a alíquota efetiva deveria ter sido 23,5%, 23,2% e 25%, respectivamente.

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco reconheceu os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido, na Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas:

Em milhares de Reais	2010	2009
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	94.911	170.038
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	88.172	-
Avaliação de ações (ou títulos de ações) disponíveis para venda	2.716	20.187
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	4.023	149.851
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(692.881)	(568.155)
Avaliação de ativos não circulantes para venda	(18.511)	(19.397)
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	(623.712)	(548.758)
Avaliação de ações (ou títulos de ações) disponíveis para venda	(38.874)	-
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(11.784)	-
Total	(597.970)	(398.117)

Notas Explicativas

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos das rubricas "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2010	2009
Créditos tributários	13.624.880	13.617.159
Sendo:		
Prejuízo fiscal	1.462.490	1.669.755
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	12.162.390	11.947.404
Passivos fiscais	4.280.159	3.867.857
Sendo:		
Depreciação excedente de bens arrendados	2.454.253	2.153.120
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	1.825.906	1.714.737

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação (impairment) sobre empréstimos e valores a receber e passivos contingentes.

As movimentações dos saldos das rubricas "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos dois anos foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2009	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado	Aquisições no ano (líquidas)	Saldos em 31 de dezembro de 2010
Créditos tributários diferidos	13.617.159	212.960	(205.239)	-	13.624.880
Passivos fiscais diferidos	3.867.857	325.013	87.289	-	4.280.159
Total	9.749.302	(112.053)	(292.528)	-	9.344.721

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2008	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado	Aquisições no ano (líquidas)	Saldos em 31 de dezembro de 2009
Créditos tributários diferidos	11.769.157	1.753.146	107.989	(13.133)	13.617.159
Passivos fiscais diferidos	3.130.894	731.651	3.960	1.352	3.867.857
Total	8.638.263	1.021.495	104.029	(14.485)	9.749.302

e) Expectativa de realização dos prejuízos fiscais

Ano	2010	2009
2011	399.258	111.543
2012	585.658	251.029
2013	253.790	287.525
2014	185.576	399.168
2015	37.642	345.529
2016 a 2018	521	274.962
2019 a 2020	45	-
Total	1.462.490	1.669.756

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2010	2009
Despesas provisionadas e receitas diferidas	1.646.121	1.751.717
Transações em andamento	411.426	349.097
Provisão para pagamento baseado em ações	86.568	33.221
Outros	1.461.723	2.093.733
Total	3.605.838	4.227.768

25. Ajustes ao valor de mercado

Os saldos da rubrica "Ajustes ao valor de mercado" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas e das controladas em conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que a demonstração das receitas e despesas reconhecidas inclui as mudanças na rubrica "Ajustes ao valor de mercado", como segue:

- Ganhos (perdas) de reavaliação: incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

Notas Explicativas

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Na Demonstração Consolidada de Receitas e Despesas Reconhecidas dos "Ajustes ao valor de mercado" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados à participação minoritária, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Essa rubrica inclui o valor líquido das mudanças a realizar no valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

As movimentações do saldo em 31 de dezembro de 2010 relativas ao ano anterior referem-se principalmente ao aumento advindo de ganhos a realizar que foi reconhecida no patrimônio líquido no encerramento de 2009.

b) Hedges de fluxo de caixa

Essa rubrica inclui os ganhos ou as perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que podem ser classificados como hedges efetivos. Esses valores permanecerão sob esse título até serem reconhecidos na demonstração do resultado consolidada nos períodos em que os itens sujeitos a hedge a afetam (consultar a nota 8-c).

Consequentemente, os valores representantes das perdas de avaliação serão compensados no futuro por ganhos gerados pelos instrumentos objeto de hedge.

26. Participações não-controladoras

Participações não-controladoras dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009
Agropecuária Tapirapé S.A.	67	63
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	987	910
Santander CHP S.A.	409	297
Brasil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	2	67
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ⁽¹⁾	6.611	-
Outras empresas	-	1
Total	8.076	1.338
Lucro atribuível às participações não-controladoras	481	358
Sendo:		
Agropecuária Tapirapé S.A.	3	3
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	77	94
Santander CHP S.A.	276	261
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ⁽¹⁾	111	-
Outras empresas	14	-

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009
Saldo no início do exercício	1.338	5.279
Inclusão de empresas ⁽¹⁾	6.500	-
Dividendos pagos	(164)	(297)
Lucro atribuível às participações não-controladoras	481	358
Outros ⁽²⁾	(79)	(4.002)
Saldo no encerramento do exercício	8.076	1.338

(1) Em 14 de janeiro de 2010, o Banco assinou os instrumentos contratuais e societários com a Getnet, para, conjuntamente, explorar, desenvolver e comercializar, no mercado brasileiro, serviços de captura e processamento de transações de cartões de crédito e/ou débito.

(2) Em 2009, refere-se substancialmente a redução da participação de minoritários no Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS) e Banco ABN AMRO Real S.A., devido a incorporação destas instituições pelo Banco Santander. Nestas transações foram entregues ações do Banco aos acionistas minoritários, que passaram a participar diretamente no Banco Santander.

Notas Explicativas

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação de nosso Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de Ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas. O capital social integralizado é assim representado:

	Ações - mil					
	2010			2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Domiciliados no Brasil	38.084.679	36.130.149	74.214.828	33.546.259	32.004.313	65.550.572
Domiciliados no exterior	174.757.053	150.072.236	324.829.289	179.295.473	154.198.072	333.493.545
Total de ações	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117

A AGE de 27 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de 2010 pelo Bacen.

Em 13 de outubro de 2009, em decorrência da Oferta Global de Ações, foi aumentado o Capital Social do Banco Santander em 525.000.000 Units (totalizando 55.125.000 mil ações, 28.875.000 mil ações ordinárias e 26.250.000 mil ações preferenciais), sendo que cada Unit representa 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. Em 29 de outubro de 2009 a quantidade inicialmente ofertada foi acrescida em 6,85%, ou seja, 35.955.648 Units (3.775.343 mil ações, das quais 1.977.561 mil ações ordinárias e 1.797.782 mil ações preferenciais). Os aumentos de capital totalizaram R\$12.988.842 mil líquidos dos custos de emissão de R\$193.616 mil.

A AGE de 14 de agosto de 2009, aprovou o aumento do capital social do Banco Santander em R\$2.471.413, mediante a emissão de 14.410.886 mil ações, (7.710.343 mil ações ordinárias e 6.700.543 mil ações preferenciais), todas escriturais e sem valor nominal, relacionado a incorporação de ações da Santander Seguros, da Santander Brasil Asset e do BCIS.

A AGE de 29 de agosto de 2008, aprovou o aumento de capital no valor de R\$38.920.753 mil, dos quais R\$38.020.753 mil foram destinados à conta de capital social e R\$900.000 mil à conta de reservas de capital, mediante a emissão de 189.300.327 mil ações (101.282.490 mil ações ordinárias e 88.017.837 mil ações preferenciais), todas escriturais e sem valor nominal, relacionado a incorporação de ações do Banco Real e da AAB Dois Par ao patrimônio do Banco Santander. A operação de incorporação de ações e o aumento de capital foram homologados pelo Bacen em 27 de janeiro de 2009.

Em 25 de julho de 2008, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de 3.689.477 mil ações (1.974.003 mil ações ordinárias e 1.715.474 mil ações preferenciais) no montante de R\$800.000 mil.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco Santander.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	Em milhares de Reais ⁽⁹⁾	2010		
		Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾⁽⁴⁾	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares ⁽²⁾⁽⁴⁾	500.000	1,1917	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁴⁾	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁵⁾⁽⁸⁾	530.000	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁶⁾⁽⁸⁾	430.000	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	1.280.000	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2010	3.540.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2010, ordinárias - R\$1,0786, preferenciais - R\$1,1865 e Units - R\$118,6479, líquidos de impostos.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010, ordinárias - R\$0,8751, preferenciais - R\$0,9626 e Units - R\$96,2615, líquidos de impostos.

(7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010.

(8) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos serão pagos a partir de 25 de fevereiro de 2011, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

	2009			
	Em milhares de Reais ⁽⁵⁾	Reais por milhares de ações / Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	340.000	0,9974	1,0972	n.a.
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	285.000	0,8361	0,9197	n.a.
Dividendos Intermediários ⁽³⁾	327.400	0,7839	0,8623	86,2271
Dividendos Intercalares ⁽³⁾	422.600	1,0118	1,1130	111,2999
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁴⁾	200.000	0,4789	0,5267	52,6738
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2009	1.575.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2009, Ordinárias - R\$0,8478 e Preferenciais - R\$0,9326, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2009, Ordinárias - R\$0,7107 e Preferenciais - R\$0,7817, líquidos de impostos.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2009.

(4) Ordinárias - R\$0,4070 e Preferenciais - R\$0,4477, líquidos de impostos e Units R\$44,7728.

(5) O valor dos dividendos intermediários, dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente ao dividendos obrigatórios do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e foram pagos em 22 de fevereiro de 2010, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com o BR GAAP, 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em fevereiro de 2009, o Banco adquiriu 25.395 mil ações de sua própria emissão pelo valor de R\$1.948 mil. Em agosto, de 2009, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, mediante a absorção de R\$1.948 mil da conta de reservas de capital.

e) Acordo para incorporação de sócio estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% ao ano em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social antes do fim do ano de 2014.

Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

f) Programa de Recompra de Units

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander (Programa de Recompra), para manutenção em tesouraria e posterior alienação. O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, correspondendo, em 30 de setembro de 2010, a aproximadamente 0,21% do total de ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM 10. A recompra tem por único objetivo viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander, dos serviços de formador de mercado ("market maker") de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As Units recompradas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção "hedge" contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As Units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, através da Santander CCVM.

Até 31 de dezembro de 2010 não ocorreram recompras com esse propósito.

Notas Explicativas

28. Índices operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
	2010	2009
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado ⁽²⁾	44.883.986	42.352.612
Patrimônio de Referência Nível II	7.433.493	9.972.644
Patrimônio de Referência Ajustado (Nível I e II) ⁽²⁾	52.317.479	52.325.256
Patrimônio de Referência Exigido	26.019.647	22.483.494
Parcela de Risco de Crédito Ajustada ⁽²⁾	23.480.589	20.607.792
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	1.077.100	844.882
Parcela de Risco Operacional	1.461.958	1.030.820
Índice de Basileia II	22,1%	25,6%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).
(2) Desconsidera o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco Real e AAB Dois Par, conforme determinado pela regra internacional.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, publicará informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento da estrutura e metodologias será divulgado, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 dezembro de 2010 e 2009, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

29. Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2010	2009
Máximo valor potencial de pagamentos futuros		
Passivos contingentes		
Garantias e outras fianças		
<i>Garantias financeiras</i>	18.117.260	17.379.109
<i>Garantias de desempenho</i>	907.676	695.099
<i>Cartas de crédito financeiras standby</i>	2.823.715	2.189.135
<i>Outros</i>	273.759	243.406
Outras exposições contingentes	440.702	460.621
<i>Créditos de documentação</i>	440.702	460.621
Total de passivos contingentes	22.563.112	20.967.370
Compromissos		
Compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros	93.472.343	77.789.371
Total de compromissos	93.472.343	77.789.371
Total	116.035.455	98.756.741

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (standby letter of credits) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Notas Explicativas

As garantias de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras standby e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$80.056 mil (2009 - R\$65.041 mil).

30. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2010, 2009 e 2008 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	3.589.924	1.666.931	2.270.494
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	1.397.840	2.901.054	1.818.645
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.290.024	29.469.976	16.296.436
Instrumentos de dívida	6.442.288	5.201.840	3.327.287
Outros juros	189.128	103.155	54.952
Total	40.909.204	39.342.956	23.767.814

31. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2010, 2009 e 2008 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Depósitos no Banco Central do Brasil	-	29.340	467
Depósitos de instituições de crédito	1.146.688	1.179.130	1.630.639
Depósitos de clientes	12.773.546	13.164.015	9.145.873
Títulos de dívida e passivos subordinados			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	1.212.962	1.047.750	548.834
Dívidas subordinadas (nota 19)	999.423	1.076.557	690.014
Planos de previdência (nota 22)	156.419	100.567	91.437
Outros juros	525.088	578.506	222.581
Total	16.814.126	17.175.865	12.329.845

32. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros para negociação	9.762	6.714	7.627
Sendo:			
Petroquímica União S.A.	-	523	2.654
Petróleo Brasileiro S.A.	1.655	2.349	261
Cia Vale do Rio Doce	1.119	1.108	1.473
Marfrig Alimentos S.A.	2.308	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	41.959	23.189	29.345
Sendo:			
SERASA S.A.	576	8.811	3.721
BM&FBovespa S.A. (1)	10.502	10.714	11.760
Coliseu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado Crédito Privado	17.924	-	-
Total	51.721	29.903	36.972

(1) Em 2009 e 2008 inclui dividendos recebidos das ações da Bovespa Holding S.A. incorporada pela BM&FBovespa S.A.

Notas Explicativas

33. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	384.942	378.519	218.979
Contas à vista	1.600.182	1.570.356	449.385
Cartões	1.322.444	1.056.791	601.782
Cheques e outros	597.102	800.784	983.773
Ordens de pagamento	233.100	251.790	134.713
Total	4.137.770	4.058.241	2.388.632
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	1.108.586	851.766	700.233
Seguros	992.088	794.234	643.810
Capitalização	238.777	136.144	102.185
Total	2.339.451	1.782.144	1.446.228
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	374.368	252.236	110.653
Negociação de títulos e valores mobiliários	136.916	148.244	147.307
Administração e custódia	109.353	129.241	64.232
Gestão de bens	2.932	1.960	2.968
Total	623.569	531.681	325.160
Outros:			
Cambiais	310.311	314.720	100.129
Garantias financeiras	248.127	219.549	146.625
Outros tarifas e comissões	174.065	241.829	402.240
Total	732.503	776.098	648.994
Total	7.833.293	7.148.164	4.809.014

34. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Tarifas e comissões designados a terceiros	660.802	485.182	351.471
<i>Sendo: cartões de crédito</i>	<i>463.391</i>	<i>349.874</i>	<i>243.946</i>
Outras tarifas e comissões ⁽¹⁾	336.983	425.220	203.840
Total	997.785	910.402	555.311

(1) Refere-se principalmente a despesas de serviços do sistema financeiro.

35. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Composição

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Ativos financeiros para negociação ⁽¹⁾	1.159.058	2.032.272	(1.214.846)
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado ⁽²⁾	(26.828)	(10.132)	39.956
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	254.162	755.916	320.307
<i>Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda</i>			
<i>Instrumentos de dívida</i>	<i>31.397</i>	<i>122.886</i>	<i>(15.476)</i>
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	<i>204.592</i>	<i>559.080</i>	<i>260.855</i>
Derivativos de hedge e outros	71.758	(61.733)	(431.530)
Total	1.458.150	2.716.323	(1.286.113)

(1) Inclui o hedge econômico da posição do Banco em Cayman, uma controlada não autônoma. Ver nota 23 para detalhes do impacto fiscal desse hedge.

(2) Incluem o ganho líquido das transações que envolvem títulos de dívida, títulos patrimoniais e derivativos que fazem parte dessa carteira, pois o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

Notas Explicativas

b) Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado

Os valores dos saldos do ativo estão detalhados a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	339.696	1.974.435
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	389.113
Instrumentos de dívida	16.696.801	12.765.008
Instrumentos de patrimônio	20.707.290	16.331.550
Derivativos	5.017.359	4.950.006
Total	42.761.146	36.410.112

Os valores dos saldos do passivo estão detalhados a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009
Depósitos de instituições de crédito	-	1.795
Derivativos	4.755.314	4.401.709
Posições vendidas	29.339	33.025
Total	4.784.653	4.436.529

36. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

37. Outras receitas (despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Receitas com contratos de seguros	6.830.524	3.591.713	-
Despesas com contratos de seguros	(6.518.689)	(3.358.737)	-
Resultado com contratos de seguros ⁽¹⁾	311.835	232.976	-
Outras receitas operacionais	148.337	189.067	379.102
Outras despesas operacionais	(642.970)	(355.776)	(333.831)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(165.201)	(181.891)	(105.088)
Outras receitas (despesas) operacionais	(659.834)	(348.600)	(59.817)
Total	(347.999)	(115.624)	(59.817)

(1) A partir de 2009 inclui a receita de seguros relacionada a incorporação de ações da Santander Seguros conforme mencionado na nota 3-b.

38. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Remuneração direta	3.731.340	3.363.877	2.253.313
Encargos	993.971	971.245	569.136
Benefícios	791.361	749.366	423.218
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22)	16.212	36.534	45.060
Contribuições aos fundos de pensões de contribuição definida	49.641	49.976	33.166
Remuneração baseada em ações	90.461	19.990	19.647
Treinamento	92.974	88.084	46.564
Outras despesas de pessoal	160.216	231.900	158.058
Total	5.926.176	5.510.972	3.548.162

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). As características de cada plano são:

Notas Explicativas

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit. As despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida ao patrimônio líquido em "Reservas - Pagamento baseado em ações".

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro (não diluível), com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício. As despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida a "Outras Obrigações - Provisão para pagamentos baseadas em ações" (nota 24).

b.1.1) Valor Justo para SOP e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos SOP e PSP foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir:

Retorno Total ao Acionista (RTA)			Lucro Líquido	
Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício	Probabilidade de Ocorrência	Percentual de Ações a serem Exercidas, dada a Probabilidade de Ocorrência	
			Ano	
1º	50,00%	0,00%	2009	10,00%
2º	35,00%	0,02%	2010	7,15%
3º	25,00%	95,75%	2011	4,86%
4º	0,00%	4,23%	Acumulado	15,03%

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas, baseadas no método binomial:

• Volatilidade	57,37%
• Taxa de Dividendos - Plano SOP	5,43%
• Período de "Vesting" - Plano SOP	2,72 anos
• Momento "Médio" de Exercício - Plano SOP	3,72 anos
• Taxa Livre de Risco - Plano SOP	11,18%
• Probabilidade de ocorrência para SOP e PSP	60,93%
• Valor justo para ações do Plano SOP	R\$7,19
• Preço Médio das Ações SANB11 nos Últimos 15 dias Anteriores a 31/12/2010 - Plano PSP	R\$21,90

Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$20.976 mil, referentes ao plano SOP e R\$6.525 mil, referentes ao plano PSP.

	Número de Ações	Preço de exercício em Reais	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	-					
Opções Concedidas (Plano SOP)	15.500.000	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Concedidas (Plano PSP)	1.471.475	-	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Opções Canceladas (Plano SOP)	(2.877.141)	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Opções Canceladas (Plano PSP)	(179.802)	-	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	13.914.532					
Plano SOP	12.622.859	23,50	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2014
Plano PSP	1.291.673	-	2010	Executivos	3/2/2010	30/6/2012
Total	13.914.532					

b.1.2) Diluição do lucro por ação

As opções de ações do Plano SOP poderá diluir o lucro básico por ação no futuro. Em 31 de dezembro de 2010, essas opções não foram incluídas no cálculo do lucro diluído por ação, pois são antidiluíveis em relação aos exercícios apresentados.

b.2) Programa Global

Plano I06

Em 2004, o Banco Santander estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos (I06), correlacionado ao cumprimento de duas metas em relação às ações do controlador: valorização da cotação das ações e o crescimento do lucro por ação. As condições para a percepção dos rendimentos foram atendidas sendo que a remuneração variável foi realizada entre 15 de janeiro de 2008 e 15 de janeiro de 2009, a um preço de €9,09 por opção de ação.

Política de incentivos a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Notas Explicativas

Estes planos envolvem ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, exceto para os primeiros dois ciclos (PI06 e PI09). Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

Para o 4º Ciclo, está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI09	PI10	PI11	PI12
Volatilidade esperada ^(*)	16,25%	15,67%	19,31%	42,36%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,23%	3,24%	3,47%	4,88%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,47%	4,50%	4,84%	2,04%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LTA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de ações	Preço de exercício (Euro)	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
Planos em aberto em 31 de dezembro de 2007	7.996.687					
Opções exercidas (Plano I06)	(4.657.550)	9,09	-	Executivos	15/1/2008	15/1/2009
Opções concedidas (Plano I11)	2.311.231	-	2008	Executivos	21/6/2008	31/7/2011
Planos em aberto em 31 de dezembro de 2008	5.650.368					
Opções Canceladas (Plano I06)	(1.261.450)	9,09	-	Executivos	15/1/2008	15/1/2009
Opções Exercidas (Plano I09)	(681.767)	-	2007	Executivos	23/6/2007	31/7/2009
Opções Canceladas (Plano I09)	(152.565)	-	2007	Executivos	23/6/2007	31/7/2009
Opções Concedidas (Plano I12)	455.008	-	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Planos em aberto em 31 de dezembro de 2009	4.009.594					
Opções Exercidas (PI10)	(1.161.014)	-	2007	Executivos	23/6/2007	31/7/2010
Opções Canceladas (PI10)	(82.341)	-	2007	Executivos	23/6/2007	31/7/2010
Opções Concedidas (PI12)	86.198	-	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Opções Concedidas (PI13)	597.811	-	2010	Executivos	1/7/2010	31/7/2013
Planos em aberto em 31 de dezembro de 2010	3.450.248					
Plano I11	2.311.231	-	2008	Executivos	21/6/2008	31/7/2011
Plano I12	541.206	-	2009	Executivos	19/6/2009	31/7/2012
Plano I13	597.811	-	2010	Executivos	1/7/2010	31/7/2013
Total	3.450.248					

Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$14.393 mil (2009 - R\$19.893 mil), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. Estes valores incluem as despesas "pro rata" dia do PI10, que teve seu último ciclo encerrado em julho de 2010. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a "Outras Obrigações - Provisão para pagamentos baseadas em ações" (nota 24).

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b.3) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicável ao Santander no Brasil, será submetida para apreciação do Comitê de Nomeação e Remuneração, na reunião a ser realizada em 01 de fevereiro de 2011, e para deliberação do Conselho de Administração na reunião a ser realizada em 02 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do Financial Stability Board (FSB) acordados no G20 (ii) alinhar os interesses do Banco e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O Plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco aos Participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco.

Notas Explicativas

A quantidade total de Ações referenciadas será liquidada em 3 parcelas e alocada igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

O Plano não causará diluição do capital social do Banco, uma vez que não é atribuída aos Participantes a condição de acionista do Banco, nem qualquer outro direito ou privilégio inerente a tal condição.

Considerando as evidências de provável desembolso de caixa nas condições do plano e com base em estimativas confiáveis, em dezembro de 2010, foram registradas despesas no valor de R\$48.544 mil, referente a provisão do Bônus Referenciado em Ações do exercício, reconhecidas em contrapartida a "Outras Obrigações - Provisão para pagamentos baseadas em ações" (nota 24).

39. Outras despesas administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Imóveis, instalações e materiais	965.633	1.043.498	552.538
Tecnologia e sistemas	888.922	897.581	636.739
Publicidade	421.643	497.246	404.052
Comunicações	554.713	612.904	457.675
Ajudas de custo e despesas de viagem	150.875	167.954	114.150
Tributos exceto imposto de renda	88.833	54.208	55.365
Serviços de vigilância e transporte de valores	513.325	468.833	275.423
Prêmios de seguros	8.811	8.888	5.763
Serviços técnicos especializados	1.504.306	1.448.984	946.268
<i>Relatórios técnicos</i>	<i>380.866</i>	<i>377.331</i>	<i>293.122</i>
<i>Outros serviços técnicos e especializados</i>	<i>1.123.440</i>	<i>1.071.653</i>	<i>653.146</i>
Outras despesas administrativas	207.365	236.149	188.802
Total	5.304.426	5.436.245	3.636.775

b) Outras informações

O saldo dos "Relatórios técnicos" incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado (detalhadas no Anexo I) aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Auditoria das demonstrações contábeis anuais e serviços relacionados a auditoria das empresas auditadas pela Deloitte (incluídas na consolidação)	9.054	6.180	6.109
Auditoria das demonstrações contábeis anuais e serviços relacionados a auditoria das empresas auditadas pela Deloitte (acrescentadas à consolidação)	-	373	172

Adicionalmente as despesas com auditoria das demonstrações financeiras, o Banco pagou para a Deloitte em 2009 algumas despesas relacionadas a auditoria da Oferta Global no valor de R\$8,8 milhões líquido de impostos e foi registrado como custo da transação líquido do aumento de capital.

Serviços prestados por outras firmas de auditoria montam R\$15,0 milhões (2009 - R\$2,5 milhões, 2008 - R\$3,0 milhões).

40. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Ganhos	341	3.377.953	19.701
Alienação de tangíveis	229	36.161	13.162
Alienação de investimentos ⁽¹⁾	112	3.341.792	6.539
Perdas	(59.527)	(8.652)	(13.090)
Alienação de tangíveis	(260)	(8.652)	(13.090)
Alienação de investimentos	(59.267)	-	-
Total	(59.186)	3.369.301	6.611

(1) Em 2009, o Banco efetuou alienação de investimentos da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, Tecban – Tecnologia Bancária S.A. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS apresentando um ganho no valor de R\$3.315 milhões.

41. Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Refere-se, basicamente, ao resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e a provisão do valor recuperável destes bens. Em 2010, inclui R\$106.827 mil (2009 - R\$63.000 mil) de ganho na alienação de edifícios administrativos, relacionados, principalmente, a mudança para a nova sede.

Notas Explicativas

42. Outras divulgações

a) Fundos administrados não registrados no balanço

Os fundos administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2010	2009
Fundos de investimento	102.516.308	95.324.100
Ativos administrados	8.822.049	3.083.043
Total	111.338.357	98.407.143

b) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$194.063.773 mil e R\$94.949.464 mil em 2009.

c) Vencimento residual e taxas de juros médias

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

31 de dezembro de 2010								
Em milhares de Reais								
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	44.343.701	7.966.178	4.490.272	-	-	-	56.800.151	11,0%
Instrumentos de dívida	-	6.705.785	3.455.031	36.393.309	6.947.815	8.754.287	62.256.227	11,5%
Instrumentos de patrimônio	22.435.327	-	-	-	-	-	22.435.327	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.735.109	1.747.182	2.319.266	946.794	3.716.619	8.533.246	22.998.216	6,7%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	9.744.791	37.616.374	51.095.094	45.347.623	10.536.509	6.217.932	160.558.323	21,3%
Total	82.258.928	54.035.519	61.359.663	82.687.726	21.200.943	23.505.465	325.048.244	15,1%
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições de crédito	856.322	19.304.849	10.358.095	10.669.471	524.889	677.946	42.391.572	6,0%
Depósitos de clientes	46.603.707	28.910.116	26.300.047	58.599.472	4.401.853	3.134.006	167.949.201	9,7%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	3.194.214	6.446.755	7.422.491	2.482.347	540.838	20.086.645	10,4%
Dívidas subordinadas	-	-	-	3.010.208	1.902.811	4.782.086	9.695.105	10,9%
Outros passivos financeiros	2.432.612	10.608.134	20.440	157.062	-	-	13.218.248	
Total	49.892.641	62.017.313	43.125.337	79.858.704	9.311.900	9.134.876	253.340.771	9,2%
Diferença (ativo e passivo)	32.366.287	(7.981.794)	18.234.326	2.829.022	11.889.043	14.370.589	71.707.473	
31 de dezembro de 2009								
Em milhares de Reais								
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa Média
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	12.169.277	6.828.836	8.270.899	-	-	-	27.269.012	8,9%
Instrumentos de dívida	-	14.279.921	1.784.616	13.049.117	20.751.920	7.645.358	57.510.932	10,8%
Instrumentos de patrimônio	17.991.746	-	-	-	-	-	17.991.746	
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	3.246.260	8.375.243	4.313.669	1.308.300	2.477.758	6.481.348	26.202.578	9,2%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	6.716.360	25.651.927	41.119.405	47.045.584	12.505.072	5.356.055	138.394.403	23,8%
Total	40.123.643	55.135.927	55.488.589	61.403.001	35.734.750	19.482.761	267.368.671	16,4%
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos no Banco Central do Brasil	-	176.432	63.681	-	-	-	240.113	3,1%
Depósitos de instituições de crédito	189.858	5.060.811	7.373.626	7.486.135	742.446	104.765	20.957.641	8,5%
Depósitos de clientes	40.358.100	33.634.930	30.639.047	40.770.381	4.032.168	5.530	149.440.156	8,8%
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	3.242.520	4.882.803	936.678	1.532.956	844.053	11.439.010	7,9%
Dívidas subordinadas	-	2.104	-	-	4.330.919	6.971.422	11.304.445	9,6%
Outros passivos financeiros	3.650.259	6.340.210	(33.470)	249.391	(18.226)	-	10.188.164	
Total	44.198.217	48.457.007	42.925.687	49.442.585	10.620.263	7.925.770	203.569.529	8,8%
Diferença (ativo e passivo)	(4.074.574)	6.678.920	12.562.902	11.960.416	25.114.487	11.556.991	63.799.142	

Notas Explicativas

d) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2010		2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	66.065	-	2.069.530	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	1.127.863	1.050.380	1.981.386	1.048.742
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.057.000	-	713.042	-
Empréstimos e recebíveis	21.437.906	-	15.092.956	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	22.926.205	-	17.469.224
Total	23.688.834	23.976.585	19.856.914	18.517.966

e) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais Ativo	2010		2009	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	22.658.520	22.658.520	24.228.143	24.228.143
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	151.366.561	151.536.439	127.934.811	128.065.076
Instrumentos de dívida (nota 6)	81.444	87.208	-	-
Total	174.106.525	174.282.167	152.162.954	152.293.219

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Em milhares de Reais Passivo	2010		2009	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Depósitos no Banco Central do Brasil (nota 16)	-	-	240.113	240.113
Depósitos de instituições de crédito (nota 16)	42.391.572	42.391.572	20.955.846	20.955.846
Depósitos de clientes (nota 17) ^(*)	167.949.201	167.953.896	149.440.156	149.448.949
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	20.086.645	20.054.667	11.439.010	11.435.722
Dívidas subordinadas (nota 19)	9.695.105	9.695.105	11.304.445	11.304.445
Outros passivos financeiros (nota 20)	13.218.248	13.218.248	10.188.164	10.188.164
Total	253.340.771	253.313.488	203.567.734	203.573.239

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações financeiras de curto prazo - As aplicações financeiras de curto prazo incluem as aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.

- Operações de crédito – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.

- Depósitos – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por empréstimos de longo prazo – Os valores justos de obrigações por empréstimos de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.416.299 mil, sendo R\$436.334 mil em até 1 ano, R\$901.145 mil entre 1 a 5 anos e R\$78.820 mil com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.693 mil correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa foram no valor de R\$455.326 mil.

Notas Explicativas

Os contratos de aluguel mensais serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, de acordo com a variação do IGPM. Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, sem o pagamento de qualquer multa, ônus ou penalidade, mediante simples comunicação escrita ao locador com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo do pagamento do aluguel e encargos até então devidos.

g) Acordos de compensação e liquidação de obrigações

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

h) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

43. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.
- Gestão de Ativos e Seguros.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações gerenciados globalmente.

As demonstrações do resultado condensadas e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2010			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
Demonstração (Condensada) do Resultado				
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21.301.329	2.501.318	292.431	24.095.078
Receitas de instrumentos de patrimônio	51.721	-	-	51.721
Resultado de equivalência patrimonial	43.942	-	-	43.942
Receita líquida de tarifas e comissões	5.529.572	891.897	414.039	6.835.508
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas)	1.550.319	244.408	80.323	1.875.050
Outras receitas (despesas) operacionais	(596.271)	(29.992)	278.264	(347.999)
TOTAL DE RECEITAS	27.880.612	3.607.631	1.065.057	32.553.300
Despesas com pessoal	(5.354.100)	(512.097)	(59.979)	(5.926.176)
Outras despesas administrativas	(5.003.189)	(215.499)	(85.738)	(5.304.426)
Depreciação e amortização	(1.129.919)	(57.718)	(49.773)	(1.237.410)
Provisões (líquidas)	(1.940.727)	4.039	(37.638)	(1.974.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.225.451)	(8.359)	-	(8.233.810)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.601)	-	1	(20.600)
Outros ganhos (perdas) financeiros	139.951	-	-	139.951
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	6.346.576	2.817.997	831.930	9.996.503
Outros:				
Total em ativos	308.973.195	40.139.949	25.549.539	374.662.683
Empréstimos e adiantamentos a clientes	121.175.888	30.149.793	40.880	151.366.561
Depósitos de clientes	144.385.872	22.180.522	1.382.807	167.949.201

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Demonstração (Condensada) do Resultado

	2009			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	20.260.381	1.766.812	139.898	22.167.091
Receitas de instrumentos de patrimônio	29.903	-	-	29.903
Resultado de equivalência patrimonial	295.414	-	-	295.414
Receita líquida de tarifas e comissões	4.969.848	863.326	404.588	6.237.762
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas)	1.751.572	859.209	54.351	2.665.132
Outras receitas (despesas) operacionais	(280.861)	(22.540)	187.777	(115.624)
TOTAL DE RECEITAS	27.026.257	3.466.807	786.614	31.279.678
Despesas com pessoal	(4.971.773)	(474.295)	(64.904)	(5.510.972)
Outras despesas administrativas	(5.213.092)	(175.017)	(48.136)	(5.436.245)
Depreciação e amortização	(1.175.995)	(38.635)	(33.982)	(1.248.612)
Provisões (líquidas)	(3.389.253)	(45.050)	(46.390)	(3.480.693)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.883.382)	(83.022)	-	(9.966.404)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(899.172)	-	(1.382)	(900.554)
Outros ganhos (perdas) financeiros	3.400.931	-	-	3.400.931
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	4.894.521	2.650.788	591.820	8.137.129
Outros:				
Total em ativos	253.639.547	40.738.892	21.594.137	315.972.576
Empréstimos e adiantamentos a clientes	99.511.366	28.571.262	241.296	128.323.924
Depósitos de clientes	124.296.966	23.872.581	1.270.609	149.440.156

Para permitir uma melhor avaliação do segmento operacional, a partir de 2010, os ativos relacionados as atividades de seguros estão apresentados no segmento de seguros e gestão de ativos. Para fins de comparabilidade, em 2009 efetuamos a reclassificação destes ativos, uma vez que estavam alocados em outros segmentos operacionais. Os ativos de seguros foram incorporados no Banco no terceiro trimestre de 2009, com a Incorporação de ações da Santander Seguros (Nota 3.b).

Em milhares de Reais

Demonstração (Condensada) do Resultado

	2008			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	10.191.650	1.213.502	32.817	11.437.969
Receitas de instrumentos de patrimônio	36.972	-	-	36.972
Resultado de equivalência patrimonial	112.330	-	-	112.330
Receita líquida de tarifas e comissões	3.602.255	449.289	202.159	4.253.703
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas)	(358.011)	540.636	7.041	189.666
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.570)	(37.782)	(465)	(59.817)
TOTAL DE RECEITAS	13.563.626	2.165.645	241.552	15.970.823
Despesas com pessoal	(3.104.942)	(403.671)	(39.549)	(3.548.162)
Outras despesas administrativas	(3.485.160)	(129.640)	(21.975)	(3.636.775)
Depreciação e amortização	(797.536)	(44.065)	(4.404)	(846.005)
Provisões (líquidas)	(1.160.918)	(38.638)	(30.761)	(1.230.317)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(4.076.108)	(23.176)	-	(4.099.284)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(77.267)	-	(10)	(77.277)
Outros ganhos (perdas) financeiros	15.830	-	-	15.830
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	877.525	1.526.455	144.853	2.548.833
Outros:				
Total em ativos	243.957.824	50.232.023	-	294.189.847
Empréstimos e adiantamentos a clientes	106.317.159	28.151.101	-	134.468.260
Depósitos de clientes	117.516.868	37.977.971	-	155.494.839

Adicionalmente, o Banco não tem clientes que individualmente respondam por 10% da receita financeira ou receita correlata (das duas a maior) para 2010, 2009 e 2008.

44. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

a) Remuneração da Administração

A Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2010, aprovou a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2010, no montante global de até R\$246.560 mil, nos exatos termos da proposta do Conselho de Administração, de 22 de março de 2010. Neste montante, consideram-se previstos também, benefícios no valor de até R\$7.480 mil e aos planos de previdência em vigor no valor máximo de R\$50.000 mil. Foi aprovada também a remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria no valor total de até R\$3.440 mil.

Notas Explicativas

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria:

Em milhares de Reais	2010	2009	2008
Remuneração fixa	45.078	35.258	16.017
Remuneração variável	162.732	121.490	55.421
Outros	8.659	6.294	4.335
Total	216.469	163.042	75.773

ii) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I – diretores, membros dos conselhos de administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o 2º grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o 2º grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	31 de dezembro de 2010					
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Acionistas						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding ⁽¹⁾⁽²⁾	206.663	0,1%	-	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,8%	35.957.557	19,3%	73.857.384	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.
(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na CVM e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela Santander Insurance Holding, S.L. sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

	31 de dezembro de 2009					
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Acionistas						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Seguros S/A ⁽²⁾	7.241	0,0%	9.525	0,0%	16.766	0,0%
Santander Insurance Holding ⁽¹⁾	4.745.084	2,2%	4.125.836	2,2%	8.870.920	2,2%
Funcionários	311.840	0,1%	284.366	0,2%	596.206	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	33.283.259	15,7%	31.758.342	17,0%	65.041.601	16,4%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.
(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) A Incorporação de Ações da Santander Seguros, mencionada na nota 3, acarretou participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros. Em 26 de maio de 2010, a Santander Seguros alienou a participação no Banco Santander correspondente a 16.767 mil ações (7.241 mil ações ordinárias e 9.526 mil ações preferenciais) via pregão na BM&FBovespa, eliminando a participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros.

Notas Explicativas

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Em setembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a Política para Transações com Partes Relacionadas, a fim de assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais	2010			2009		
	Controladora	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	Controladora	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽¹⁾
Ativo						
Derivativos para negociação, posição líquida	35.513	-	(125.147)	35.331	-	(84.068)
Banco Santander, S.A. – Espanha	35.513	-	-	35.331	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	(118.521)	-	-	(66.259)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(33.076)	-	-	(24.028)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	26.450	-	-	5.739
Outros	-	-	-	-	-	480
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	4.262.254	269.667	277.807	1.288.558	335.526	909
Banco Santander, S.A. – Espanha	4.262.254	-	-	1.288.558	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	258.261	-	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	263.559	-	-	297.772	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	6.108	-	-	37.754	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	729	-	-	901
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	18.817	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	8
Outros ativos	27.090	795	2.457	115	541	27
Banco Santander, S.A. – Espanha	27.090	-	-	115	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	529	-	-	323	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	266	-	-	218	-
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	2.457	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	27
Passivo						
Depósitos de instituições de crédito	(2.167.452)	(76.340)	(1.940.158)	(2.741.547)	(15.142)	(546.805)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(2.167.452)	-	-	(2.741.547)	-	-
Grupo Banesto: Sociedades consolidables	-	-	(75.477)	-	-	(157.283)
Abbey National Beta Investments Limited	-	-	-	-	-	(387.616)
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(1.857.963)	-	-	-
Banco Santander, S.A. – Uruguai	-	-	(6.538)	-	-	(25)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(73.270)	-	-	(12.516)	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.070)	-	-	(2.626)	-
Outros	-	-	(180)	-	-	(1.881)
Depósitos de clientes	-	-	(375.869)	-	-	(455.733)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(129.500)	-	-	(112.134)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(43.439)	-	-	(43.138)
Universia Brasil S.A.	-	-	(3.218)	-	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(198.236)	-	-	(192.139)
Fundo de Investimento Multimercado Menorca Crédito Privado	-	-	-	-	-	(106.506)
Outros	-	-	(1.476)	-	-	(1.816)
Dívidas subordinadas	-	-	-	(1.667.219)	-	-
Banco Santander, S.A. – Espanha	-	-	-	(1.667.219)	-	-
Outros passivos - Dividendos e bônus a pagar	-	-	(1.704.884)	-	-	(1.392.079)
Grupo Empresarial Santander, S.L.	-	-	(726.925)	-	-	(570.414)
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(1.037)	-	-	(81.701)
Sterrebeeck B.V.	-	-	(976.922)	-	-	(739.683)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	-	-	-	(281)
Outras obrigações	(6.353)	-	(52.586)	(9.266)	-	(59.922)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(6.353)	-	-	(9.266)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	-	-	(52.358)	-	-	(59.922)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(228)	-	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias, conforme verificadas em operações comparáveis com outras partes e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander, S.A. - Espanha).

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

	2010			2009		
	Controladora	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	Controladora	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽¹⁾
Resultado						
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	2.384	39.395	1.029	2.463	40.034	2.487
Banco Santander, S.A. – Espanha	2.384	-	-	2.463	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	1.029	-	-	2.487
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	38.545	-	-	33.674	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	850	-	-	6.360	-
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	-	(28.827)	-	-	(39.482)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(9.359)	-	-	(8.112)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.736)	-	-	(4.820)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(16.166)	-	-	(7.922)
Fundo de Investimento Multimercado Menorca Crédito Privado	-	-	-	-	-	(11.940)
Cia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS	-	-	-	-	-	(5.051)
Outros	-	-	(566)	-	-	(1.637)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(47.134)	(526)	(32.676)	(240.448)	(7.630)	(12.156)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(47.134)	-	-	(240.448)	-	-
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	-	-	-	(9.062)
Abbey National Beta Investments Limited	-	-	(7.415)	-	-	(1.869)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(526)	-	-	(1.253)	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	-	-	-	(6.377)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(25.143)	-	-	-
Outros	-	-	(118)	-	-	(1.225)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	73.975	6.770	9.449	20.963	6.861	13.407
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	6.327	-	-	6.134	-
Banco Santander, S.A. – Espanha	73.975	-	-	20.963	-	-
Santander Capitalização	-	-	-	-	-	12.597
Aviación Antares, A.I.E.	-	-	9.449	-	-	-
Outros	-	443	-	-	727	810
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros	(44.953)	-	(42.090)	51.758	2	(512.920)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(44.953)	-	-	51.758	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	32.489	-	-	(320.972)
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	-	-	188	-	-	(6.001)
Fundo de Investimento Multimercado Menorca Crédito Privado	-	-	-	-	-	46.022
Fundo de Investimento Multimercado Santillana Cred. Privado	-	-	(86.572)	-	-	(182.833)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	14.763	-	-	(2.836)
Santander Investment Securities Inc.	-	-	-	-	-	(44.757)
Outros	-	-	(2.958)	-	2	(1.543)
Despesas administrativas e amortização	-	-	(226.127)	-	-	(211.796)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(50.320)	-	-	(42.061)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(108.741)	-	-	(99.548)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(5.491)	-	-	(6.675)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(21.256)	-	-	(22.239)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(19.722)	-	-	(20.689)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(15.868)	-	-	(15.318)
Outros	-	-	(4.729)	-	-	(5.266)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	-	-	-	2.376.460
Santusa Holding, S.L.	-	-	-	-	-	2.376.460

(1) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander, S.A. - Espanha.

45. Gestão do risco

A gestão de riscos no Santander Brasil é baseada nos mesmos princípios aplicáveis a todo o Grupo mundialmente:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho. A unidade de risco local mantém sua independência com uma comunicação direta com a unidade de riscos corporativa.
- Compromisso em apoiar o negócio, colaborando sem menosprezar o princípio anterior, para a consecução dos objetivos comerciais mantendo a qualidade do risco. Para isso, a estrutura organizacional de riscos busca a cooperação entre os gestores de negócio e riscos.
- Decisões tomadas coletivamente (inclusive no nível das agências), que garantem o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais.
- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos etc.
- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- Manter como objetivo um perfil de riscos médio-baixo, acentuando a baixa volatilidade e o caráter previsto mediante:

Notas Explicativas

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias.
- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados.
- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi estruturado tomando como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrita de acordo com as seguintes fases:

- Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Santander.

O Santander Brasil funciona aplicando uma série de políticas e procedimentos de riscos que constituem seu modelo regulador e que, na forma de circulares e regras operacionais, regulam as atividades e os processos de riscos do Banco.

A Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos), tem a função de estabelecer os princípios e as normas que governam o *modus operandi* geral das atividades de risco do Santander Brasil, com base nos modelos corporativos de organização e gestão. Uma das principais características da Estrutura Corporativa de Gestão de Risco é que ela leva à regulação, por meio de uma série de estruturas corporativas mais específicas, das funções que se reportam à Unidade de Risco.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar. O modelo de gestão contém os pilares básicos da gestão de risco, os canais para o planejamento e a definição de metas, o orçamento e o processo de definição de limites de risco, o controle das operações, a estrutura de emissão de relatórios de risco para a Alta Administração e o modelo de referência tecnológica para a gestão de risco.

- Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- Medição dos riscos usando métodos e modelos testados exaustivamente.
- Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pelos chefes de todos os níveis da Administração do Santander.

Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Santander Brasil satisfaz as políticas de risco aprovadas e os limites de risco definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima) já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Santander Brasil. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para segmentos locais, modelos baseados em classificações e scorings internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram embutidos na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão sendo integrados na gestão de riscos.

- Modelos baseados em classificações e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda esperada, com base nas estimativas LGD.
- Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- VaR, usado para controlar o risco de mercado e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

O Santander Brasil pretende utilizar os modelos internos para o cálculo do capital obrigatório (regulamentar) e para isso estabeleceu um cronograma de comum acordo com o supervisor local. O Santander Brasil definiu uma estrutura de governança do Acordo da Basileia II e para isso designou os recursos humanos e tecnológicos necessários para satisfazer as exigências estritas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

Os comitês de riscos do Banco Santander são definidos em sintonia com os padrões corporativos e estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco.

O Comitê Executivo de Riscos Brasil tem níveis de aprovação alinhados com as diretrizes globais do Comitê de Riscos do Banco Santander Espanha e possui as seguintes responsabilidades:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio.
- Aprovação de riscos de clientes PJ e PF, Cartas Indicativas, Pré-classificações e limites/produtos para riscos da Tesouraria, que excedam as alçadas dos Comitês inferiores do Banco Santander.
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado, Risco País, operações do Banco de Atacado Global (GBM), Corporate, Empresas e PGC's (Programas de Gestão de Crédito/Varejo).
- Conhecer e decidir sobre assuntos relevantes de risco.
- Conhecer as observações e recomendações formuladas periodicamente pelos Reguladores, assim como das auditoria Interna e Independente e pelo Comitê de Auditoria.
- Supervisionar os níveis de risco assumidos, para que as regulamentações sejam cumpridas.

Notas Explicativas

– Validar previamente as propostas que excedam suas alçadas, para apresentação aos Comitês Corporativos de Riscos do Banco Santander.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócio tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O Santander desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou por agregado de operações semelhantes.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre clientes individualizados e clientes padronizados:

- Clientes individualizados são aqueles aos quais se designa um analista de riscos, basicamente por conta do risco assumido. Esta categoria inclui clientes de bancos atacadistas, instituições financeiras e certas empresas pertencentes a bancos varejistas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

- Clientes padronizados são aqueles aos quais nenhum analista de riscos específico é designado. Nesta categoria geralmente se incluem pessoas físicas, empresas individuais e bancos varejistas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com a normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Santander usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como low default portfolios. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação globais são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Banco de Atacado Global, com gestão centralizada no Banco, a determinação do seu rating e no acompanhamento do risco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista e ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes padronizados, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem no Banco ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco (PD e LGD) devem ser baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes.

Para as carteiras com um histórico interno de baixa inadimplência, como no caso de bancos, risco soberano ou banco de atacado global, os parâmetros são estimados com base em informações do mercado de CDS e com âmbito global, aproveitando a presença internacional do Grupo Santander (low default portfolios).

Notas Explicativas

Para as carteiras restantes, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco. No caso das carteiras de varejo o rating é estimado em função de modelos que utilizam as informações de comportamento dos clientes e dados nos cadastros externos disponíveis, em quanto que a probabilidade de default é calculada com base nos casos de operações com atrasos superior a 90 dias.

O cálculo da LGD (loss given default, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

Os parâmetros estimados são então atribuídos aos créditos adimplentes. No caso de carteiras de baixa inadimplência, que também são carteiras de gestão global, os parâmetros são atribuídos da mesma forma para todas as unidades do Banco.

Inversamente, cada unidade tem um sistema específico de scoring para as carteiras de varejo, o que exige a realização de estimativas separadas e a atribuição de parâmetros, adaptada conforme o caso.

Escala mestre de ratings

Para obter ratings internos equivalentes nos diferentes modelos disponíveis – corporativo, risco soberano, instituições financeiras e outros segmentos – e permitir a sua comparação com ratings externos de agências de classificação de risco, o Banco possui a chamada escala mestre de ratings.

A equivalência é estabelecida através da probabilidade de inadimplência associada a cada rating. As PDs (probability of default, ou perda provável) calibradas internamente são comparadas com as taxas de inadimplência associadas aos ratings externos periodicamente publicados pelas agências de classificação de risco.

Rating Interno	Probabilidade de Inadimplência	Equivalência com:	
		Standard & Poor's	Moody's
9,3	0,017%	AAA	Aaa
9,2	0,018%	AA+	Aa1
9,0	0,022%	AA	Aa2
8,5	0,035%	AA-	Aa3
8,0	0,06%	A+	A1
7,5	0,09%	A	A2
7,0	0,14%	A-	A3
6,5	0,23%	BBB+	Baa1
6,0	0,36%	BBB	Baa2
5,5	0,57%	BBB-	Baa3
5,0	0,92%	BB+	Ba1
4,5	1,46%	BB	Ba2
4,0	2,33%	BB/BB-	Ba2/Ba3
3,5	3,71%	BB-/B+	Ba3/B1
3,0	5,92%	B+/B	B1/B2
2,5	9,44%	B	B2
2,0	15,05%	B-	B3
1,5	24,00%	CCC	Caa1
1,0	38,26%	CC/C	Caa1/Caa2

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Para complementar a utilização dos modelos avançados previamente descritos (vide dados relacionados em "Capital Econômico"), são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, fundamentada na perda observada.

O custo do risco de crédito no Banco é medido através de diferentes métodos: variação em créditos inadimplentes em processo de recuperação (ativos duvidosos finais - ativos duvidosos iniciais + ativos baixados - recuperação de ativos baixados), provisões líquidas para créditos de liquidação duvidosa (provisões específicas - recuperação de ativos baixados) e ativos baixados líquidos (recuperação de ativos baixados).

b.4) Ciclo de risco de crédito

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre, conforme o caso, os riscos incorridos nas operações do Banco. As partes envolvidas no processo são as áreas tomadoras de risco e a Alta Administração, além da área de risco.

O processo começa na Alta Administração, através do Conselho de Administração e do Comitê de Risco, que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de poderes, além de aprovar e supervisionar a atuação da área de risco.

O ciclo de risco contém três fases diferentes: pré-venda, venda e pós-venda:

- Pré-venda: fase que inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do apetite de risco do Banco, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites.

- Venda: trata-se da fase de tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas.

- Pós-venda: fase que contém os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

O limite de risco é um processo dinâmico que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

Notas Explicativas

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções em relação a elas, tendo em conta o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (retorno ajustado ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Unidade de Risco tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo contínuo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações de atenuação. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para esse efeito, foi projetado um sistema denominado “firmas sob vigilância especial” (FEVE, sigla em espanhol) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

O rating atribuído é revisado pelo menos anualmente, mas, caso seja detectada qualquer debilidade ou em virtude do próprio rating, a periodicidade deve ser aumentada.

No caso dos riscos de clientes padronizados, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

b.5) Função de controle de risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco obtém uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do processo de risco, de sua qualidade e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco são controladas de forma contínua e sistemática contra o orçamento, limites e benchmarks, e os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pelo Banco.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

b.5.1) Recuperação de Crédito

O Departamento de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco Santander. As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade de pagamento dos clientes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes de menor probabilidade de recuperação recebem ações mais tempestivas e intensas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com estes clientes. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

Vendas de carteira de créditos inadimplidos, com foco em operações em situação de prejuízo, também são realizadas periodicamente através de processos de leilão, nos quais se avaliam as condições e características das operações para sua avaliação, sem retenção de risco.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Notas Explicativas

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira.

Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Divisão de Riscos do Banco atua juntamente com a Divisão Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

Implementamos um sistema de gestão de Risco Socioambiental para o segmento de Atacado do Santander. Neste sistema, os clientes que possuem limites de crédito são analisados em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Em 2010, analisamos aproximadamente 1500 clientes Pessoa Jurídica, incluindo cerca de 20 novos projetos, para esses riscos. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e um time de analistas financeiros estuda o potencial de danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias, dentre outros, dos nossos clientes. Nossa atividade de análise foca em preservar o nosso capital e reputação no mercado. Treinamos constantemente as nossas áreas comercial e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica.

b.7) Principais variações em 2010

Em 2010 o Santander consolidou as melhores práticas de gestão de risco de crédito com as do Banco Real, e com isso se fortaleceu para o compromisso de manter o crescimento do crédito com prudência e conhecimento de mercado. Como resultado, neste ano o processo decisório de concessão de crédito para determinadas alçadas tornou-se descentralizado, conferindo mais autonomia para a rede de agências. A nova estrutura passou a contar com uma equipe focada no desenvolvimento de mecanismos e sistemas de gerenciamento, cuja função é acompanhar os processos de concessão e assegurar os melhores negócios para o banco.

Tendo uma estrutura forte e consolidada colhemos os resultados das ações adotadas para conter a crise financeira mundial de 2009 - que instalou um cenário de baixa liquidez e volatilidade - e, em sintonia com o bom momento da economia brasileira deste ano, crescemos em todos os segmentos do Varejo. Ao final de 2010 este segmento representava 57% do ativo total de crédito.

Com foco no aumento da carteira e na redução dos índices de inadimplência, tais iniciativas foram importantes para reforçar o trabalho de recuperação do crédito de maneira efetiva e consistente, o que pôde ser observado a partir do segundo trimestre de 2010 e se confirmou nos resultados dos trimestres posteriores. Dessa forma, revertemos a curva de inadimplência no início do ano e alcançamos resultados em linha com o mercado no final do período, confirmando para carteira de crédito as projeções de crescimento acelerado, contínuo e com qualidade.

Outro aspecto relevante em 2010 foi o processo de abertura de novas agências, que aumentou nossa penetração na base de clientes e facilitou a entrada em mercados em que tínhamos pouca inserção. Hoje o banco está capacitado para capturar as melhores oportunidades e garantir a proteção dos nossos negócios de forma sólida e eficiente.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

Exposição ao Risco de Crédito - Clientes (*) (Milhares de Reais)		Índice de Empréstimos Inadimplentes (%)		Índice de Cobertura Impairment (perda do valor recuperável) (%)		Provisão Específicas para Perda sobre Crédito, Líquida de RAWO (**) (Milhares de Reais)		Custo do crédito (% do Risco)	
2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
183.121.435	159.465.631	5,82%	7,15%	98,32%	101,72%	9.191.762	10.070.479	4,86%	6,24%

Dados preparados de acordo com o critério de gestão de acordo com o critério contábil da unidade do controlador.
(*) Inclui empréstimos brutos e adiantamentos a clientes, garantias e créditos documentários.
(**) RAWO = Recoveries of Assets Written Off (Recuperação de Ativos Baixados).

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo.

Notas Explicativas

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value At Risk - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assuma risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- Riscos estruturais:

i. Risco estrutural de câmbio/coertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o real (cobertura de resultados).

ii. Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Tesouraria é responsável por gerenciar as posições tomadas na atividade de intermediação financeira.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais centralmente através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO nos respectivos países e, em última análise, pelo Comitê de Mercados da Matriz.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo Bacen.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2010 foi a Value at Risk (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida. Ele é utilizado pela sua facilidade de cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitem obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

Notas Explicativas

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente. Preparar uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do underlying (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao spread, jump-to-default e concentrações de posições por nível de classificação.

Com relação ao risco de crédito da carteira de negociação (quando existe mercado de negociação para o mesmo), e na manutenção das recomendações feitas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, foi introduzida uma medida adicional, o Risco de Inadimplência (IDR), para cobrir o risco de inadimplência não mensurado adequadamente no VaR, por meio da variação de preços de mercado dos respectivos spreads de crédito. Os instrumentos afetados são basicamente títulos de renda fixa, derivativos sobre títulos (futuros, opções, etc.) e derivativos de crédito (swaps de inadimplência, títulos lastreados por ativos, etc.). O método usado para calcular o IDR, e definido globalmente para o Grupo Santander.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco para a atividade de balanço e carteiras de investimento é calculado aplicando-se o mesmo padrão aplicado às atividades de intermediação financeira: simulação histórica com um intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. São efetuados ajustes estatísticos que permitem incorporar de forma rápida e eficiente os acontecimentos mais recentes que condicionam os níveis de riscos assumidos.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. O Banco monitora permanentemente os perfis máximos de defasagem temporal.

As medidas utilizadas para controlar o risco de liquidez na gestão de balanço são o gap de liquidez, os índices de liquidez, os cenários de estresse e os planos de contingência.

Gap de liquidez

O gap de liquidez informa os fluxos de pagamentos e recebimentos no horizonte de tempo das contas ativas, passivas e extrapatrimoniais do balanço, possibilitando a análise dos descasamentos existentes entre as expectativas de entradas e saídas de recursos do Banco.

O gap de liquidez é elaborado e analisado em dois segmentos distintos: gap de liquidez em moeda local e gap de liquidez em moeda estrangeira, em que o caixa disponível, os fluxos de pagamentos/recebimentos e as estratégias são segregados em moeda local e estrangeira, respectivamente.

Notas Explicativas

O Banco elabora três tipos de gap de liquidez:

1 - Gap de liquidez contratual

O gap de liquidez contratual demonstra os fluxos de vencimentos contratuais de forma consolidada dos principais produtos do Banco e os descasamentos existentes. Informa também a liquidez disponível a um dia e o consumo ou incremento da liquidez no período.

2 - Gap de liquidez operacional

Acompanhamento e gestão do caixa realizados diariamente, levando-se em consideração a situação de mercado, vencimentos e renovações de ativos e passivos, necessidade de curto prazo de liquidez e eventos específicos.

3 - Gap de liquidez projetado

Com base no gap de liquidez contratual, novos fluxos de vencimentos são projetados levando-se em consideração o plano orçamentário do Banco.

Índices de liquidez

Complementarmente à análise do gap de liquidez também é elaborado um modelo da liquidez estrutural, cujo objetivo é avaliar o perfil da estrutura das fontes e dos usos dos recursos do Banco e inclui também estudos de índices de liquidez.

Os principais índices de liquidez analisados são:

- Depósitos/Operações de Crédito - mede a capacidade da instituição de financiar operações de crédito com funding mais estáveis e de menor custo.
- Passivos Estáveis/Ativos Permanentes - mede a relação entre o Capital + Outros Passivos Estáveis e os Investimentos + Outros Ativos Permanentes.
- Funding de Mercado/Ativos Totais - mede o percentual dos ativos do Banco que estão sendo financiados com funding pouco estáveis e de maior custo.
- Funding de Mercado Curto Prazo/Funding de Mercado - mede o percentual de perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias) sobre o total de funding pouco estáveis.
- Ativos Líquidos/Funding de Mercado Curto Prazo - mede a relação de comprometimento dos ativos de liquidez imediata e a perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias).

Análise de cenário/plano de contingência

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de Stress.

O Teste de Stress avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de Stress para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez de até 90% por 90 dias em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez:

- Identificação de Crise - A elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez da instituição. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de Stress para Liquidez. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, consequentemente, acionando o Plano de Contingência.
- Comunicação Interna - Após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas.
- Ações Corretivas - São as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:

- Avaliar o tipo e a gravidade da crise;

- Identificar qual o segmento mais impactado;

- Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja, custo financeiro ou custo de imagem.

O ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de stress, da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência semestralmente.

Se ocorrerem condições de mercados adversas, o ALCO pode revisar e aprovar novos modelos, Liquidez Mínima e Plano de Contingência a qualquer momento que se faça necessário.

Notas Explicativas

c.5) Risco estrutural de câmbio/coertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O back-testing consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de back-testing realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Alta Administração, a fim de evitar riscos não desejados.
3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.
4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.
5. Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2010

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2010 ficou em R\$ 27,19 milhões contra R\$ 38,0 milhões em 2009. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço ⁽¹⁾

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2010, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou negativa em R\$254,50 milhões.

Também no encerramento de 2010, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou negativo em R\$ 1.248,88 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco dos juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, o Banco Santander evoluiu no quarto trimestre do ano de 2010, com as novas estratégias para 2011, atingindo o máximo de R\$254,50 milhões em dezembro. A sensibilidade de valor evoluiu a partir do quarto trimestre em conjunto com o crescimento do balanço, instituído pela estratégia assumida para 2011, atingindo em dezembro R\$1.248,88 milhões.

	R\$ MM dez/10
Sensibilidades	
Margem Financeira	254,50
Valor Patrimonial	1.248,88
Risco de Gestão do Balanço	
VaR	308,88

(1) Inclui o total do balanço patrimonial, exceto quanto aos ativos e passivos financeiros mantidos para negociação.

Notas Explicativas

Gestão da liquidez estrutural

A gestão da liquidez estrutural tem como objetivo financiar as atividades recorrentes do Banco em condições ótimas de prazos e custos, evitando, assim, que a instituição assuma riscos de liquidez não desejados.

As principais características da gestão da liquidez estrutural em 2010 foram as seguintes:

- Posição confortável de liquidez estrutural. Como o Santander é um banco fundamentalmente comercial, os depósitos dos clientes constituem a principal fonte de obtenção de liquidez na sua estrutura de financiamento. Esses depósitos, somados ao capital e outros instrumentos similares, permitem ao Banco cobrir a maior parte de suas necessidades de liquidez. Como resultado, as captações no mercado de atacado são moderadas com relação ao tamanho de seu balanço.
- No Brasil, a obrigatoriedade de constituir reserva legal absorve uma parcela considerável da captação.
- Diversificação de instrumentos para obter liquidez. Adicionalmente, as dívidas preferenciais e subordinadas são de longo prazo.
- O balanço local deve ser "autofinanciável".
- Com base nos resultados do teste de stress, mantém-se uma reserva mínima de liquidez.
- A dependência do Santander de captações internacionais não é representativa.
- O objetivo é que as atividades relacionadas com moedas fortes sejam financiadas com captações em moeda forte com terceiros.
- Dadas as turbulências potenciais nesse mercado, o Banco Santander tem mecanismos para utilizar a liquidez local para suportar atividades em moeda forte.
- Alta capacidade de obter liquidez dos itens que compõem o balanço. As posições de títulos do governo são mantidas para fins de gestão da liquidez.
- O Banco executa funções de controle e gestão, o que envolve planejar suas necessidades de recursos, estruturar as fontes de financiamento, melhorar sua diversificação com prazos e instrumentos, e definir planos de contingências.

Na prática, a gestão da liquidez executada pelo Banco consiste no seguinte:

- Anualmente é elaborado um plano de liquidez, com base nas necessidades de financiamento derivadas dos orçamentos de cada negócio. A partir dessas necessidades de liquidez, e trabalhando com limites prudenciais da demanda nos mercados de curto prazo, o Banco traça um plano de emissões e securitizações para o exercício.
- Durante o ano é feito um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento e é atualizado esse plano.
- Controle e análise do risco de liquidez. O principal objetivo é garantir que o mantenha níveis aceitáveis de liquidez para cobrir suas necessidades de financiamento no curto e no longo prazos, em situações normais de mercado. Para isso, o Banco utiliza medidas de controle de balanços, como gap de liquidez e índices de liquidez.

Também são feitas diferentes análises de cenários (ou cenários de stress) nas quais são consideradas necessidades adicionais que poderiam surgir caso certos eventos extremos, porém plausíveis, ocorram. O objetivo é cobrir um amplo espectro de situações que, em maior ou menor grau, podem afetar o Banco, permitindo que a instituição prepare os respectivos planos de contingências.

c.8) Análise de sensibilidade

Do ponto de vista regulamentar, o Banco Santander tem a sua gestão de riscos focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do BACEN. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação, e a carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco e de seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O quadro-resumo apresentado abaixo sintetiza valores de stress gerados pelos sistemas corporativos do Banco, para cada um dos cenários nas datas especificadas, e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Banco.

Carteira Negociação

Fatores de Risco	2010			2009		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	34.220	102.726	274.161	4.727	36.066	169.130
Cupom de Outras Moedas	(3.184)	(31.842)	(159.212)	(4.025)	(40.251)	(201.256)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(351)	(3.505)	(17.525)	(3.640)	(36.401)	(182.006)
Ações e Índices	(19.422)	(48.555)	(97.109)	(565)	(1.411)	(2.823)
Inflação	(3.536)	(35.358)	(176.789)	465	4.654	23.272
Outros	-	-	-	(2)	(23)	(114)
Total ⁽¹⁾	7.727	(16.534)	(176.474)	(3.040)	(37.366)	(193.797)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	2010			2009		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	(921)	(9.212)	(46.058)	(1.935)	(19.352)	(96.761)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(1.533)	(15.329)	(76.647)	(7.746)	(77.459)	(387.295)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(25.599)	(255.992)	(1.279.959)	(8.904)	(89.039)	(445.197)
Inflação	(1.779)	(17.785)	(88.926)	(3.457)	(34.572)	(172.862)
Total ^{(1) (2)}	(29.832)	(298.318)	(1.491.590)	(22.042)	(220.422)	(1.102.115)

(1) Valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano.
(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Os cenários 2 e 3 consideram as situações de deterioração tidas como de baixa probabilidade. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos negativos.

Cenário 1: habitualmente informado em nossos relatórios diários, correspondendo a um choque de 10 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 10% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 10 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 100 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 500 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de Dólar Norte-americano: todos os produtos com variações de preço atreladas a variações da moeda norte-americana e da taxa de juros em dólar norte-americano.

Cupom de Outras Moedas: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da qualquer moeda que não o dólar norte-americano e da taxa de juros em dólar norte-americano.

Taxa Pré (Reais): todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em reais.

Ações e Índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações anteriores.

d) Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e de gestão da continuidade de negócios, além do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações dos órgãos reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Segue também as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria continua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidos, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2009 nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2010 e não identificou qualquer incidência considerada material. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o processo de certificação se encerrará em fevereiro de 2011.

d.1) Área de Riscos Operacionais e Tecnológicos

Responsável por implementar as melhores práticas na gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos e Gestão de Continuidade dos Negócios, auxiliando os gestores no cumprimento dos objetivos estratégicos, no processo decisório do Santander Brasil, na condução das atividades, na adequação e cumprimento aos requerimentos obrigatórios e na manutenção da solidez, confiabilidade e reputação do Banco.

Os alicerces do modelo adotado para gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos combinam duas abordagens: centralizada e descentralizada.

Abordagem centralizada

Define que “o controle” dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é de responsabilidade da área, correspondendo às atividades de identificar, avaliar, capturar, monitorar, controlar, analisar, consolidar, auxiliar na mitigação e modelar os riscos operacionais relevantes e os eventos e perdas por riscos operacionais e tecnológicos, alcançando as áreas, processos e instituições que fazem parte do Santander Brasil.

Notas Explicativas

Abordagem descentralizada

Define que "a gestão" dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é de responsabilidade dos gestores das áreas, processos e produtos, com auxílio dos Representantes de Riscos Operacionais e Controles Internos e de ROT, suportados pelas políticas, metodologias e ferramentas definidas pela área.

O Santander Brasil trabalha na convergência e na integração consistente das melhores práticas no controle e na gestão dos Riscos Operacionais. Para isso, e complementando as abordagens, são adotados enfoques qualitativo e quantitativo, a gestão e o controle para os riscos tecnológicos e para a continuidade dos negócios.

d.2) Enfoques: qualitativo e quantitativo

O enfoque qualitativo visa identificar e prevenir o risco operacional e definir o perfil de risco das áreas, processos e produtos, buscando fortalecer o ambiente de controles internos e acompanhar os indicadores chave de riscos operacionais (KRIs) corporativos.

O enfoque quantitativo está correlacionado com o enfoque qualitativo, ajudando a detectar, corrigir e atuar na prevenção dos riscos operacionais e também prover mecanismos para análise e tomada de decisões, sejam estas estratégicas ou operacionais.

Principais ferramentas metodológicas utilizadas por ambos os enfoques:

- Matriz de Riscos Operacionais e Tecnológicos
- Matriz Resumida de Riscos Operacionais e Tecnológicos para Novos Produtos
- Questionários de Auto-avaliação
- Base de Dados Interna Histórica dos Eventos de Perdas por Riscos Operacionais
- Elaboração e Acompanhamento de Previsões e Limites de Perdas por Riscos Operacionais
- Análise e Tratamento das Falhas e Ocorrências Relevantes e de seus Planos de Ação
- Indicadores Chave de Risco Operacional

A união desses enfoques permite obter otimizações, por meio da convergência na administração do risco operacional e tecnológico e na continuidade dos negócios, com reflexos na determinação do Capital Econômico e Regulamentar.

d.3) Gestão e Controle dos Riscos Tecnológicos

Enfoque responsável por auxiliar os gestores na identificação e avaliação dos riscos tecnológicos e respectivos controles internos, específicos aos processos e às atividades relacionados à Tecnologia. Compete a ela definir as metodologias, o ferramental e os sistemas para a gestão corporativa dos riscos tecnológicos e coordenar, com os responsáveis, ações para a prevenção e redução de frequência e severidade dos eventos de riscos tecnológicos.

d.4) Gestão e Controle dos Riscos de Continuidade dos Negócios

Enfoque responsável pela coordenação e controle da implantação, manutenção e atualização da metodologia de Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) das áreas do Santander Brasil, que contempla a realização de:

- Análises de Impacto nos Negócios - BIA
- Desenvolvimento de Plano de Continuidade de Negócios – PCN e testes dos mesmos
- Criação de Grupo para Resposta às Crises - GRC

d.5) Abrangência e sustentabilidade

Atuando de maneira ética e profissional, o controle dos riscos operacionais e tecnológicos e GCN obtêm conquistas importantes para a instituição, assegurando a sua continuidade e desenvolvimento sustentável, entre elas:

- Melhoria da eficiência operacional e da produtividade nas atividades e nos processos e otimização na alocação do Capital Econômico e Regulamentar.
- Fortalecimento da reputação e melhora da relação Risco x Retorno para os stakeholders.
- Adequação tempestiva aos novos requerimentos dos órgãos reguladores.
- Manutenção e preservação da qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços disponibilizados, bem como das partes relacionadas.
- Identificação e endereçamento, oportunamente, das correções de vulnerabilidades identificadas em processos.
- Acompanhamento do atendimento oportuno das solicitações dos órgãos reguladores.
- Mudança cultural e disseminação do *accountability*.
- Desenvolvimento e aplicação de treinamentos, por meio de cursos online e presenciais.
- Difusão da cultura de gestão e controle de Riscos Operacionais nos canais internos.

Notas Explicativas

Essa estrutura permite ao Banco um contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e o aprofundamento da disseminação da cultura de responsabilidade sobre a gestão e controle dos eventos de riscos operacionais.

d.6) Fator diferencial

Em linha com o restante do Banco, a área de Riscos Operacionais mantém seus profissionais atualizados e treinados para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais do Banco por meio de cursos na Intranet e presenciais.

Entre as realizações, destacam-se:

- Realização anual da Semana de Prevenção e Controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos.
- Manutenção do Programa de Integração para Novos Funcionários - "Uma só voz", com palestras e aulas expositivas que orientam sobre a responsabilidade e atuação na gestão dos riscos operacionais.
- Treinamentos sobre os procedimentos necessários para a avaliação do Ambiente de Controles Internos.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Desenvolvimento de Indicadores chave de Risco, com o objetivo de extrair análises absolutas e relativas com base em volumetria e benchmark.
- Integração com as demais áreas do Banco, elegendo representantes para as mais relevantes, incluindo a de Tecnologia.

d.7) Perspectivas futuras

Com a estrutura, as metodologias e o modelo desenvolvidos e adotados espera-se o fortalecimento do Banco Santander Brasil, tanto no cenário local como internacional, e a consolidação dessa estratégia em mantê-lo reconhecido como instituição de vanguarda no processo de gestão e controle dos riscos operacionais, tecnológicos e de continuidade dos negócios, comprovados pela implementação de um eficiente e eficaz ambiente de controles internos e identificação da exposição aos riscos.

Os principais resultados obtidos, entre eles a criação e operacionalização do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.ri.santander.com.br

Área de Controles Internos e a Lei Sarbanes-Oxley (Sox)

O Banco instituiu a área de Controles Internos SOX para fortalecer o monitoramento e aperfeiçoamento constante do Modelo de Controles Internos - MCI, por meio da implementação e coordenação desse Modelo, que visa à mitigação de riscos na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

É uma área corporativa responsável pela implementação e manutenção do Modelo de Controles Internos – SOX (MCI). Este modelo está consolidado por informações documentadas em base de dados única, denominada "Sistema SOX", com acesso aos gestores responsáveis e outros usuários autorizados, inclusive auditores, por meio da Intranet local ou endereço eletrônico.

O sistema apoia a administração na gestão do MCI, além de documentar os subprocessos, riscos e controles associados, e também para realizar a certificação pelos gestores responsáveis das atividades de controles, subprocessos, processos, atividades e subgrupos, que provê conforto quanto às demonstrações financeiras para a certificação pelo Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo.

A metodologia aplicada no Santander estabelece a avaliação periódica do sistema de controles internos, com o objetivo de:

- Obter, a partir dos testes estabelecidos e realizados, uma razoável segurança sobre o desenho e funcionamento das atividades de controles documentadas no Modelo de Controle Interno;
- Assegurar que as atividades de controle estão operando de forma apropriada, para todas as transações e durante todo o exercício;
- Obter informações para suportar medidas corretivas visando resolver as deficiências nos controles internos; e
- Desenvolver um programa de testes sustentável que fundamente as avaliações periódicas da administração do Santander.

Atribuições da área de Controles Internos Sox

Contribuir para o fortalecimento do Modelo de Controles Internos SOX com eficaz atendimento ao requerido pela lei americana "Sarbanes-Oxley" que foi promulgada em 2002.

Para cumprir com os requisitos exigidos na referida lei, o Santander adequou seu MCI - Modelo de Controles Internos aos padrões internacionais mais exigentes, que cumpre com as diretrizes estabelecidas pelo COSO - "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comisión", cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de "compliance".

A metodologia contempla os seguintes períodos para a certificação interna:

- certificação semestral - início do 2º. Semestre: decorrente da avaliação do desenho e funcionamento das atividades de controles em relação ao 1º. Semestre.
- certificação anual - início do exercício seguinte: resultante da avaliação do desenho e funcionamento dos controles no 2º. Semestre ou durante o exercício findo - controles anuais ou não contemplados na certificação semestral

Notas Explicativas

Adicionalmente, elabora um relatório semestral para avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos e identificar riscos de distorção relevante que possam impactar as Demonstrações Financeiras bem como para avaliar a qualidade do ambiente de controles internos que permita a adequada elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e assim atender aos requisitos dos órgãos reguladores. O relatório de controles internos considera toda a metodologia desenvolvida, aplicada e monitorada do Modelo de Controles Internos no Sistema Sox.

Principais Objetivos da área:

- Disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos nas diversas camadas da organização;
- Implementar e prover manutenção formal do Modelo de Riscos e Controles embasada em metodologia consistente (COSO e COBIT) e aceita perante os órgãos fiscalizadores e contemplando todas as áreas relevantes;
- Documentar o fluxo operacional, permitindo uma visão do processo como parte de um todo, identificação dos riscos e controles relevantes que envolvem o negócio e melhoria de processos;
- Respalidar a conclusão de que o Modelo de Controles Internos esteja adequado à natureza e à complexidade dos seus negócios;
- Validar os controles identificados e documentados para mitigar riscos potenciais relevantes das atividades, através de testes de efetividade com relação ao desenho e funcionamento (aplicação).

e) Risco de Reputação

e.1) Risco de reputação

Um dos principais componentes da gestão do risco é garantir que a reputação do banco seja preservada e elevada.

O Santander (Brasil) acredita que o preceito fundamental da sustentabilidade de seu negócio no longo prazo e da criação de valor ao acionista depende de uma conduta adequada das atividades operacionais de acordo com os Valores Corporativos do Grupo Santander. Uma das maneiras de fazer isso é optar por se envolver responsavelmente no negócio certo, com os clientes certos.

O Santander (Brasil) define o risco de reputação como o risco decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

Esse risco pode decorrer de:

- Ações e comportamentos da organização ou de seus funcionários envolvendo os produtos vendidos, os serviços prestados ou a interação com as partes interessadas, que constituem o risco direto.
- Ações e comportamentos de partes externas, que constituem o risco indireto.

e.2) Organização e independência da função de Compliance

O risco de compliance foi definido como o risco de sofrer sanções por parte de órgãos reguladores, ou sanções jurídicas, perdas financeiras materiais ou dano à reputação do Banco Santander (Brasil) como resultado do não-cumprimento de leis, regulamentos, princípios e regras, normas e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades, na letra e no espírito da lei.

O Departamento de Compliance é responsável por dar assistência ao banco para identificar, mensurar e atenuar o risco de compliance. Outras importantes partes interessadas no processo são o Conselho de Administração, a Alta Administração e os Departamentos Financeiro, Recursos Humanos, Riscos e Jurídico.

A função de Compliance dentro do banco representa a supervisão independente, em nome da Alta Administração, dos principais processos e respectivas políticas e procedimentos que buscam assegurar que o banco está cumprindo as leis e regulamentações específicas do setor em que opera, contribuindo, assim, para manter a reputação do banco.

O gerenciamento do risco de compliance tem enfoque pró-ativo ao risco de conformidade, com monitoria, educação e comunicação.

e.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Nossos princípios éticos e parâmetros de conduta são estabelecidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos, contando com a adesão de cada um de nossos funcionários. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, e monitoramentos e controles são conduzidos de forma a garantir a adesão.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro

Nossa política de prevenção à lavagem de dinheiro baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da alta gestão, através do Comitê Executivo de PLD e Compliance, que se reúne trimestralmente para deliberar assuntos relacionados ao tema e envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e denúncia de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os nossos novos produtos e serviços são deliberados por comitês internos em vários níveis até que seus riscos sejam completamente atenuados, sendo a última instância o Comitê de Corporativo de Comercialização (*Comité Corporativo de Comercialización* - CCC) composto por Executivos do Santander, com sede na Espanha.

Notas Explicativas

f) Adequação ao Novo Marco Regulamentar

O Banco Santander assumiu um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do programa Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe de Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas, nomeadamente, Riscos, Tecnologia e Operações, Controladoria, Gestão Financeira, Auditoria Interna e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional de Basileia II, o envolvimento da Alta Administração do Banco Santander tem sido total desde o início da implementação. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

O Banco pretende aplicar, nos próximos cinco anos, o modelo avançado baseado em classificação interna (AIRB) do Basileia II em praticamente todas as suas unidades, até que a sua exposição líquida coberta por esse método esteja próxima de 100%.

As exigências adicionais de capital, derivadas do processo de auto-avaliação (Pilar II) devem ser compensadas pelo perfil de risco que caracteriza as atividades de negócios do Santander (risco médio-baixo), devido ao seu enfoque em Banco Comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas) e pela diversificação dos negócios. O Pilar II leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I, além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

O Banco Santander Brasil continuou, em 2010, com o projeto de implementação das plataformas tecnológicas e desenvolvimento das metodologias necessárias para implantação dos modelos internos para o cálculo de capital regulamentar. Dessa forma, o Banco prevê aplicar os modelos avançados para o cálculo do capital regulamentar no Brasil em 2014, após obter a necessária aprovação das autoridades supervisoras.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia II, o Banco Santander está desenvolvendo modelos internos para Risco de Mercado e permanecerá utilizando o método padronizado para risco operacional, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim. Quanto ao Risco de Mercado é previsto que o Banco Santander Brasil apresente candidatura no 1º Semestre de 2011 junto aos reguladores para utilização de modelos internos para cálculo do capital regulamentar.

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo de Basileia II. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte quando o ocorrer a implementação dos modelos internos previstos no Pilar 1.

f.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por órgãos de regulação na implementação de Basileia II. Uma equipe especializada da própria Entidade, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle do risco estão adequados à estratégia e ao perfil de risco da Entidade.

Adicionalmente, a função de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a alta gestão do Banco, pois eles são responsáveis em garantir a existência de procedimentos e sistemas adequados para monitorar e controlar o risco da entidade. Neste caso, a área de validação interna é responsável pela autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório), além de realizar revisões regulares.

Os modelos de validação interna no Banco Santander englobam modelos de risco de crédito, mercado, precificação de opções e modelo de capital econômico. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto a arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, reporting, uso, envolvimento da alta gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados a Basileia e gestão de riscos.

A função de validação interna é executada pelo departamento de Validação Interna de Riscos (CIVIR) que é integrante da área de Riscos (Controle Integrado de Riscos) e tem relacionamento direto com a matriz do Banco Santander (terceiro deputy chairman do Banco e o chairman do Comitê de Riscos) em Madri. Esta função é executada em nível corporativo visando garantir uniformidade das aplicações. A necessidade de validar modelos implementados em diversos países e diferentes unidades demandou criar 4 centros de corporativos de Validação localizados em Madri, Londres, Nova Iorque e São Paulo. Esta estrutura facilita a aplicação de uma metodologia corporativa que é suportada por diversas ferramentas desenvolvidas internamente pelo Banco Santander o que fornece quadro corporativo robusto para aplicação em todas as unidades do Banco e no qual automatiza certas verificações para garantir a eficiência das revisões.

É importante notar que o quadro corporativo de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação interna para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia e pelos órgãos reguladores. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre validação interna e auditoria interna, que é a última camada de validação do controle do Banco. A auditoria interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia, ferramentas e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de independência efetiva.

f.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco-ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

Notas Explicativas

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referencia para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

g) Capital Econômico

g.1) Principais objetivos

O surgimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, Sensibilidade ao Risco - esta é obrigatória e definida pelos reguladores de forma uniforme para efeitos de comparação.

Por outro lado, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação do capital econômico a diversas unidades da Organização.

Haja vista a importância de se desenvolverem modelos de capital sensíveis ao risco, o Santander tem envidado todos os esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrá-lo à gestão do negócio.

Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Santander são os seguintes:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que pendem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RoRAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócios. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II por órgãos supervisores.

g.2) O modelo

No cálculo do capital econômico, o Banco tem de decidir os níveis de perdas que deseja cobrir. Isso é definido pelo nível de confiança que deseja para garantir a continuidade do negócio. O nível de confiança adotado pelo Santander é de 99,97%, claramente superior aos 99,90% exigidos pelo Basileia II.

Em virtude do seu prudente modelo de capital econômico, o Santander atende aos critérios para obter um rating global AA.

Perfil de risco no Brasil

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos seguintes tipos de riscos:

% Capital	2010	2009
Tipo de Risco		
Crédito	53%	54%
Mercado	7%	7%
ALM	12%	12%
Negócio	11%	10%
Operacional	16%	15%
Imobilizado	1%	1%
TOTAL	100%	100%

A atividade de Crédito, que em Dezembro de 2010 exigia 53% de capital econômico do Brasil, continuou sendo a principal fonte de risco, seguida pelos Riscos Operacional, ALM e Negócio.

Risco Operacional recorre ao Método Padronizado. Por conseguinte, aplica os fatores Beta à Receita Bruta, sendo considerado bastante conservador para um país com spreads elevados, como é o caso do Brasil.

O RoRAC estimado para Dezembro de 2010 foi de 33,2%.

O Santander Brasil avalia periodicamente o nível e a evolução do RORAC das principais unidades de negócios. O RORAC é o quociente do lucro gerado sobre o capital econômico alocado, utilizando a seguinte fórmula:

$\text{RoRAC} = \text{Lucro} / \text{Capital Econômico}$.

O Santander também faz o planejamento do capital com o principal objetivo de obter projeções futuras de capital econômico e regulamentar. As previsões obtidas para o Banco são incorporadas aos diferentes cenários de forma coerente, incluindo seus objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de pay-out, créditos, etc.) São identificadas estratégias possíveis de gestão de capital que permitam otimizar a solvência e o retorno do Banco.

RoRAC

O Santander Brasil tem utilizado o RoRAC, com os seguintes objetivos:

- 1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).

Notas Explicativas

2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.

3 - Medir e acompanhar a performance dos negócios.

Para se avaliar cada operação dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo dos prejuízos esperados e imprevistos.

Entre essas variáveis temos:

- 1 - Rating de contraparte.
- 2 - Vencimento.
- 3 - Garantias.
- 4 - Natureza do financiamento.

O retorno sobre o capital é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Santander. Uma operação que não consegue cobrir o custo de capital não é aprovada.

46. Informações complementares - Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do Banco

De acordo com a Instrução CVM 485/2010, apresentamos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e o IFRS, nos períodos apresentados a seguir:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2010	2009
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		64.850.978	64.492.693
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:			
Taxa de desconto de planos de previdência privada	c	-	(174.218)
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	d	(251)	19.440
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	558.032	555.104
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	b	220.590	960
	e	300.000	217.205
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva			
Reversão da amortização do ágio e outros	f	6.736.108	3.424.772
Realização dos ajustes do preço de compra	g	639.520	727.101
Pagamento baseado em ações	h	20.976	-
Outros		29.365	2.348
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		73.355.318	69.265.405
Participações não-controladoras em IFRS		8.076	1.338
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		73.363.394	69.266.743

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2010	2009	2008
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		3.863.298	1.805.899	1.580.614
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Taxa de desconto de planos de previdência privada	c	(1.082)	5.125	6.966
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	d	(17.887)	(6.687)	34.015
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	(16.300)	(15.243)	49.260
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	b	219.630	235.260	27.720
	e	82.795	43.089	(39.716)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva				
Reversão da amortização do ágio e outros	f	3.311.336	3.030.122	376.766
Realização dos ajustes do preço de compra	g	(87.581)	411.109	315.992
Outros		27.884	(1.068)	26.778
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		7.382.093	5.507.606	2.378.395
Participações não-controladoras em IFRS		481	358	231
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		7.382.574	5.507.964	2.378.626

a) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BR GAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos como por exemplo em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

b) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Segundo o IFRS, refere-se, principalmente, ao ajuste da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios" e decorrente da estimativa de perdas sobre esse ativos, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen e não realiza os ajustes de combinação de negócios.

Notas Explicativas

c) Taxa de desconto de planos de previdência privada:

Segundo o BR GAAP, a taxa de desconto usada para obrigações com benefícios previdenciários reflete a taxa nominal de juros. Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 19 "Benefícios de funcionários", a taxa usada para trazer a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego foi definida tendo por referência as taxas de remuneração de mercado, no encerramento do período, de títulos de dívida. Em 2010, o BRGAAP passou a adotar a deliberação CVM 600/2009 que produziu efeitos para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010, o que eliminou a assimetria com a norma internacional. Este evento gerou um ajuste no BRGAAP contra o patrimônio líquido em reservas de capital no montante líquido de R\$ 175.300 mil.

d) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BR GAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. Segundo o IFRS, o Banco classificou determinados empréstimos, financiamentos e depósitos como sendo a "valor justo através do resultado", em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Adicionalmente, certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" dentro do BR GAAP foram reclassificados para "Valor justo através do resultado" dentro do IFRS. O Banco optou por essa base de classificação, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

e) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BR GAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

f) Reversão da amortização do ágio e outros:

Segundo o BR GAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização do ágio está caracterizada como uma diferença permanente dedutível para fins fiscais e, portanto, não há o registro de passivo fiscal diferido.

g) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios", o Banco reavaliou seus ativos e passivos a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BR GAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos não são reavaliados a seus respectivos valores justos. Assim, este ajuste diz respeito substancialmente aos seguintes itens:

- Amortização relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos em relação a seu valor contábil: como o valor dos empréstimos foi ajustado a valor justo, isto gera um ajuste na curva de remuneração dos respectivos empréstimos em comparação com o seu valor nominal, o qual é compensado proporcionalmente com este ajuste.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

h) Pagamento baseado em ações:

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BR GAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas".

47. Evento subsequente

Venda da subsidiária Santander Seguros S.A.

Em 22 de fevereiro de 2011, foram aprovados pelo Conselho de Administração, os principais termos e condições da operação de venda da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral, Santander Seguros, para uma sociedade holding com sede na Espanha (Holding), a ser detida inicialmente, direta ou indiretamente, pelo seu acionista controlador, Banco Santander Espanha (Operação).

A Operação estará inserida no contexto da anunciada parceria estratégica no exterior entre Banco Santander Espanha e Zurich Financial Services Ltd. (Zurich), envolvendo a aquisição, pela Holding, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Grupo Santander na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Uma vez concluída a Operação e/ou a aquisição dos demais ativos aqui referidos pela Holding, o Banco Santander Espanha deverá alienar para a Zurich 51% do capital social da Holding.

A Santander Seguros tem como atividade principal a exploração das operações de seguros de pessoas, em quaisquer de suas modalidades, bem como planos de pecúlio e rendas da previdência privada aberta e é a acionista majoritária da Santander Brasil Seguros S.A. (Santander Brasil Seguros e, em conjunto com a Santander Seguros, as "Seguradoras"), que, por sua vez, tem como atividade principal o desenvolvimento das operações de seguros de danos, em qualquer de suas modalidades.

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a negociação e a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

Como parte da Operação, as Seguradoras deverão celebrar com o Banco Santander contratos de distribuição pelo prazo mínimo de 25 anos, por meio dos quais as Seguradoras deverão ter garantido, durante a vigência dos referidos contratos, o acesso exclusivo aos canais de distribuição do Banco Santander, através de sua rede de agências bancárias, exceto com relação ao segmento auto, que não integra a Operação. Em decorrência desses contratos, o Santander Brasil fará jus ao recebimento de comissões em níveis similares aos atualmente praticados.

A Operação visa fortalecer a atuação do Santander Brasil no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta comercial de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas possibilitando o incremento da receita de distribuição dos respectivos produtos.

Não estará inserida no escopo da Operação a Santander Capitalização S.A. (Capitalização), que permanecerá sob o controle do Banco Santander e que, oportunamente, será segregada através de cisão parcial da Santander Seguros. O Santander Brasil permanecerá com as atividades de distribuição de seguros, realizadas através da Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros.

Notas Explicativas

Em decorrência da Operação, o Banco Santander deverá receber, na data de fechamento, um preço calculado com base no valor de R\$ 3.167 milhões, o qual estará sujeito a determinados ajustes, entre os quais há que se destacar a redução decorrente da cisão da Capitalização a ser realizada a valor patrimonial.

Na medida em que a Santander Seguros é uma subsidiária integral do Banco Santander, a compra e venda objeto da Operação estará sujeita ao direito de preferência dos acionistas do Banco Santander, nos termos do disposto no artigo 253 da Lei nº 6.404/76. A oferta do direito de preferência aqui referido aos acionistas do Banco Santander será realizada oportunamente."

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Em milhares de Reais					
Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação %		Patrimônio Líquido ⁽⁹⁾	(Prejuízo) Líquido ⁽⁹⁾
		Direta	Indireta		
Santander Seguros S.A. ⁽¹⁾	Seguros e Previdência	100,00%	100,00%	2.399.006	383.565
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽¹⁾	Administradora de Ativos	99,99%	100,00%	212.868	84.858
Banco BANDEPE S.A.	Banco	100,00%	100,00%	4.254.691	341.724
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	78,57%	99,99%	12.657.687	993.755
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%	956.551	340.691
Santander Administradora de Consórcios Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	4.057	248
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	118.072	30.667
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. ⁽⁵⁾	Microcrédito	100,00%	100,00%	11.729	5.793
Santander Advisory Services S.A.	Outras atividades	100,00%	100,00%	159.535	27.898
Companhia Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ⁽⁴⁾	Distribuidora	100,00%	100,00%	86.613	5.773
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ⁽³⁾	Corretora	99,99%	100,00%	340.177	57.583
Webmotors S.A.	Outras atividades	100,00%	100,00%	52.397	14.055
Agropecuária Tapirapé S.A. ⁽⁷⁾	Outras atividades	99,07%	99,07%	7.174	376
Santander CHP S.A. ⁽⁶⁾	Holding	92,78%	92,78%	4.750	3.821
	Outras atividades	50,00%	50,00%	13.223	223
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento Sociedade Anônima ⁽²⁾					
Controladas pelo Santander Seguros S.A. ⁽¹⁾					
Santander Brasil Seguros S.A.	Seguros e Previdência	-	100,00%	163.047	24.148
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%	495.950	140.523
Controladas pela Companhia Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ⁽⁴⁾					
Santander Securitities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.	Corretora	-	100,00%	71.862	4.107
Controladas pelo Santander Advisory Services S.A.					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ⁽⁸⁾	Corretora de Seguros	-	99,99%	152.408	11.555
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company					
	Securitização	-	(a)	2	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo.

(1) Empresas consolidadas com resultado a partir de julho de 2009.

(2) Em 14 de janeiro de 2010, o Banco assinou os instrumentos contratuais e societários com a Getnet, para, conjuntamente, explorar, desenvolver e comercializar, no mercado brasileiro, serviços de captura e processamento de transações de cartões de crédito e/ou débito.

(3) Incorporou a Santander S.A. Corretora de Câmbio e Títulos em março de 2010.

(4) Denominação atual da Companhia Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

(5) Denominação atual da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

(6) Denominação atual da Real CHP S.A.

(7) O Banco Santander na qualidade de acionista controlador da Tapirapé, sociedade beneficiária de recursos provenientes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento Regional da Amazônia (Finam), divulgou Fato Relevante em 1 de setembro de 2010, para informar aos acionistas minoritários da Tapirapé que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de agosto de 2010, o Cancelamento do Registro de Companhia Incentivada perante a CVM, mediante a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). O Cancelamento do Registro foi concedido pela CVM em 29 de outubro de 2010, conforme Ofício/CVM/SEP/GEA-3/nº 1039/2010.

(8) Nas AGEs de 29 de outubro de 2010 da Real Corretora e da Santander Serviços, os respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da Real Corretora pela Santander Serviços, com base nos respectivos valores de patrimônio líquido contábil na data-base de 30 de setembro de 2010, cujo processo se encontra em fase de registro na Junta Comercial.

(9) Valores apresentados de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha ou Grupo Santander), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e através de empresas controladas, atua também nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários e de seguros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), quando aplicável. As demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Conversão das Demonstrações Financeiras

A moeda funcional utilizada para as operações das agências no exterior é o Real. Os ativos e passivos são substancialmente de natureza monetária e são convertidos pelas taxas de câmbio no final do período, os itens não monetários são mensurados ao custo histórico e os resultados são convertidos pelas taxas médias de câmbio do período.

As variações cambiais das operações das agências no exterior estão distribuídas nas linhas da demonstração de resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicação - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os passivos atuariais, referentes aos planos de benefícios a funcionários de complemento de aposentadoria e assistência médica, são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

As despesas com as contribuições pagas pelos patrocinadores aos planos de benefícios são reconhecidas no resultado das entidades observando o regime de competência.

Até 31 de dezembro de 2009, os passivos atuariais foram avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM 371/2000, que foi sucedida pela Deliberação CVM 600/2009 produzindo efeitos para aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010.

A Deliberação CVM 600/2009 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados reduzindo as assimetrias com às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19. Desta forma, os efeitos desta mudança de padrão contábil foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido – reservas de capital, na linha de "Efeitos da Mudança de Critério Contábil", na sua data da transição (adoção inicial) como define o parágrafo 11 da Deliberação CVM 647.

j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

j.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Resultado de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionadas a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Notas Explicativas

I) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2010	2009
Disponibilidades	4.375.077	5.597.548
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.124.336	12.910.596
Aplicações no Mercado Aberto	767.162	11.257.097
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	78.842	266.347
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.278.332	1.387.152
Total	9.499.413	18.508.144

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2010			2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	8.733.874	4.495.963	-	13.229.837	21.334.716
Posição Bancada	2.258.843	440.188	-	2.699.031	7.114.316
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	42.068	-	-	42.068	2.238.363
Letras do Tesouro Nacional - LTN	491.559	194.484	-	686.043	923.765
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.725.216	245.704	-	1.970.920	3.890.870
Títulos Emitidos pelo Governo Brasileiro no Exterior	-	-	-	-	61.318
Posição Financiada	1.570.904	2.559.533	-	4.130.437	9.619.580
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	2.272.809
Letras do Tesouro Nacional - LTN	352.737	100.652	-	453.389	1.115.880
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.218.167	2.458.881	-	3.677.048	6.230.891
Posição Vendida	4.904.127	1.496.242	-	6.400.369	4.600.820
Letras do Tesouro Nacional - LTN	135.017	79.237	-	214.254	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.769.110	1.417.005	-	6.186.115	4.600.820
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.112.038	10.035.084	9.373.447	23.520.569	22.715.683
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.278.332	215	330.030	4.608.577	1.732.314
Provisões para Perdas	-	-	(200)	(200)	(200)
Total	17.124.244	14.531.262	9.703.277	41.358.783	45.782.513
Circulante				31.655.506	39.072.317
Longo Prazo				9.703.277	6.710.196

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	2010			2009	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos para Negociação	19.036.740	27.551	-	19.064.291	14.249.173
Títulos Públicos	15.962.508	26.661	-	15.989.169	11.686.692
Títulos Privados	3.074.232	890	-	3.075.122	2.562.481
Títulos Disponíveis para Venda	70.790.201	-	390.843	71.181.044	67.133.917
Títulos Públicos	35.434.217	-	348.887	35.783.104	38.032.291
Títulos Privados	35.355.984	-	41.956	35.397.940	29.101.626
Títulos Mantidos até o Vencimento	921.225	-	-	921.225	838.795
Títulos Públicos	921.225	-	-	921.225	838.795
Total de Títulos e Valores Mobiliários	90.748.166	27.551	390.843	91.166.560	82.221.885
Derivativos (Ativo)	4.256.701	760.427	-	5.017.128	5.200.887
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	95.004.867	787.978	390.843	96.183.688	87.422.772
Circulante				26.158.635	30.522.711
Longo Prazo				70.025.053	56.900.061
Derivativos (Passivo)	(4.137.391)	(613.942)	-	(4.751.333)	(4.411.914)
Circulante				(1.228.835)	(1.724.817)
Longo Prazo				(3.522.498)	(2.687.097)

Notas Explicativas

II) Títulos para Negociação

	2010		2009	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	15.962.508	26.661	15.989.169	11.686.692
Títulos Públicos				
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	64.630	150	64.780	65.883
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.431.836	758	5.432.594	4.349.803
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	529.404	35	529.439	604.623
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.853.480	14.899	5.868.379	4.787.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	817.205	20.068	837.273	170.096
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	3.090.001	(7.358)	3.082.643	1.397.979
Títulos da Dívida Agrária - TDA	85.228	557	85.785	255.659
Títulos da Dívida Externa Brasileira	89.268	(2.458)	86.810	54.932
Debêntures ⁽¹⁾	1.456	10	1.466	-
Títulos Privados	3.074.232	890	3.075.122	2.562.481
Ações	499.372	7.450	506.822	218.126
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	42.780	-	42.780	106.746
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	393.118	-	393.118	310.488
Cotas de Fundos de Investimento	3.924	-	3.924	3.992
Debêntures	2.100.970	1.334	2.102.304	1.923.129
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	34.068	(7.894)	26.174	-
Total	19.036.740	27.551	19.064.291	14.249.173

						2010
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	5.173.902	1.894.896	4.818.084	4.102.287	15.989.169
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	64.780	-	64.780
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.363.910	804.131	264.553	-	5.432.594
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	45.433	290.775	193.231	529.439
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	16.825	969.622	2.759.366	2.122.566	5.868.379
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	550.871	587	-	285.815	837.273
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	226.986	-	1.437.990	1.417.667	3.082.643
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	11.104	73.692	620	369	85.785
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	4.171	-	-	82.639	86.810
Debêntures ⁽¹⁾	-	35	1.431	-	-	1.466
Títulos Privados	903.864	11.517	76.354	12.637	2.070.750	3.075.122
Ações	506.822	-	-	-	-	506.822
Cotas de Fundos de Investimento						
em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	-	10.818	-	-	31.962	42.780
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	393.118	-	-	-	-	393.118
Cotas de Fundos de Investimento	3.924	-	-	-	-	3.924
Debêntures	-	699	50.180	12.637	2.038.788	2.102.304
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	26.174	-	-	26.174
Total	903.864	5.185.419	1.971.250	4.830.721	6.173.037	19.064.291

Notas Explicativas

III) Títulos Disponíveis para Venda

Títulos Disponíveis para Venda			2010	2009
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	35.434.217	348.887	35.783.104	38.032.291
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	95.293	4.570	99.863	101.465
Crédito Securitizado	1.267	676	1.943	1.550
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.625.455	10.159	6.635.614	9.604.259
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.700.761	(142)	2.700.619	2.473.033
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	109.059	6.431	115.490	109.768
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	473.582	6.827	480.409	1.942.738
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	610.406	370.524	980.930	822.779
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	23.948.967	(57.093)	23.891.874	22.336.058
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	110	(8)	102	91
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	47
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	274.251
Títulos de Governos Estrangeiros	379.341	-	379.341	366.252
Debêntures ⁽¹⁾	282.592	7.030	289.622	-
Notas Promissórias - NP ⁽¹⁾	207.384	(87)	207.297	-
Títulos Privados	35.355.984	41.956	35.397.940	29.101.626
Ações	859.815	30.062	889.877	777.477
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.452.770	-	1.452.770	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	11.589	-	11.589	-
Debêntures	30.765.219	38.238	30.803.457	26.003.727
Eurobonds	165.359	(1.073)	164.286	160.584
Notas Promissórias - NP	683.013	(1.558)	681.455	1.284.261
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	23.956	1.720	25.676	24.543
Certificados de Direitos de Créditos de Agronegócios - CDCA	5.364	(681)	4.683	6.683
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.388.899	(24.752)	1.364.147	844.351
Total	70.790.201	390.843	71.181.044	67.133.917

Títulos Disponíveis para Venda						2010
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Abertura por Vencimento						
Títulos Públicos	-	1.372.442	696.155	29.379.999	4.334.508	35.783.104
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	99.460	403	99.863
Crédito Securitizado	-	-	-	-	1.943	1.943
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	6.635.614	-	6.635.614
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.168	-	2.384.604	314.847	2.700.619
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	875	-	114.615	115.490
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	26.332	-	454.077	480.409
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	12.744	-	-	968.186	980.930
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	1.151.218	-	20.260.219	2.480.437	23.891.874
Notas do Tesouro Nacional - NTN P	-	-	-	102	-	102
Títulos de Governos Estrangeiros	-	-	379.341	-	-	379.341
Debêntures ⁽¹⁾	-	15	289.607	-	-	289.622
Notas Promissórias - NP ⁽¹⁾	-	207.297	-	-	-	207.297
Títulos Privados	2.354.236	245.509	594.306	1.258.943	30.944.946	35.397.940
Ações	889.877	-	-	-	-	889.877
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	1.452.770	-	-	-	-	1.452.770
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	11.589	-	-	-	-	11.589
Debêntures	-	15.237	129.302	981.965	29.676.953	30.803.457
Eurobonds	-	263	2	164.021	-	164.286
Notas Promissórias - NP	-	160.230	417.831	103.394	-	681.455
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	3.849	-	4.880	16.947	25.676
Certificado de Direitos Creditórios de Agronegócios - CDCA	-	-	-	4.683	-	4.683
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	65.930	47.171	-	1.251.046	1.364.147
Total	2.354.236	1.617.951	1.290.461	30.638.942	35.279.454	71.181.044

(1) Emissão de sociedade de economia mista.

(2) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾							2010
	Valor de Custo/Contábil		Abertura por Vencimento				Total
	2010	2009	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Títulos Públicos	921.225	838.795	20.707	2.270	1.996	896.252	921.225
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	915.858	827.539	19.875	-	-	895.983	915.858
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	5.367	11.256	832	2.270	1.996	269	5.367
Total	921.225	838.795	20.707	2.270	1.996	896.252	921.225

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$1.532.540 (2009 - R\$1.280.511).

Notas Explicativas

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2010	2009
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.005.194	3.459.919
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.312.345	4.193.583
Resultado de Títulos de Renda Variável	(68.017)	203.615
Outros	137.963	62.794
Total	12.387.485	7.919.911

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	2010			2009		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		232.379	573.354		713.091	1.009.418
Ativo	90.149.182	18.183.537	18.446.365	91.676.828	17.887.506	18.100.969
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	37.449.537	16.551.929	16.827.940	32.792.477	10.894.896	11.131.990
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	4.085.620	1.631.608	1.618.425	9.183.696	6.992.610	6.968.979
Indexados em Índices de Preços e Juros	11.662.920	-	-	9.084.347	-	-
Moeda Estrangeira	36.923.396	-	-	40.616.308	-	-
Outros	27.709	-	-	-	-	-
Passivo	89.916.803	(17.951.158)	(17.873.011)	90.963.737	(17.174.415)	(17.091.551)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.897.608	-	-	21.897.581	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	2.454.012	-	-	2.191.086	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	15.021.487	(3.358.567)	(3.084.207)	14.693.101	(5.608.754)	(5.357.343)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	51.291.086	(14.367.690)	(14.575.828)	52.149.259	(11.532.951)	(11.706.541)
Outros	252.610	(224.901)	(212.976)	32.710	(32.710)	(27.667)
Opções	363.704.337	(104.811)	(139.222)	210.580.935	(295.810)	(306.410)
Compromissos de Compra	166.047.798	236.074	210.232	100.621.439	541.139	570.923
Opções de Compra Dólar	3.594.587	58.198	58.218	7.817.978	258.022	156.932
Opções de Venda Dólar	1.627.126	21.356	43.853	2.887.722	80.404	95.328
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	94.486.883	101.476	72.435	45.304.774	122.454	51.397
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	66.339.202	55.044	35.726	44.610.965	80.259	267.266
Compromissos de Venda	197.656.539	(340.885)	(349.454)	109.959.496	(836.949)	(877.333)
Opções de Compra Dólar	4.162.415	(70.646)	(91.393)	12.636.309	(398.891)	(212.672)
Opções de Venda Dólar	2.967.037	(16.312)	(8.485)	5.641.480	(222.978)	(372.847)
Opções de Compra Outras ⁽²⁾	109.013.279	(147.931)	(131.015)	40.273.279	(140.391)	(71.535)
Opções de Venda Outras ⁽²⁾	81.513.808	(105.996)	(118.561)	51.408.428	(74.689)	(220.279)
Contratos de Futuros	94.302.441	-	-	44.886.986	-	-
Posição Comprada	50.679.903	-	-	13.285.362	-	-
Cupom Cambial (DDI)	2.856.706	-	-	6.993.861	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	47.296.910	-	-	5.264.962	-	-
Moeda Estrangeira	171.136	-	-	952.995	-	-
Índice ⁽³⁾	267.987	-	-	33.339	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	59.975	-	-	40.205	-	-
Outros	27.189	-	-	-	-	-
Posição Vendida	43.622.538	-	-	31.601.624	-	-
Cupom Cambial (DDI)	5.504.291	-	-	3.082.656	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	33.908.636	-	-	26.793.018	-	-
Moeda Estrangeira	3.862.750	-	-	1.594.393	-	-
Índice ⁽³⁾	205.387	-	-	9.174	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	141.474	-	-	122.383	-	-
Contratos a Termo e Outros	14.332.682	(459.223)	(283.864)	9.439.270	(58.207)	(67.654)
Compromissos de Compra	6.561.234	44.204	(78.006)	4.015.128	69.236	116.859
Moedas	6.559.748	44.204	(78.006)	4.015.128	67.172	114.795
Outros	1.486	-	-	-	2.064	2.064
Compromissos de Venda	7.771.448	(503.427)	(205.858)	5.424.142	(127.443)	(184.513)
Moedas	7.759.347	(513.819)	(216.147)	5.424.142	(127.443)	(184.513)
Outros	12.101	10.392	10.289	-	-	-

(1) Inclui derivativos de crédito.
(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

Notas Explicativas

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial			
	2010		2009	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total
"Swap"	31.624.592	33.061.259	25.463.331	90.149.182
Opções	280.412	1.388.618	362.035.307	363.704.337
Contratos de Futuros	-	-	94.302.441	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	7.458.345	6.563.356	310.981	14.332.682

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial			
	2010		2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
"Swap"	24.273.069	16.073.879	49.802.234	90.149.182
Opções	188.189.121	155.140.045	20.375.171	363.704.337
Contratos de Futuros	53.875.301	22.769.750	17.657.390	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	7.396.948	3.956.973	2.978.761	14.332.682

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial			
	2010		2009	
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total
"Swap"	23.053.014	35.298.981	31.797.187	90.149.182
Opções	363.029.141	416.084	259.112	363.704.337
Contratos de Futuros	94.302.441	-	-	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	10.616	9.185.095	5.136.971	14.332.682

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

O volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R\$495.066 de custo (2009 - R\$655.126) e R\$444.330 de valor de mercado (2009 - R\$527.532). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$8.121 (2009 - R\$7.498).

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	2010			2009		
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	118.348	115.527	(2.821)	169.931	153.619	(16.312)
Ativo	549.276	557.765	8.489	1.249.645	1.259.020	9.375
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	424.211	426.851	2.640	862.027	867.810	5.783
Indexados em Moeda Estrangeira - Libra Esterlina	-	-	-	387.618	391.210	3.592
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	125.065	130.914	5.849	-	-	-
Passivo	(430.928)	(442.238)	(11.310)	(1.079.714)	(1.105.401)	(25.687)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(305.837)	(311.367)	(5.530)	(1.075.922)	(1.101.588)	(25.666)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(125.091)	(130.871)	(5.780)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	(3.792)	(3.813)	(21)
Objeto de "Hedge"	429.896	443.446	13.550	1.073.020	1.100.046	27.026
Operação de Crédito	429.896	443.446	13.550	685.405	708.566	23.161
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	304.794	311.381	6.587	681.613	704.753	23.140
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	125.102	132.065	6.963	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	3.792	3.813	21
Obrigações por Empréstimos	-	-	-	387.615	391.480	3.865
Indexados em Moeda Estrangeira - Libra Esterlina	-	-	-	387.615	391.480	3.865

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

Existem operações de "hedge" de fluxo de caixa - DI futuros, com valor referencial de R\$7.165.189 (2009 - R\$15.294.094), com vencimentos em 2 de janeiro de 2012. O efeito da marcação a mercado está contabilizado no patrimônio líquido correspondendo a um débito no montante de R\$186.578 (2009 - R\$262.695), líquido dos efeitos tributários. O valor de curva e de mercado das operações classificados como objeto de "hedge", certificados de depósitos bancários - CDB, é de R\$7.385.636 (2009 - R\$15.337.856).

Notas Explicativas

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estavam em conformidade com o estabelecido pelo Bacen e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$4.171.458 (2009 - R\$2.298.561).

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	2010	2009
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	4.455.180	4.249.449
Prêmios de Opções a Exercer	210.232	570.923
Contratos a Termo e Outros	351.716	380.515
Total	5.017.128	5.200.887
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	3.766.299	3.086.412
Prêmios de Opções Lançadas	349.454	877.333
Contratos a Termo e Outros	635.580	448.169
Total	4.751.333	4.411.914

(1) Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação, para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2010.

Carteira Negociação			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	34.220	102.726	274.161
Cupom de Outras Moedas	(3.184)	(31.842)	(159.212)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(351)	(3.505)	(17.525)
Ações e Índices	(19.422)	(48.555)	(97.109)
Inflação	(3.536)	(35.358)	(176.789)
Total ⁽¹⁾	7.727	(16.534)	(176.474)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

O quadro resumo seguinte sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2010.

Carteira "Banking"			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	(921)	(9.212)	(46.058)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(1.533)	(15.329)	(76.647)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(25.599)	(255.992)	(1.279.959)
Inflação	(1.779)	(17.785)	(88.926)
Total ^{(1) (2)}	(29.832)	(298.318)	(1.491.590)

(1) Valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Os cenários 2 e 3 acima consideram as situações de deterioração prevista na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos.

Cenário 1: é habitualmente informado em nossos relatórios diários correspondendo a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somando um choque de 10% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 10 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizadas para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 100 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 500 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de Dólar Americano: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

Cupom de Outras Moedas: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de qualquer moeda que não o Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

TR e TJLP: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da TR e da TJLP.

Taxa Pré - Fixada em Reais: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.

Ações e Índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Notas Explicativas

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações acima.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	2010	2009
Operações de Crédito	124.542.064	105.512.207
Empréstimos e Títulos Descontados	75.066.696	65.760.686
Financiamentos	32.477.608	25.605.419
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.885.915	5.090.852
Financiamentos Imobiliários	12.090.018	9.054.257
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	21.827	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	993
Operações de Arrendamento Mercantil	381.532	642.789
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	2.022.439	2.139.148
Outros Créditos ⁽²⁾	9.298.127	7.370.074
Total	136.244.162	115.664.218
Circulante	68.999.692	56.841.237
Longo Prazo	67.244.470	58.822.981

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, créditos decorrentes de contratos de exportação - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	2010	2009
Vencidas	5.552.365	7.081.439
A Vencer:		
Até 3 Meses	25.828.999	22.132.768
De 3 a 12 Meses	43.170.693	34.708.469
Acima de 12 Meses	61.692.105	51.741.542
Total	136.244.162	115.664.218

c) Carteira de Arrendamento

	2010	2009
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	475.869	843.726
Arrendamentos a Receber	185.931	322.432
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	289.938	521.294
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(183.284)	(319.115)
Valores Residuais a Balancear	(289.938)	(521.294)
Imobilizado de Arrendamento	918.226	1.157.688
Depreciações Acumuladas	(610.301)	(447.970)
Superveniências de Depreciações	582.230	467.335
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	22	-
Credores por Antecipação de Valor Residual	(511.292)	(537.581)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	381.532	642.789

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$94.337 (2009 - R\$200.937).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	2010	2009
Vencidas	20.753	21.278
A Vencer:		
Até 1 Ano	192.652	269.613
De 1 a 5 Anos	262.459	552.835
Acima de 5 Anos	5	-
Total	475.869	843.726

Notas Explicativas

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	2010	2009
Vencidas	16.609	16.823
A Vencer:		
Até 1 Ano	175.067	210.881
De 1 a 5 Anos	189.854	415.085
Acima de 5 Anos	2	-
Total	381.532	642.789

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	2010	2009
Setor Privado	136.026.465	115.419.034
Indústria	27.739.045	26.805.187
Comércio	11.712.163	9.880.139
Instituições Financeiras	114.246	186.924
Serviços e Outros	39.630.142	30.763.373
Pessoas Físicas	51.944.954	42.694.574
Cartão de Crédito	10.760.022	8.472.210
Crédito Imobiliário	6.698.125	5.225.798
Crédito Consignado	9.599.952	7.955.539
Financiamento e Leasing de Veículos	3.458.048	4.307.443
Outros	21.428.807	16.733.584
Agricultura	4.885.915	5.088.837
Setor Público	217.697	245.184
Governo Federal	110.852	98.200
Governo Estadual	100.771	136.512
Governo Municipal	6.074	10.472
Total	136.244.162	115.664.218

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Provisão Requerida	
				2010	2009		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Total	2010	2009
AA	-	51.963.423	-	51.963.423	42.628.717	-	-
A	0,5%	55.945.064	-	55.945.064	50.470.219	279.725	252.351
B	1%	9.971.833	1.365.872	11.337.705	5.577.256	113.377	55.773
C	3%	4.039.564	2.274.462	6.314.026	5.901.990	189.421	177.060
D	10%	1.430.818	1.167.023	2.597.841	2.125.202	259.784	212.520
E	30%	155.548	993.543	1.149.091	1.380.784	344.728	414.235
F	50%	204.009	1.442.449	1.646.458	1.553.728	823.229	776.864
G	70%	132.716	989.065	1.121.781	794.548	785.247	556.184
H	100%	201.033	3.967.740	4.168.773	5.231.774	4.168.773	5.231.774
Total		124.044.008	12.200.154	136.244.162	115.664.218	6.964.284	7.676.761
Provisão Adicional ⁽²⁾						676.612	616.994
Provisão Total						7.640.896	8.293.755

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2010	2009
Saldo Inicial	8.293.755	2.636.484
Incorporação de Participação Societária (Nota 15)	-	3.741.033
Constituições	7.649.557	8.015.344
Baixas	(8.302.416)	(6.099.106)
Outras Movimentações	-	-
Saldo Final ⁽¹⁾	7.640.896	8.293.755
Circulante	1.443.234	1.464.805
Longo Prazo	6.197.662	6.828.950
Créditos Recuperados no Acumulado do Período ⁽²⁾	914.250	445.697

(1) Inclui R\$48.456 (2009 - R\$43.620) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação, relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo, o valor de R\$104.054 (2009 - R\$42.283).

Notas Explicativas

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	Consolidado			
	2010		2009	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	5.013.215	2,8%	7.961.075	3,8%
10 Maiores	20.953.735	11,5%	21.502.608	10,3%
20 Maiores	29.134.780	16,0%	29.342.272	14,0%
50 Maiores	43.325.518	23,8%	44.470.508	21,2%
100 Maiores	54.341.419	29,8%	57.911.217	27,6%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	2010	2009
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	9.813.642	15.686.352
Câmbio Comprado a Liquidar	10.403.708	15.578.556
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(93.237)	(177.183)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	48.067	97.212
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	17.561	2.784
Total	20.189.741	31.187.721
Circulante	20.055.172	30.292.620
Longo Prazo	134.569	895.101
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	9.698.410	15.293.082
Obrigações por Compra de Câmbio	10.538.425	16.342.221
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(2.022.439)	(2.139.148)
Outros	10.349	20.569
Total	18.224.745	29.516.724
Circulante	18.138.328	28.749.034
Longo Prazo	86.417	767.690
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	439.502	460.621
Créditos de Exportação Confirmados	24.711	10.334

10. Negociação e Intermediação de Valores

	2010	2009
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	276.711	18.902
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	4.007	4.524
Bolsas - Depósitos em Garantia	365.151	80.538
Outros	83	83
Total	645.952	104.047
Circulante	645.952	104.047
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	198.762	48.162
Credores - Conta Liquidações Pendentes	9.951	13.569
Credores por Empréstimos de Ações	37.448	56.777
Outros	1.345	1.094
Total	247.506	119.602
Circulante	247.484	119.602
Longo Prazo	22	-

Notas Explicativas

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.191.501	3.383.499	(3.587.787)	3.987.213
Provisão para Contingências Cíveis	578.106	240.467	(240.520)	578.053
Provisão para Contingências Fiscais	1.366.519	600.468	(1.529)	1.965.458
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.148.467	391.432	(528.181)	1.011.718
Ágio Amortizado	261.278	-	(72.258)	189.020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.706.874	55.878	-	1.762.752
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	201.692	-	(109.284)	92.408
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	196.416	104.785	-	301.201
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	317.970	429.272	(474.300)	272.942
Outras Provisões Temporárias	1.699.101	18.481	(239)	1.717.343
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	11.667.924	5.224.282	(5.014.098)	11.878.108
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	229.949	-	(77.143)	152.806
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	900.730	-	(173.440)	727.290
Total dos Créditos Tributários	12.798.603	5.224.282	(5.264.681)	12.758.204
Créditos não Registrados ⁽²⁾	(1.583.410)	-	155.564	(1.427.846)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	11.215.193	5.224.282	(5.109.117)	11.330.358
Circulante	5.084.675			4.925.931
Longo Prazo	6.130.518			6.404.427

	Saldo em 31/12/2008	Incorporação ⁽³⁾	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2009
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.082.645	2.352.378	3.209.233	(2.452.755)	4.191.501
Provisão para Contingências Cíveis	93.782	303.320	275.325	(94.321)	578.106
Provisão para Contingências Fiscais	503.001	415.213	546.981	(98.676)	1.366.519
Provisão para Contingências Trabalhistas	466.961	385.621	694.232	(398.347)	1.148.467
Ágio Amortizado	228.343	331.587	238.221	(536.873)	261.278
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.522.343	706.149	-	(521.618)	1.706.874
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	76.281	221.874	-	(96.463)	201.692
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	68.293	48.642	79.481	-	196.416
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	144.323	72.314	292.039	(190.706)	317.970
Outras Provisões Temporárias	710.495	440.527	582.743	(34.664)	1.699.101
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	4.896.467	5.277.625	5.918.255	(4.424.423)	11.667.924
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	517.696	12.361	-	(300.108)	229.949
Contribuição Social - MP 2.158/2001	810.209	92.916	-	(2.395)	900.730
Total dos Créditos Tributários	6.224.372	5.382.902	5.918.255	(4.726.926)	12.798.603
Créditos não Registrados ⁽²⁾	(762.320)	(673.918)	(147.172)	-	(1.583.410)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	5.462.052	4.708.984	5.771.083	(4.726.926)	11.215.193
Circulante	2.295.074				5.084.675
Longo Prazo	3.166.978				6.130.518

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui o crédito tributário não constituído relativo à majoração de alíquota da contribuição social das instituições financeiras de 9% para 15%. A respectiva parcela de contribuição social referente à majoração de alíquota está provisionada em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 19).

(3) Incorporação de Participação Societária (Nota 15).

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

							2010
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%	Total	Registrados
2011	3.207.647	1.892.116	93.717	-	-	5.193.480	4.925.931
2012	2.397.132	1.242.786	93.717	152.806	54.172	3.940.613	3.552.113
2013	1.181.596	682.397	1.925	-	71.857	1.937.775	1.592.949
2014	289.350	164.424	1.925	-	169.575	625.274	467.635
2015	263.662	146.721	1.924	-	206.382	618.689	451.285
2016 a 2018	38.105	14.721	-	-	225.304	278.130	265.137
2019 a 2020	80.938	42.929	-	-	-	123.867	75.308
2021 a 2023	7.942	3.070	-	-	-	11.012	-
2024 a 2025	5.294	2.047	-	-	-	7.341	-
Após 2025	15.883	6.140	-	-	-	22.023	-
Total	7.487.549	4.197.351	193.208	152.806	727.290	12.758.204	11.330.358

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$11.247.173 (2009 - R\$11.457.243) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$10.078.726 (2009 - R\$10.134.642), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Notas Explicativas

12. Outros Créditos - Diversos

	2010	2009
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	8.017.820	6.186.853
Direitos Creditórios	962.506	711.695
Cédula de Produto Rural (CPR)	131.128	152.514
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.210.473	2.734.203
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.974.281	2.036.332
Outros	559.145	522.529
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 22.h)	492.360	522.267
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	881.226	1.712.547
Créditos Decorrentes de Contrato de Exportação (Nota 8.a)	-	35.127
Pagamentos a Ressarcir	265.240	258.807
Adiantamentos Salariais/Outros	582.358	790.113
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	128.488	167.769
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 25.g)	85.014	393.385
Outros	1.352.445	611.442
Total	18.642.484	16.835.583
Circulante	10.558.752	8.823.559
Longo Prazo	8.083.732	8.012.024

13. Outros Valores e Bens

	2010	2009
Bens não de Uso ⁽¹⁾	108.495	205.942
Material em Estoque	-	10.974
Total	108.495	216.916
(Provisões para Desvalorizações)	(98.811)	(122.614)
Total	9.684	94.302
Circulante	9.684	94.302

(1) Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

14. Dependências no Exterior

As posições financeiras resumidas da dependência no exterior (agência Grand Cayman), convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço e incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	2010	2009 ⁽¹⁾
Ativo	37.284.194	26.805.570
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	37.201.704	26.737.797
Disponibilidades	198.114	743.558
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.355.255	1.523.308
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15.464.809	7.767.330
Operações de Crédito ⁽²⁾	15.680.858	10.844.258
Carteira de Câmbio	1.903.839	5.438.632
Outros	598.829	420.711
Ativo Permanente	82.490	67.773
Passivo	37.284.194	26.805.570
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	22.372.712	21.602.709
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	5.303.744	3.040.244
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.396.084	1.116.799
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	9.526.032	8.090.187
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	-	872.704
Carteira de Câmbio	2.009.250	5.572.639
Outros ⁽⁵⁾	3.137.602	2.910.136
Resultados de Exercícios Futuros	13.638	27.107
Patrimônio Líquido ⁽⁶⁾	14.897.844	5.175.754
Lucro Líquido	807.290	658.047

(1) Inclui o lucro líquido acumulado no período de R\$11.946 da agência de Tóquio, liquidada em dezembro de 2009. Em 30 de abril de 2009, as atividades da agência Grand Cayman do Banco Real foram transferidas à agência do Banco Santander.

(2) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(3) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(4) Operação resgatada conforme mencionado na nota 20.

(5) Inclui o valor de venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior (Nota 21).

(6) Em maio e dezembro de 2010, foram autorizados os aumentos de capital de US\$2.000 milhões e US\$3.500 milhões, respectivamente.

Notas Explicativas

15. Participações em Coligadas e Controladas

2010					
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco Santander					
Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) ⁽²⁾	Seguros e Previdência	5.625.778	5.625.397	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Leasing)	Leasing	63	31	39,88%	39,88%
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) ⁽²⁾	Administradora de Ativos	12.493.834	-	99,99%	100,00%
Santander Administradora de Consórcios Ltda. (Santander Consórcios)	Consórcio	3.000	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (SB Consórcio)	Consórcio	92.925	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.183.667.026	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,58%	39,58%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito) ⁽³⁾	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) ⁽⁴⁾	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander CHP S.A. ⁽⁹⁾	Holding	506	-	92,78%	92,78%
Agropecuária Tapirapé S.A. (Tapirapé) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	199.729	379.265	99,07%	99,07%
Santander Advisory Services S.A. (Advisory)	Outras Atividades	446	-	100,00%	100,00%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	348.253.362	17.929.313	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽⁵⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto					
Araguari Real Estate Holding LLC	Holding	43.164	-	50,00%	50,00%
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec)	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP)	Outras Atividades	3.859	-	11,11%	11,11%
Coligadas					
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

Notas Explicativas

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial
	2010	2010	2010	2009	2010	2009
Controladas do Banco Santander						
Santander Seguros ⁽²⁾	2.399.006	383.565	2.399.006	2.360.554	242.680	141.800
Santander Leasing	12.657.687	993.755	9.945.655	9.209.331	780.834	651.764
RCI Leasing	508.565	45.180	202.825	189.088	18.017	6.584
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	212.868	84.858	212.868	237.661	75.207	24.352
Santander Consórcios	4.057	248	4.057	3.809	248	172
SB Consórcio	118.072	30.667	118.072	92.925	25.147	29.291
Banco Bandepe	4.254.691	341.724	4.254.691	4.015.044	239.844	289.703
Aymoré CFI	956.551	340.691	956.551	685.460	299.921	120.961
RCI Brasil	270.154	68.665	106.939	101.303	21.025	6.134
Microcrédito ⁽³⁾	11.729	5.793	11.729	9.616	5.793	2.187
CRV DTVM ⁽⁴⁾	86.613	5.773	86.613	82.625	3.988	8.009
Santander CCVM	340.177	57.583	340.176	40.200	43.825	(18)
Santander CHP S.A. ⁽⁹⁾	4.750	3.821	4.407	3.815	3.545	1.549
Tapirapé ⁽¹⁰⁾	7.174	376	7.107	6.734	373	172
Advisory	159.535	27.898	159.535	131.902	27.898	13.798
Webmotors S.A.	52.397	14.055	52.397	40.762	11.635	7.436
Santander Getnet ⁽⁵⁾	13.223	223	6.611	-	111	-
Santander S.A. - Corretora de Câmbio e Títulos (Santander CCT) ⁽⁶⁾	-	11.192	-	246.393	11.192	54.045
Real Argentina S.A. ⁽¹¹⁾	-	(16)	-	52	(16)	(112)
Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) ⁽¹³⁾	-	-	-	-	-	258.061
Santander Investimentos em Participações S.A. (Santander Participações) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	258.895
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	126.442
Outras ^{(13) (14) (15)}	-	-	-	-	-	108.520
Controladas em Conjunto						
Araguari Real Estate Holding LLC	183.168	-	91.584	95.706	-	-
Cibrasec	73.130	4.123	9.972	10.144	167	(69)
Norchem Participações	57.051	4.864	28.526	28.918	2.432	1.573
EBP	11.444	(18.372)	1.272	1.784	(2.041)	(202)
Celta Holding S.A. ⁽¹²⁾	-	2.008	-	65.612	522	(3.224)
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet (Visanet) ⁽¹⁴⁾	-	-	-	-	-	34.625
Outras ^{(13) (14) (15)}	-	-	-	-	-	15.085
Coligadas						
Norchem Holding	102.642	8.183	22.325	24.056	1.780	2.742
Total Banco			19.022.918	17.683.494	1.814.127	2.160.275

(1) Empresa incorporada pela Santander Seguros em 30 de setembro de 2009.

(2) Investimento incorporado pelo Banco Santander em 14 de agosto de 2009.

(3) Em 30 de junho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A. para Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

(4) Em 30 de junho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Companhia Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para Companhia Santander de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e em 18 de outubro de 2010 teve sua denominação social alterada novamente para CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(5) Em 14 de janeiro de 2010, o Banco Santander assinou os instrumentos contratuais e societários com a Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações Eletrônicas Hua Ltda. Como resultado dessa associação foi constituída a Santander Getnet, para explorar, desenvolver e comercializar, no mercado brasileiro, serviços de captura e processamento de transações de cartões de crédito e/ou débito.

(6) Empresa incorporada pela Santander CCVM em 31 de março de 2010.

(7) Empresa cindida em 31 de agosto de 2009, com versão de parcelas de seu patrimônio para o Banco Santander e Advisory.

(8) Empresa alienada em dezembro de 2009.

(9) Em 15 de julho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da Real CHP S.A. para Santander CHP S.A.

(10) O Banco Santander na qualidade de acionista controlador da Tapirapé, sociedade beneficiária de recursos provenientes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento Regional da Amazônia (Finam), divulgou Fato Relevante em 1 de setembro de 2010, para informar os acionistas minoritários da Tapirapé que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de agosto de 2010, o cancelamento do Registro de Companhia Incentivada perante a CVM, mediante a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). O Cancelamento do Registro foi concedido pela CVM em 29 de outubro de 2010, conforme Ofício/CVM/SEP/GEA-3/1.039/2010.

(11) Empresa liquidada em 18 de novembro de 2010.

(12) Empresa alienada em 28 de outubro de 2010.

(13) Em 14 de agosto de 2009, o Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS) foi incorporado pelo Banco Santander. O Banco Real foi incorporado pelo Banco Santander e em 30 de abril de 2009, a Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Sudameris DTVM) foi incorporada pelo Banco Real. Em 31 de agosto de 2009, a ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (AA Cartões) foi incorporada pelo Banco Santander. Em 30 de novembro de 2009, a Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (SB Leasing) foi incorporada pela Santander Leasing. Em 30 de novembro de 2009, a Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander Asset) foi incorporada pela Santander Brasil Asset. Em 30 de setembro de 2009, a Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (SB CTVM) foi incorporada pela Santander CCT. Em 30 de setembro de 2009, a ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. (ABN Leasing) foi incorporada pela Santander Leasing. Em 30 de setembro de 2009, a Real Seguros Vida e Previdência S.A. (RSVP) foi incorporada pela Santander Seguros.

(14) As empresas REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. (REB), TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan), Diamond Finance Promotora de Vendas, Serviços - CBSS (CBSS) e Visanet foram alienadas em 2009.

(15) Em reunião da diretoria realizada em 24 de julho de 2009, considerando a implementação da reestruturação societária envolvendo as Sociedades que integram o Conglomerado Santander, foi aprovado o aumento de capital de R\$628 para R\$48.127 com emissão de 179.226 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pelo acionista Banco Santander, mediante a conferência de 9.380 ações ordinárias de emissão da Real Corretora, de sua titularidade, as quais foram transferidas ao patrimônio da Sociedade, de forma que a Advisory passa a ser acionista da Real Corretora.

Conforme previsto no Acordo de Acionistas da RSVP, em razão da mudança de controle societário do Banco Real para o Banco Santander, a AAB Dois Par exerceu o direito à compra da participação remanescente na RSVP, direito este transferido ao Banco Santander, em janeiro de 2009.

Nas AGEs de 29 de outubro de 2010 da Real Corretora e da Santander Serviços, os respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da Real Corretora pela Santander Serviços, com base nos respectivos valores de patrimônio líquido contábil na data-base de 30 de setembro de 2010.

Notas Explicativas

16. Imobilizado de Uso

	2010			2009
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.140.716	(381.152)	1.759.564	1.133.279
Terrenos	708.870	-	708.870	611.516
Edificações	1.431.846	(381.152)	1.050.694	521.763
Outras Imobilizações de Uso	5.577.194	(2.930.264)	2.646.930	2.472.695
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.112.532	(474.773)	637.759	440.068
Sistemas de Processamento de Dados	1.760.490	(1.309.301)	451.189	484.598
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.732.522	(733.458)	999.064	552.966
Sistemas de Segurança e Comunicações	346.767	(206.190)	140.577	134.775
Outras	624.883	(206.542)	418.341	860.288
Total	7.717.910	(3.311.416)	4.406.494	3.605.974

17. Intangível

	2010			2009
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.810.539	(7.265.784)	19.544.755	22.648.250
Outros Ativos Intangíveis	5.562.684	(2.680.909)	2.881.775	2.424.243
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	2.586.513	(769.540)	1.816.973	1.276.936
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.963.582	(1.910.960)	1.052.622	1.146.610
Outros	12.589	(409)	12.180	697
Total	32.373.223	(9.946.693)	22.426.530	25.072.493

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo, e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2010 e 2009.

	Consolidado	
	2010	2009
Segmento Operacional		
Banco Comercial	19.544.755	22.648.250
Gestão de Ativos e Seguros	865.416	1.003.822
Total	20.410.171	23.652.072
Principais Premissas		
Base de Avaliação	Valor em Uso: Fluxos de Caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	10 anos	3 anos
Taxa de Crescimento	5,0%	4,5%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,5%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

	2010				2009
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	16.107.511	-	-	-	16.107.511
Depósitos de Poupança	30.303.463	-	-	-	30.303.463
Depósitos Interfinanceiros	-	1.920.093	26.283.394	8.634.770	34.102.483
Depósitos a Prazo	387.873	10.900.510	14.139.197	43.409.879	72.086.354
Outros Depósitos	432.660	-	-	-	432.660
Total	47.231.507	12.820.603	40.422.591	52.044.649	152.519.350
Circulante					100.474.701
Longo Prazo					52.044.649
					64.509.271

Notas Explicativas

b) Captações no Mercado Aberto

	2010			2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	30.134.222	12.196.807	15.131.866	57.462.895	20.526.264
Carteira de Terceiros	4.064.067	-	-	4.064.067	9.633.621
Carteira de Livre Movimentação	5.049.223	1.538.663	-	6.587.886	4.761.586
Total	39.247.512	13.735.470	15.131.866	68.114.848	34.921.471
Circulante				52.982.982	29.368.895
Longo Prazo				15.131.866	5.552.576

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	2010			2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.760.443	5.627.007	6.770.877	15.158.327	7.216.645
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.203.177	5.305.066	106.648	7.614.891	5.985.386
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	557.266	321.941	25.293	904.500	1.231.259
Letras Financeiras	-	-	6.638.936	6.638.936	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	163.582	61.824	2.837.060	3.062.466	2.591.162
Total	2.924.025	5.688.831	9.607.937	18.220.793	9.807.807
Circulante				8.612.856	8.243.008
Longo Prazo				9.607.937	1.564.799

Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior					2010	2009
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.447.210	-
Eurobonds	dezembro-10	dezembro-11	US\$	Zero Cupom	730.948	-
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	471.849	471.849
Eurobonds	março-05	março-13	R\$	17,0%	169.299	169.299
Eurobonds ⁽¹⁾	junho-07	maio-17	R\$	FDIC	31.347	25.676
Eurobonds	fevereiro-05	fevereiro-10	R\$	16,2%	-	803.154
Notas Estruturadas	abril-09	abril-10	R\$	102,5% CDI	-	179.494
Outras					211.813	941.690
Total					3.062.466	2.591.162

(1) Vinculados a Notas de Crédito "Indexed Linked Credit Event Notes".

d) Despesas de Captação no Mercado

	2010	2009
Depósitos a Prazo	5.402.653	6.101.616
Depósitos de Poupança	1.615.819	1.110.221
Depósitos Interfinanceiros	3.391.181	2.360.993
Captação no Mercado Aberto	5.624.096	3.088.362
Outros ⁽¹⁾	1.534.033	(713.024)
Total	17.567.782	11.948.168

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2010			2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	290.665	-	-	290.665	499.895
Obrigações por Empréstimos no Exterior	3.346.449	7.690.341	2.201.219	13.238.009	10.424.735
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	647.067	7.690.341	2.201.219	10.538.627	8.567.531
Outras Linhas de Crédito	2.699.382	-	-	2.699.382	1.857.204
Obrigações por Repasses do País	969.368	2.060.800	8.811.543	11.841.711	8.414.284
Obrigações por Repasses do Exterior	82.105	176.999	812.754	1.071.858	1.864.089
Total	4.688.587	9.928.140	11.825.516	26.442.243	21.203.003
Circulante				14.616.727	11.248.961
Longo Prazo				11.825.516	9.954.042

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a banqueiros no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2015 (2009 - até o ano de 2014) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 15,0% a.a. (2009 - 0,4% a.a. a 11,0% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros que variam entre 1,3% a.a. a 6,8% a.a. (2009 - 0,9% a.a. a 6,8% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (2009 - até o ano de 2014).

Notas Explicativas

19. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2010	2009
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.b)	6.523.044	5.003.557
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.h)	455.054	429.505
Provisão para Tributos Diferidos	1.491.768	1.388.295
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	994.886
Impostos e Contribuições a Pagar	634.632	277.403
Total	9.104.498	8.093.646
Circulante	6.100.124	1.877.219
Longo Prazo	3.004.374	6.216.427

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Saldo em 31/12/2010
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.037.424	-	1.037.424
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	231.863	74.750	306.613
Superveniência de Arrendamento Mercantil	116.834	28.723	145.557
Outros	2.174	-	2.174
Total	1.388.295	103.473	1.491.768

	Saldo em 31/12/2008	Incorporação ⁽²⁾	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2009
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.325.342	1.273	-	(289.191)	1.037.424
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	179.498	175.764	-	(123.399)	231.863
Superveniência de Arrendamento Mercantil	38.046	-	78.788	-	116.834
Outros	-	2.182	-	(8)	2.174
Total	1.542.886	179.219	78.788	(412.598)	1.388.295

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
(2) Incorporação de Participação Societária (Nota 15).

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as Normas do Bacen, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível II, para apuração dos limites operacionais.

	2010				2009
	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total
CDB Subordinado ⁽¹⁾	junho-06	julho-16	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	2.495.990
CDB Subordinado ⁽¹⁾	outubro-06	junho-16 e setembro-16	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.351.627
CDB Subordinado ⁽¹⁾	julho-07	julho-14	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.273.137
CDB Subordinado ⁽¹⁾	abril-08	abril-13	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	814.922
CDB Subordinado ⁽¹⁾	abril-08	abril-13	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	753.066
CDB Subordinado ⁽¹⁾	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	R\$447 milhões	104,5% CDI	733.718
CDB Subordinado ⁽¹⁾	janeiro-07	janeiro-13	R\$300 milhões	104,0% CDI	460.494
CDB Subordinado ⁽¹⁾	agosto-07	agosto-13	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	430.041
CDB Subordinado ⁽¹⁾	janeiro-07	janeiro-14	R\$250 milhões	104,5% CDI	384.437
CDB Subordinado ^{(1) (5)}	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R\$283 milhões	CDI	374.705
CDB Subordinado ^{(1) (6)}	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R\$268 milhões	IPCA	372.952
CDB Subordinado ⁽¹⁾	novembro-08	novembro-14	R\$100 milhões	120,5% CDI	128.062
CDB Subordinado ⁽¹⁾	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85 milhões	IPCA +7,9%	121.954
CDB Subordinado ^{(2) (4)}	março-09	março-19	R\$1.507 milhões	13,8%	-
Bônus Perpétuos ^{(3) (4)}	setembro-05	Indeterminado	US\$500 milhões	8,7%	-
Total					9.695.105
Circulante					-
Longo Prazo					9.695.105

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(2) Em 22 de janeiro de 2010, foi realizado o resgate antecipado do CDB subordinado, nos termos da autorização concedida pelo Bacen em 8 de janeiro de 2010.
(3) Em 20 de setembro de 2010, foi realizado o resgate antecipado dos títulos Bônus Perpétuos, emitidos pela agência Grand Cayman nos termos da autorização concedida pelo Bacen em 4 de agosto de 2010.
(4) O resgate antecipado teve como objetivo melhorar a estrutura de captação do Banco Santander, conforme estratégia de destinação dos recursos informada no "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósito de Ações (Units) de emissão do Banco Santander (Brasil) S.A.".
(5) Indexado entre 109% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.
(6) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

Notas Explicativas

21. Outras Obrigações - Diversas

	2010	2009
Obrigações com Cartões de Crédito	7.680.076	5.499.247
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	4.192.143	4.547.098
Venda do Direito de Recebimento do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ⁽¹⁾	1.577.181	1.371.588
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	1.185.689	829.437
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽²⁾	634.352	799.122
Provisão para Contingências - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.h)	37.306	92.762
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.024.260	1.060.777
Despesas Administrativas	110.336	222.897
Outros Pagamentos	148.246	131.500
Credores por Recursos a Liberar	469.735	271.177
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	211.332	163.737
Obrigações por Convênios Oficiais	111.264	127.271
Fornecedores	160.291	72.956
Outras	1.493.536	2.372.136
Total	19.035.747	17.561.705
Circulante	13.008.485	11.283.527
Longo Prazo	6.027.262	6.278.178

(1) Obrigação decorrente da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior. Inclui a emissão da série 2004-1 no montante de US\$98 milhões (2009 - US\$190 milhões), com encargos de 5,5% a.a., pagos semestralmente até setembro de 2011, série 2008-1 no montante de US\$173 milhões (2009 - US\$190 milhões), com encargos de 6,2% a.a. pagos semestralmente até março de 2015, série 2008-2 foi acrescida em US\$100 milhões no primeiro trimestre de 2010, totalizando o montante de US\$400 milhões (2009 - US\$300 milhões), com encargos à taxa Libor (6 meses) + 0,8% pagos semestralmente, com o principal pago em 6 parcelas semestrais entre março de 2012 a setembro de 2014, série 2009-1 no montante de US\$50 milhões, com encargos à taxa Libor (6 meses) + 2,1% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 6 parcelas semestrais entre março de 2012 a setembro de 2014, série 2009-2 no montante de US\$50 milhões, com encargos de 6,3% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 14 parcelas semestrais entre março de 2013 a setembro de 2019 e a série 2010-1 no montante de US\$247 milhões, com encargos à taxa Libor + 1,5% a.a., pagos semestralmente a partir de março de 2011, com o principal pago em 7 parcelas semestrais entre março de 2013 a março de 2016.

(2) Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$578.325 (2009 - R\$748.754).

22. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais por Natureza

	2010	2009
Provisão para Riscos Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 19)	6.523.044	5.003.557
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	4.192.143	4.547.098
Contingências Trabalhistas	2.709.904	3.005.466
Outros Passivos Contingentes - Cíveis	1.482.239	1.541.632
Total	10.715.187	9.550.655

(1) Inclui, substancialmente, obrigações legais.

c) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais

	2010			2009		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	5.003.557	3.005.466	1.541.632	1.460.410	1.217.540	398.029
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.188.543	568.981	199.779	1.471.836	1.457.132	588.273
Atualização Monetária	372.276	249.211	128.674	47.458	221.948	93.223
Incorporação de Participação Societária (Nota 15)	-	-	-	2.655.189	1.043.807	759.607
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(40.581)	(1.149.974)	(387.895)	(631.336)	(934.961)	(297.500)
Outros	(751)	36.220	49	-	-	-
Saldo Final	6.523.044	2.709.904	1.482.239	5.003.557	3.005.466	1.541.632
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽³⁾	933.467	863.565	110.730	928.940	873.723	153.218
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários ⁽³⁾	22.692	48.450	62.257	49.596	49.739	52.035

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados e de obrigações legais do período, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2009, inclui os efeitos decorrentes da aplicação da Lei 11.941/2009, referente aos débitos tributários e previdenciários (Nota 22.d).

(3) Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Em novembro de 2009, o Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituídos pela Lei 11.941/2009. Os principais processos incluídos nesse programa foram: (i) Dedutibilidade da CSLL no IRPJ, no qual as entidades do Conglomerado Santander pleiteavam a dedutibilidade da CSLL na apuração do IRPJ; (ii) CSLL - isonomia de alíquotas no qual as instituições financeiras do Conglomerado Santander pretendiam afastar a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% e 30%) em comparação com empresas não financeiras (8% e 10%) e (iii) IRPJ simultaneidade, no qual a ABN Leasing pretendia compatibilizar para fins de IRPJ as despesas de depreciação no mesmo período do reconhecimento das receitas de contraprestação de arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

Considerando o estabelecido na regulamentação da referida Lei, os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista foram registrados no momento da adesão ao programa.

O Banco Santander aderiu também ao parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários, os quais poderão ser liquidados em momento posterior após a consolidação formal dos débitos, a ser realizada junto à Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da regulamentação do programa. Assim, nenhum efeito contábil foi reconhecido no caso dessa modalidade de parcelamento uma vez que não foi concretizada a consolidação formal dos débitos, e portanto, não foi possível identificar e quantificar os processos a serem incluídos no programa, bem como seus efeitos contábeis.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias que remanescem após a aplicação da Lei 11.941/2009 são:

PIS e Cofins - R\$4.574.541 (2009 - R\$3.317.827): o Banco Santander interpos medida judicial com vistas a afastar a redação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

CSLL – Isonomia de Alíquotas - R\$185.067 (2009 - R\$180.452): refere-se aos processos judiciais ingressados por empresas do Conglomerado Santander que questionam a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% - 30%) aplicada às instituições financeiras em comparação com empresas não financeiras (8% - 10%). Estes processos não foram objeto da aplicação da Lei 11.941/2009.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$393.356 (2009 - R\$300.066): o Banco Santander e demais instituições do Conglomerado Santander distribuíram Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

e) Contingências Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. Os principais temas discutidos nesses processos são:

ISS - Instituições Financeiras - R\$295.291 (2009 - R\$257.244): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$235.581 (2009 - R\$181.353): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos administrativos e judiciais que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - R\$174.613 (2009 - R\$181.246): cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre PDD, decorrente da dedução, considerada indevida pelas autoridades fiscalizadoras, no ano calendário de 1995 sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes não foram observados.

f) Contingências Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Contingências Cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco Santander, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos a aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) foi consolidada contrária aos bancos no que se refere aos planos Bresser, Verão e Collor II e favorável quanto ao Collor I. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todas as ações que não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDB) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Além disso, a jurisprudência do STF já se consolidou favorável à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. No STJ, recentemente, foi decidido também que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$455.054, R\$30.467 e R\$6.839 (2009 - R\$429.505, R\$60.631 e R\$32.131), registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 19) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores dos bancos adquiridos. As ações possuem garantias com base nos contratos firmados na ocasião das respectivas compras no montante de R\$492.360 (2009 - R\$522.267), contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12). Essas ações não produzem efeitos patrimoniais para o Banco.

Notas Explicativas

i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a RFB emitiu um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM), atual Produban Serviços de Informática S.A. (Produban Informática) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R\$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco Santander para a Santander DTVM, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), antigo Conselho de Contribuintes julgou os processos administrativos anulando o auto da Santander DTVM e mantendo o do Banco Santander. Ambos processos administrativos aguardam julgamento final pelo CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$537 milhões.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - autos de infração lavrados pela RFB contra o Banco Santander para a cobrança de IRPJ e CSLL, anos-base 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos por seu antigo controlador, em decorrência de pagamentos efetuados pelo Banco Santander, mas que cabiam ao ex-controlador, cujos atos de gestão deram causa à obrigação então quitada. A Fiscalização entendeu que os valores depositados em favor do Banco Santander correspondem a "renda tributável". Em dezembro de 2010, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração relativamente aos períodos-base 2005 e 2006. Referidos autos de infração foram objeto de recurso administrativo uma vez que o Banco não auferiu "renda tributável" e não teve nenhum acréscimo patrimonial decorrente desses pagamentos. Os processos administrativos aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$597 milhões.

Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco Santander e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$379 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela RFB, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$245 milhões.

CSLL - Inconstitucionalidade - Desenquadramento da Anistia da Lei 9.779/1999 - questiona-se que Entidades que aderiram à anistia não cumpriram a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, sob a alegação de que não possuíam medida judicial abarcando todos os períodos pagos (1989 a 1999). Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$177 milhões.

CSLL - Anterioridade - Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Há processo aguardando julgamento de primeira instância e outros recursos pendentes de decisão. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$161 milhões.

CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela RFB, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco Santander possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela RFB. Está pendente de decisão definitiva na esfera judicial. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$156 milhões.

IRPJ e CSLL – Ganho de Capital - a RFB emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (incorporadora da AAB Dois Par) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes ao ano-base 2005, por entender que teria havido tributação por uma alíquota inferior à supostamente devida quando da alienação pela AAB Dois Par das participações acionárias detidas na Real Seguros S.A. e na Real Vida e Previdência S.A. O auto de infração foi objeto de recurso na esfera administrativa pois o entendimento da Administração é de que o tratamento fiscal adotado na operação estava em consonância com a legislação fiscal então vigente e o ganho de capital foi adequadamente tributado. O processo administrativo aguarda julgamento. O valor envolvido é de R\$197 milhões.

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Santander ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite reaverá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	Em Milhares de Ações					
	2010			2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	38.084.679	36.130.149	74.214.828	33.546.259	32.004.313	65.550.572
De Domiciliados no Exterior	174.757.053	150.072.236	324.829.289	179.295.473	154.198.072	333.493.545
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117

A AGE de 27 de abril de 2010, aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de 2010 pelo Bacen.

Em 13 de outubro de 2009, em decorrência da Oferta Global de Ações, foi aumentado o capital social do Banco Santander em 525.000.000 Units, sendo que cada Unit representa 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. Em 29 de outubro de 2009 a quantidade inicialmente ofertada foi acrescida em 6,85%, ou seja, 35.955.648 Units. Os aumentos de capital totalizaram R\$13.182.458 e os custos de emissão de R\$193.616 foram registrados a débito da conta de reservas de capital.

A AGE de 14 de agosto de 2009, aprovou o aumento do capital social do Banco Santander em R\$2.471.413, mediante a emissão de 14.410.886 mil ações, (7.710.343 mil ações ordinárias e 6.700.543 mil ações preferenciais), todas escriturais e sem valor nominal, relacionado a incorporação de ações da Santander Seguros, da Santander Brasil Asset e do BCIS.

Notas Explicativas

A AGE de 29 de agosto de 2008, aprovou o aumento de capital no valor de R\$38.920.753, dos quais R\$38.020.753 foram destinados à conta de capital social e R\$900.000 à conta de reservas de capital, mediante a emissão de 189.300.327 mil ações (101.282.490 mil ações ordinárias e 88.017.837 mil ações preferenciais), todas escriturais e sem valor nominal, relacionado a incorporação de ações do Banco Real e da AAB Dois Par ao patrimônio do Banco Santander. A operação de incorporação de ações e o aumento de capital foram homologados pelo Bacen em 27 de janeiro de 2009.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco Santander.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	2010			
	Em Milhares de	Reais por Milhares de Ações/Units		
	Reais ⁽⁹⁾	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares ^{(2) (4)}	500.000	1,1971	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (4)}	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio ^{(5) (8)}	530.000	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio ^{(6) (8)}	430.000	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares ^{(7) (8)}	1.280.000	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2010	3.540.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.
- (4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2010, ordinárias - R\$1,0786, preferenciais - R\$1,1865 e Units - R\$118,6479, líquidos de impostos.
- (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010, ordinárias - R\$0,8751, preferenciais - R\$0,9626 e Units - R\$96,2615, líquidos de impostos.
- (7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010.
- (8) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos serão pagos a partir de 25 de fevereiro de 2011, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

	2009			
	Em Milhares de	Reais por Milhares de Ações/Units		
	Reais ⁽⁶⁾	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	340.000	0,9974	1,0972	n.a.
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	285.000	0,8361	0,9197	n.a.
Dividendos Intermediários ⁽³⁾	327.400	0,7839	0,8623	86,2271
Dividendos Intercalares ⁽³⁾	422.600	1,0118	1,1130	111,2999
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (4)}	200.000	0,4789	0,5267	52,6738
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2009	1.575.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2009, ordinárias - R\$0,8478 e preferenciais - R\$0,9326, líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2009, ordinárias - R\$0,7107 e preferenciais - R\$0,7817, líquidos de impostos.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2009.
- (4) Ordinárias - R\$0,4070 e preferenciais - R\$0,4477, líquidos de impostos, e Units R\$44,7728.
- (5) O valor dos dividendos intermediários, dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente ao dividendos obrigatórios do resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2009 e foram pagos em 22 de fevereiro de 2010, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em fevereiro de 2009, o Banco Santander adquiriu 25.395 mil ações de sua própria emissão pelo valor de R\$1.948. Em agosto de 2009, foi deliberado em AGE, o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, mediante a absorção de R\$1.948 da conta de reservas de capital.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Efeitos da mudança de critério contábil referente aos ajustes decorrentes da adoção da Deliberação CVM 600/2009 produzindo efeitos para aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 (Nota 3.j).

f) Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social antes do fim do ano de 2014. Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Notas Explicativas

g) Programa de Recompra de Units

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander (Programa de Recompra), para manutenção em tesouraria e posterior alienação. O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, correspondendo, em 30 de setembro de 2010, a aproximadamente 0,21% do total de ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM 10. A recompra tem por único objetivo viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander, dos serviços de formador de mercado ("market maker") de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As Units recompradas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção "hedge" contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As Units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, através da Santander CCVM.

24. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
	2010	2009
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado ⁽²⁾	44.883.986	42.352.612
Patrimônio de Referência Nível II	7.433.493	9.972.644
Patrimônio de Referência Ajustado (Nível I e II) ⁽²⁾	52.317.479	52.325.256
Patrimônio de Referência Exigido	26.019.647	22.483.494
Parcela de Risco de Crédito Ajustada ⁽²⁾	23.480.589	20.607.792
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	1.077.100	844.882
Parcela de Risco Operacional	1.461.958	1.030.820
Índice de Basileia II	22,1%	25,6%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).
(2) Desconsidera o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco Real e AAB Dois Par, conforme determinado pela regra internacional.
(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, de acordo com a Circular 3477/2009, publicará informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento da estrutura e metodologias será divulgado, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A AGE de 27 de abril de 2010, aprovou a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2010, no montante global de até R\$246.560, nos termos da proposta do Conselho de Administração, de 22 de março de 2010. Neste montante, consideram-se previstos também, benefícios no valor de até R\$7.480, e aos planos de previdência em vigor no valor máximo de R\$50.000. Foi aprovada também a remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria no valor total de até R\$3.440.

b) Benefícios de Longo Prazo

O Banco Santander, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 34).

c) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria	Consolidado	
	2010	2009
Remuneração Fixa	45.078	35.258
Remuneração Variável	162.732	121.490
Outras	8.659	6.294
Total	216.469	163.042

d) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Notas Explicativas

f) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	2010		2010		2010	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(em milhares de ações, exceto porcentagens)						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ^{(1) (2)}	206.663	0,1%	-	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,8%	35.957.557	19,3%	73.857.384	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

Acionistas	2009		2009		2009	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(em milhares de ações, exceto porcentagens)						
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Seguros S.A. ⁽³⁾	7.241	0,0%	9.525	0,0%	16.766	0,0%
Santander Insurance Holding ⁽¹⁾	4.745.084	2,2%	4.125.836	2,2%	8.870.920	2,2%
Funcionários	311.840	0,1%	284.366	0,2%	596.206	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	33.283.259	15,6%	31.758.342	17,1%	65.041.601	16,3%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na CVM e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela SIH sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(3) A Incorporação de Ações da Santander Seguros, acarretou participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros, a qual será eliminada no prazo máximo de um ano contado da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a Incorporação de Ações, conforme previsto na regulamentação em vigor.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

g) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Em setembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, a fim de assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	2010		2009	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
Disponibilidades	315.932	-	295.448	-
Banco Santander Espanha	315.203	-	294.539	-
Diversos	729	-	909	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.239.432	1.912.635	16.602.586	1.594.577
Aymoré CFI	20.066.804	1.869.827	15.282.350	1.543.283
Banco Santander Espanha	3.930.129	2.384	993.768	2.463
Diversos	242.499	40.424	326.468	48.831
Títulos e Valores Mobiliários	29.563.806	2.624.597	26.939.209	2.135.984
Santander Leasing	29.563.806	2.624.597	26.939.209	1.599.329
SB Leasing	-	-	-	294.562
ABN Leasing	-	-	-	241.835
Diversos	-	-	-	258
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(96.989)	(13.712)	(72.941)	(459.003)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux)	(118.521)	32.111	(66.259)	(320.972)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana)	26.450	(86.572)	5.739	(182.833)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury)	(33.076)	14.737	(24.028)	(2.836)
Diversos	28.158	26.012	11.607	47.638
Dividendos e Bonificações a Receber	484.614	-	265.588	-
Santander Seguros	248.505	-	187.504	-
Santander Leasing	44.508	-	47.422	-
Aymoré CFI	63.485	-	-	-
Diversos	128.116	-	30.662	-
Negociação e Intermediação de Valores	294.000	-	251	-
Santander Benelux	258.261	-	-	-
Abbey National Treasury	18.817	-	-	-
Banco Santander Espanha	16.922	-	251	-

Notas Explicativas

	2010		2009	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
Carteira de Câmbio - Líquida	26.756	367	35.967	66.278
Banco Santander Espanha	26.756	367	35.967	66.278
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	85.014	269.548	393.385	2.563.889
Santander Seguros	68.844	38.513	375.215	-
Santander Capitalização	2.295	35.414	4.021	31.329
Aymoré CFI	-	107.885	-	14.375
Banco Santander Espanha	308	16.755	102	114.004
Santusa Holding, S.L.	-	-	-	2.360.208
Diversos	13.567	70.981	14.047	43.973
Outros Créditos - Diversos	161.908	69.811	107.972	17.890
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign)	131.699	-	106.749	-
Banco Santander Espanha	26.745	57.227	-	15.990
Aviación Antares, A.I.E.	-	9.449	-	-
Diversos	3.464	3.135	1.223	1.900
Depósitos	(38.227.893)	(3.366.791)	(34.003.663)	(2.801.601)
Santander Leasing	(25.065.375)	(2.160.130)	(20.728.417)	(1.285.645)
Aymoré CFI	(9.137.666)	(1.012.853)	(11.450.555)	(724.792)
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	(1.857.963)	(25.143)	-	-
SB Leasing	-	-	-	(282.089)
ABN Leasing	-	-	-	(258.784)
Diversos	(2.166.889)	(168.665)	(1.824.691)	(250.291)
Operações Compromissadas	(2.666.808)	(116.044)	(771.795)	(47.882)
Fundo de Investimento Santillana	(198.165)	(16.166)	(192.139)	(7.922)
Santander CCT	-	(1.054)	(80.879)	(685)
Real CHP S.A.	(55.694)	(5.257)	(57.917)	-
Webmotors S.A.	(42.071)	(3.240)	(29.990)	(3.016)
SB Consórcio	(135.170)	(10.887)	(96.953)	(5.217)
Isban Brasil S.A.	(89.162)	(8.656)	(112.134)	(4.337)
Fundo de Investimento Multimercado Menorca Crédito Privado (Fundo de Investimento Menorca)	-	-	(106.490)	-
Produban Informática	(39.188)	(2.663)	(43.138)	(3.053)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa	(1.038.101)	(38.226)	-	-
Santander Leasing	(1.000.000)	(16.841)	-	-
Diversos	(69.257)	(13.054)	(52.155)	(23.652)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.246.024)	(153.476)	(3.288.502)	(179.007)
Banco Santander Espanha	(2.167.452)	(145.943)	(2.741.696)	(166.851)
Abbey National Beta Investments Limited (Abbey National Beta)	-	(7.415)	(387.616)	(1.869)
Diversos	(78.572)	(118)	(159.190)	(10.287)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(1.704.884)	-	(1.288.556)	-
Sterrebeeck B.V.	(976.922)	-	(730.728)	-
Grupo Empresarial Santander, S.L.	(726.925)	-	(537.312)	-
Diversos	(1.037)	-	(20.516)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(9.207)	(183.837)	(11.036)	(169.895)
Produban Informática	-	(109.010)	-	(99.343)
Isban Brasil S.A.	(228)	(50.320)	-	(42.061)
Microcrédito	(2.258)	(20.961)	(1.593)	(19.283)
Banco Santander Espanha	(6.044)	(485)	(8.755)	(700)
Diversos	(677)	(3.061)	(688)	(8.508)
Outras Obrigações - Diversas	(1.708.023)	(75.885)	(3.038.807)	(360.260)
Banco Santander Espanha	-	41.209	(1.667.219)	(197.147)
Brazil Foreign	(1.708.023)	(48.879)	(1.371.588)	(52.285)
Ingeniería de Software Bancario, S.L. (Ingeniería)	-	(19.722)	-	(20.689)
Santander Investment Securities Inc.	-	-	-	(44.757)
Diversos	-	(48.493)	-	(45.382)

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2010	2009
Receitas de Prestação de Serviços	5.118.165	3.963.143
Operações de Crédito	182.439	302.673
Comissões de Seguros	977.520	720.276
Administração de Fundos	971.671	712.296
Cartões de Crédito	1.290.598	928.667
Serviços de Conta Corrente	305.103	282.477
Serviços de Corretagens e Colocação de Títulos	156.589	137.756
Serviços de Recebimentos		
Cobrança	401.645	339.094
Convênios e Arrecadações	107.450	97.374
Garantias Prestadas	248.187	203.648
Outras	476.963	238.882
Rendas de Tarifas Bancárias	1.769.354	1.487.663
Conta Corrente e Pacote de Tarifas	1.312.073	1.051.927
Operações de Crédito	455.131	433.481
Outras	2.150	2.255
Total	6.887.519	5.450.806

Notas Explicativas

27. Despesas de Pessoal

	2010	2009
Remuneração	2.714.527	2.199.068
Encargos	1.126.878	938.731
Benefícios	846.453	642.742
Treinamento	92.391	83.329
Outras	4.265	5.125
Total	4.784.514	3.868.995

28. Outras Despesas Administrativas

	2010	2009
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	4.203.274	3.814.828
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.655.221	1.460.144
Comunicações	562.788	536.444
Processamento de Dados	979.209	816.973
Propaganda, Promoções e Publicidade	335.339	464.618
Aluguéis	456.336	383.331
Transportes e Viagens	367.666	280.872
Serviços do Sistema Financeiro	201.197	305.832
Segurança e Vigilância	300.375	230.674
Manutenção e Conservação de Bens	175.608	142.328
Água, Energia e Gás	143.708	116.478
Material	97.823	78.482
Outras	260.866	212.245
Total	9.739.410	8.843.249

(1) Inclui amortização de ágio no valor de R\$3.135.319 (2009 - R\$2.808.885) (Nota 17).

29. Despesas Tributárias

	2010	2009
Despesa com Cofins	1.175.417	1.071.907
Despesa com ISS	313.488	260.626
Despesa com PIS/Pasep	191.005	174.195
Outras	404.371	301.277
Total	2.084.281	1.808.005

30. Outras Receitas Operacionais

	2010	2009
Atualização de Depósitos Judiciais	298.158	357.459
Recuperação de Encargos e Despesas	429.786	372.864
Reversão de Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 22.c)	-	80.170
Outras	439.863	26.645
Variação Monetária Ativa	13.663	10.611
Dividendos e Bonificações	338.090	218.616
Avaliação do Valor Recuperável	3.213	-
Outras	148.925	239.015
Total	1.671.698	1.305.380

Notas Explicativas

31. Outras Despesas Operacionais

	2010	2009
Provisões Operacionais		
Trabalhistas (Nota 22.c)	568.981	1.457.132
Cíveis (Nota 22.c)	199.779	588.273
Fiscais (Nota 22.c)	103.139	142.550
Outras ⁽¹⁾	631.280	1.357.829
Despesas com Cartão de Crédito	487.378	312.243
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	178.235	98.866
Variação Monetária Passiva	32.848	98.000
Despesas Judiciais e Custas	68.567	100.657
Despesas com Serasa / Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	48.841	49.702
Juros sobre Venda do Direito de Recebimento do Fluxo Futuro de		
Ordens de Pagamento do Exterior ⁽²⁾	(4.374)	(89.997)
Avaliação do Valor Recuperável ⁽³⁾	-	848.601
Corretagens e Emolumentos	36.938	35.068
Comissões	39.061	16.402
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) Concedido	11.862	15.097
Despesas com Perdas Diversas	159.367	157.919
Outras	573.759	431.576
Total	3.135.661	5.619.918

(1) Inclui provisão para gastos relacionados à integração operacional e comercial das atividades do Banco Real.

(2) Inclui receita da variação cambial do Real de R\$54.448 (2009 - R\$159.161).

(3) Em 2009, inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra da folha de pagamento de entidades públicas no valor de R\$818.843. Esta perda foi constituída em decorrência da: (i) mudança na lei da portabilidade de conta corrente que possibilitou ao cliente a escolha do banco na qual deseja receber seus proventos; (ii) redução do valor de mercado das folhas de pagamento; e (iii) histórico de quebra de contratos.

32. Resultado não Operacional

	2010	2009
Resultado na Alienação de Investimentos ⁽¹⁾	177.804	3.596.175
Resultado na Alienação de Valores e Bens	176.005	(24.407)
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	23.620	60.170
Despesas com Bens não de Uso	(28.504)	(32.042)
Ganhos (Perdas) de Capital	9.552	(2.700)
Outras Receitas (Despesas)	42.422	188.853
Total	400.899	3.786.049

(1) Em 2009, inclui R\$3.544 milhões de ganho líquido na alienação de investimentos na Visanet, CBSS, Tecban, Serasa e BM&FBovespa (Nota 15).

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2010	2009
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	5.012.516	2.480.126
Participações no Lucro	(1.073.181)	(730.097)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.760.000)	(825.000)
Resultado antes dos Impostos	2.179.335	925.029
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(871.734)	(370.012)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	725.651	864.110
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	39.688	6.211
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(196.941)	(615.733)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as Diferenças Temporárias de Exercícios Anteriores	120.401	136.556
Efeito do Diferencial de Alíquota de 9% ⁽¹⁾	12.684	(8.336)
Demais Ajustes	87.599	38.367
Imposto de Renda e Contribuição Social	(82.652)	51.163

(1) Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a MP 413 (convertida na Lei 11.727/2008) que, entre outras medidas, determina a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% no caso de instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização. A MP produziu efeito a partir de 1 de maio de 2008. Para as demais empresas a alíquota de contribuição social é de 9%.

34. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência privada, de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22/05/1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22/05/1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000.

Plano III: plano de contribuição definida, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes.

Plano IV: plano de contribuição definida, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo.

Notas Explicativas

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 1 de julho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais correspondentes a 1,16% sobre o total das respectivas folhas de pagamento, sendo esse plano estruturado na forma de benefício definido. O rateio das contribuições mensais é efetuado da seguinte forma: 0,28% destinados aos benefícios de risco e 0,88% para o programa administrativo.

Plano III: plano de cobertura de prazo programado e renda mensal vitalícia de aposentadoria, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, estando estruturado na forma de contribuição definida, mediante a qual as contribuições são livremente definidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): Plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Em 12 de janeiro de 2010, o Conselho Deliberativo e na Reunião dos Patrocinadores, aprovaram a alteração da denominação Social da Sociedade de HolandaPrevi - Sociedade de Previdência Privada para SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada, cujo processo foi aprovado em 7 de julho de 2010 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): Em julho de 2009, após aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), as reservas individuais dos planos de complementação de aposentadoria e de pensão, na forma de benefício definido e contribuição variável, sob responsabilidade da Fasass foi transferida à sociedade de previdência privada complementar não integrante do Conglomerado Santander. Essa operação teve como objetivo oferecer aos participantes assistidos e beneficiários a opção de receber um benefício equivalente ao que fazem jus por meio de PGBLs, tendo em vista a retirada do patrocínio por parte do Banco aprovada pela SPC em 27 de fevereiro de 2009. Para os participantes que aderiram aos novos planos PGBLs, o Banco Santander efetuou transferência de R\$26.963, com a finalidade de compor a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Previban - Previdência Privada Paraiban (Previban): Em março de 2009, foi concluído o processo de retirada de patrocínio da Previban, com a liquidação de R\$213 das obrigações atuariais.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2010			
	Banesprev	Sanprev	Outros	Bandeprev
		Planos I e II	Planos	
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	13.698.562	76.656	331.996	948.720
Valor Justo dos Ativos do Plano	(12.792.550)	(147.714)	(2.491)	(1.247.908)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(867.314)	-	(139.384)	-
Ganhos Atuariais	454.616	21.219	-	113.177
Valor não Reconhecido como Ativo	159.176	49.839	-	186.011
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2010	652.490	-	190.121	-
Contribuições Efetuadas	107.631	-	38.200	-
Despesas Reconhecidas	(127.580)	-	(50.655)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.938.737	15.441	-	92.475
	2009			
	Banesprev	Sanprev	Outros	Bandeprev
		Planos I e II	Planos	
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	12.317.894	74.500	304.871	883.545
Valor Justo dos Ativos do Plano	(11.638.202)	(140.487)	(2.451)	(1.223.946)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(690.858)	-	(124.743)	-
Ganhos Atuariais	369.778	21.652	-	112.570
Valor não Reconhecido como Ativo	255.408	44.335	-	227.831
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2009 ^{(1) (2)}	614.020	-	177.677	-
Passivo Atuarial Líquido Provisionado em Dezembro de 2009	341.865	-	185.865	-
Contribuições Efetuadas	82.649	770	35.892	1.794
Despesas Reconhecidas	(42.986)	-	(55.880)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	745.687	16.069	607	215.113

(1) O superávit apresentado não foi considerado nas demonstrações financeiras.
(2) Ajustados para fins de comparabilidade conforme requerido na Deliberação CVM 600/2009.

No Consolidado, os valores apropriados relacionados aos planos de contribuição definida foram de R\$632 (2009 - R\$3.142).

Notas Explicativas

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 10,7% (2009 - 11,1%).

Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:

- Banesprev - Plano I - 11,3% (2009 -12,1%).
 - Banesprev - Plano II - 11,1% (2009 -12,5%).
 - Banesprev - Plano III - 11,3% (2009 -12,5%).
 - Banesprev - Plano IV - 12,2% (2009 -10,6%).
 - Banesprev - Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão - 11,4% (2009 - 11,1%).
 - Banesprev - Plano V - 11,0% (2009 - 10,8%).
 - Sanprev - 11,1% (2009 - 10,6%).
 - Bandeprev - 11,0% (2009 -10,0%).
 - SantanderPrevi - 10,8% (2009 - 9,7%).
 - Outros Planos: nulo - o plano não possui ativos.

Taxa estimada de inflação no longo prazo:

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,4% (2009 - 4,2%).

Taxa estimada de aumento nominal dos salários:

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 4,9% (2009 - 4,7%).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: plano de assistência médica aos aposentados da SantanderPrevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco Santander, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco Bandepe e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do extinto Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A. por período igual ou superior a 10 anos (massa fechada).

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Segurado e em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Santander subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

Clinica Grátis: plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermária.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	2010		2009	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	3.928.315	342.329	3.595.279	270.279
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.018.263)	(108.799)	(3.581.040)	(102.410)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	-	(10.099)	(163.934)	(5.314)
Ganhos Atuariais	-	29.591	-	54.449
Valor não Reconhecido como Ativo	89.948	90.055	149.695	84.703
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro ^{(1) (2)}	-	343.077	-	301.707
Passivo Atuarial Líquido Provisionado em Dezembro de 2009	-	-	-	301.707
Contribuições Efetuadas	38.627	15.168	37.496	6.063
Despesas Reconhecidas	(39.015)	(56.356)	-	(29.804)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	569.999	6.637	898.748	10.634

(1) O superávit apresentado não foi considerado nas demonstrações financeiras.

(2) Ajustados para fins de comparabilidade conforme requerido na Deliberação CVM 600/2009.

c) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

c.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). As características de cada plano são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

c.1.1.) Valor Justo para SOP e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos SOP e PSP foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir:

Posição RTA	Retorno Total ao Acionista (RTA)		Ano	Lucro Líquido	
	% de Ações Passíveis de Exercício	Probabilidade de Ocorrência		Percentual de Ações a serem Exercidas, dada a Probabilidade de Ocorrência	
1º	50%	0,00%	2009		10,00%
2º	35%	0,02%	2010		7,15%
3º	25%	95,75%	2011		4,86%
4º	0%	4,23%	Acumulado		15,03%

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas, baseadas no método binomial:

Volatilidade	57,37%
Taxa de Dividendos - Plano SOP	5,43%
Período de "Vesting" - Plano SOP	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício - Plano SOP	3,72 anos
Taxa Livre de Risco - Plano SOP	11,18%
Probabilidade de Ocorrência - Planos SOP e PSP	60,93%
Valor Justo para Ações - Plano SOP	R\$7,19
Preço Médio das Ações SANB11 nos Últimos 15 dias Anteriores a 31/12/2010 - Plano PSP	R\$21,90

Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$20.145, referentes ao plano SOP e R\$6.191, referentes ao plano PSP.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício em reais	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	-					
Opções Concedidas (Plano SOP)	15.500.000	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Opções Concedidas (Plano PSP)	1.471.475	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Opções Canceladas (Plano SOP)	(2.877.141)	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Opções Canceladas (Plano PSP)	(179.802)	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	13.914.532					
Plano SOP	12.622.859	23,50	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
Plano PSP	1.291.673	-	2010	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
Total	13.914.532					

c.2) Programa Global

(i) Plano I-06

Em 2004, o Banco Santander estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos (I06), correlacionado ao cumprimento de duas metas em relação às ações do controlador: valorização da cotação das ações e o crescimento do lucro por ação. As condições para a percepção dos rendimentos foram atendidas sendo que a remuneração variável foi realizada entre 15 de janeiro de 2008 e 15 de janeiro de 2009, a um preço de €9,09 por opção de ação.

(ii) Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10 / PI11 / PI12 e PI13).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

Para o 4º Ciclo, está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Notas Explicativas

c.2.1) Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI09	PI10	PI11	PI12
Volatilidade Esperada ^(*)	16,25%	15,67%	19,31%	42,36%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,23%	3,24%	3,47%	4,88%
Taxa de Juros Sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,47%	4,50%	4,84%	2,04%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LTA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Preço de Exercício em Euros	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2007	7.996.687					
Opções Exercidas (PI06)	(4.657.550)	9,09	-	Executivos	15/jan/08	15/jan/09
Opções Concedidas (PI11)	2.311.231	-	2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2008	5.650.368					
Opções Canceladas (PI06)	(1.261.450)	9,09	-	Executivos	15/jan/08	15/jan/09
Opções Exercidas (PI09)	(681.767)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/09
Opções Canceladas (PI09)	(152.565)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/09
Opções Concedidas (PI12)	455.008	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	4.009.594					
Opções Exercidas (PI10)	(1.161.014)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/10
Opções Canceladas (PI10)	(82.341)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/10
Opções Concedidas (PI12)	86.198	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
Opções Concedidas (PI13)	597.811	-	2010	Executivos	1/jul/10	31/jul/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248					
PI11	2.311.231	-	2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
PI12	541.206	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
PI13	597.811	-	2010	Executivos	1/jul/10	31/jul/13
Total	3.450.248					

Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$13.787 (2009 - R\$18.563), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. Estes valores incluem as despesas "pro rata" dia do PI10, que teve seu último ciclo encerrado em julho de 2010.

d) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicável ao Santander no Brasil, será submetida para apreciação do Comitê de Nomeação e Remuneração, na reunião a ser realizada em 1 de fevereiro de 2011, e para deliberação do Conselho de Administração na reunião a ser realizada em 02 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

O plano não causará diluição do capital social do Banco Santander, uma vez que não é atribuída aos participantes a condição de acionista da companhia, nem qualquer outro direito ou privilégio inerente a tal condição.

Considerando as evidências de provável desembolso de caixa nas condições do plano e com base em estimativas confiáveis, em dezembro de 2010, foram registradas despesas no valor de R\$48.544, referente a provisão do Bônus Referenciado em Ações.

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander opera de acordo com políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Grupo Santander na Espanha, alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, o Conglomerado Santander está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

Notas Explicativas

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas e/ou de exposição a eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade de negócios.

- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é Baseada nos Seguintes Princípios:

- Envolvimento da Alta Direção: se dá pela participação dos altos executivos nas decisões de crédito, inclusive do presidente, nos comitês de riscos;
- Independência da Função de Riscos em relação ao negócio: na estrutura organizacional, a função de riscos é representada por uma vice-presidência, independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência, sendo isto fundamental para que se tenha independência e autonomia na visão e controle de riscos;
- Decisões colegiadas: riscos possui uma estrutura de governança/comitês que garante que as decisões sejam colegiadas e não exclusivamente individuais;
- Consenso: é o alinhamento nas tomadas de decisão de crédito entre as áreas de negócio e riscos, visando atingir os objetivos do Grupo Santander Espanha;
- Definição de atribuições: o Mapa de Gestão de Riscos define os papéis e responsabilidades, abrangendo todos os tipos de riscos;
- Mensuração do risco: para que se possa tomar decisões que proporcionem o melhor risco versus retorno;
- Limitação de exposição aos riscos: é o estabelecimento do apetite do Grupo Santander Espanha para os diversos tipos de risco (crédito, mercado, liquidez, entre outros), de forma a proteger os ativos da organização;
- Estabelecimento de políticas e procedimentos de riscos: devem estar devidamente documentados e divulgados, para que sejam seguidos no dia a dia pela organização;
- Definição e avaliação de Metodologias de Riscos: As metodologias de riscos definem os modelos internos de gestão aplicados pelo Banco Santander, estabelecendo as medidas de risco, precificação de produtos, construção de curvas de taxas e séries de dados de mercado e consumo de capital em função do risco.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Grupo Santander Espanha;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;
- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em:

- Estrutura de metodologia e controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos. Essa estrutura é formada por diversas unidades organizadas por tipo de risco (risco de solvência, risco de mercado e metodologia).
- Estrutura de negócios, centrada na performance e na integração da função de gestão de riscos do Banco Santander nos negócios do varejo, atacado (Empresas, Corporate e GB&M), recuperação de crédito e risco sócio-ambiental. Adicionalmente, há a estrutura de Gestão, Governança e Planejamento de Riscos, que deve garantir, entre outros pontos, o funcionamento adequado do modelo organizacional de riscos com suas funções e responsabilidades, do modelo de governança (comitês) e a existência de um marco normativo, adaptado aos requisitos regulatórios locais e corporativos.

Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco Santander desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou por agregado de operações semelhantes.

A especialização da função de riscos do Banco Santander baseia-se no tipo de cliente, sendo o processo de gestão de riscos segmentado da seguinte forma:

- Clientes individualizados/(Carterizados): inclui clientes de Banco de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas do Varejo. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido, basicamente, por conta do risco assumido e complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com características similares (Estandarizado): incluem pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com a normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

a) Modelos de Rating

O Banco Santander usa modelos próprios de rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como carteiras de baixa probabilidade de inadimplência. Os ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

Notas Explicativas

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com os critérios de situação econômico-financeira e outras informações cadastrais, efetiva diminuição de risco na operação e atrasos no cumprimento das obrigações financeiras nos termos acordados. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito, assim como à verificação e adequação aos controles adotados por esta instituição.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

b) Perdas e Custo de Crédito

Estimativas de perdas relacionadas ao risco de crédito e comparação de perdas efetivas com o valor anteriormente estimado são periodicamente realizadas. Análises prévias e periódicas são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

Para complementar a utilização dos modelos previamente descritos, são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo do risco de crédito no Banco Santander é medido, principalmente, pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são disponibilizados para a Administração de modo a verificar o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Banco Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente.

Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas no Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco Santander ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Executivo de Risco, que aprovam as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de poderes, além de aprovar e supervisionar a atuação da área de risco.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco Santander.

O ciclo de risco contém três fases distintas:

(i) Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;

(ii) Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e

(iii) Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco é um processo dinâmico que identifica o interesse por risco do Banco Santander mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco Santander. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada numa periodicidade preestabelecida ou cada vez que surge um novo cliente ou uma nova operação. Adicionalmente, também é analisado o rating sempre que o sistema de alerta é acionado ou ocorre um evento que afeta a contraparte/operação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (Retorno Ajustado ao Risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo contínuo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para esse efeito, foi projetado um sistema denominado "firmas sob vigilância especial" (FEVE) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, afiançar, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar um acompanhamento mais próximo com o intuito de tomar medidas oportunas para correção e prevenção, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da ação. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

A classificação do cliente em FEVE, definirá a periodicidade de revisão do rating do cliente, sendo esta revisão no mínimo anual.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco Santander ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Notas Explicativas

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco Santander são controladas de forma contínua e sistemática de acordo com o orçamento, limites e "benchmarks", e os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pelo Banco Santander.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2682/1999; 2697/2000 e a Carta Circular Bacen 2899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos "ratios" de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo grupo.

g) Recuperação de Crédito

O Departamento de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco Santander. As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade de pagamento dos clientes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes de menor probabilidade de recuperação recebem ações mais tempestivas e intensas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com estes clientes. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

Vendas de carteira de créditos inadimplidos, com foco em operações em situação de prejuízo, também são realizadas periodicamente através de processos de leilão, nos quais se avaliam as condições e características das operações para sua avaliação, sem retenção de risco.

h) Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseado na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto a retenção substancial dos riscos e benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

36. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$22.563.112 (2009 - R\$20.967.370).
- b) O valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$111.338.357 (2009 - R\$98.407.143) e o total do patrimônio líquido dos fundos de investimento administrados é de R\$120.903.629 (2009 - R\$111.674.754).
- c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2010 e 2009, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.349.209 (2009 - R\$1.349.209) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R\$204.423 (2009 - R\$204.423), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
- d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	2010		2009	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	21.453	3.848	43.209	3.144
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(21.453)	(3.844)	(43.209)	(3.098)
Resultado Líquido		4		46

Inexistem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possua essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

f) Outros Compromissos - O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.416.299, sendo R\$436.334 em até 1 ano, R\$901.145 entre 1 a 5 anos e R\$78.820 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.693 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa foram no valor de R\$455.326.

Os contratos de aluguel mensais serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, sem o pagamento de qualquer multa, ônus ou penalidade, mediante simples comunicação escrita ao locador com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo do pagamento do aluguel e encargos até então vencidos.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****a) Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física****Banco Santander (Brasil) S.A.**

CNPJ 90.400.888/0001-42

Data base: 31/12/2010

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. – CNPJ nº 06.164.067/0001-48 (*)	74.967.225.596	35,22	63.531.985.888	34,12	138.499.211.484	34,71
Sterrebeeck BV – CNPJ nº 09.473.556/0001-70 (*)	99.527.083.105	46,76	86.492.330.355	46,45	186.019.413.460	46,62
Santander Insurance Holding, S.L. CNPJ nº 10.697.131/0001-23 (**)	206.663.606	0,10	22	0,00	206.663.628	0,05
Outros (***)	38.140.759.447	17,92	36.178.068.886	19,43	74.318.828.333	18,62
Total	212.841.731.754	100	186.202.385.151	100	399.044.116.905	100

(*) Empresa com sede no exterior.

(**) Em agosto de 2010 foi arquivado na CVM e SEC, o Formulário F-1 a respeito da intenção de alienação de participação acionária detida pela acionista Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) sob a forma de American Depositary Receipt (ADR's), no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais, de sua propriedade, para compor 82.516.728 Units, as quais foram convertidas em ADR's (que representavam 2,17% de participação acionária no Banco Santander). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(***) Inclui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Funcionários.

Grupo Empresarial Santander, S.L.

CNPJ nº 06.164.067/0001-48

Data base: 31/12/2010

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	468.793.507	99,11	-	-	468.793.507	99,11
Santander Investment, S.A.	1787400	0,38	-	-	1787400	0,38
Santander Investment I, S.A.	2442373	0,52	-	-	2442373	0,52
Total	473.023.280	100	-	-	473.023.280	100

(*) Empresa com sede no exterior.

Sterrebeeck BV

CNPJ 09.473.556/0001-70

Data base: 31/12/2010

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	2.639.306	100	-	-	2.639.306	100
Total	2.639.306	100	-	-	2.639.306	100

(*) Empresa com sede no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Santander Insurance Holding S.L**

CNPJ 10.697.131/0001-23

Data base: 31/12/2010

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	38.973.100	99,99	-	-	38.973.100	99,99
Santander AM Holding, S.L.	2.000	0,00	-	-	2.000	0,00
Total	38.975.100	100	-	-	38.975.100	100

(*) Empresa com sede no exterior.

Banco Santander, S.A.

Data base: 31/12/2010

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON %	PN %	Total%
Chase Nominees Limited ^{(1) (3)}	8,12	-	8,12
State Street Bank & Trust Company ^{(2) (3)}	5,31	-	5,31
Outros ⁽⁴⁾	86,57	-	86,57
Total	100	-	100

(1) Empresa com sede no Reino Unido.

(2) Empresa com sede nos Estados Unidos.

(3) Sem participação na administração ou no controle do Banco Santander, S.A.

(4) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria que individualmente não detém mais de 1% ou mais de qualquer classe de ações.

O Banco Santander, S.A. é instituição financeira de capital aberto, com sede na Espanha, tendo suas ações negociadas em bolsas de valores. Seu capital encontra-se disperso, sendo que em 31 de dezembro de 2010 nenhum acionista possuía participações significativas. Ou seja, não há nenhum acionista detentor individualmente de mais de 3% do capital social do Banco Santander, S.A. Conforme mencionado no quadro acima, consta nos registros de participações acionárias do Banco Santander, S.A. as participações de Chase Nominees Limited, de 8,118% e de State Street Bank & Trust Company, de 5,309%. Tais participações, entretanto, não são detidas individualmente por uma única pessoa, e sim, a participação total dos clientes representados por cada uma destas instituições.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**b) Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2010						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	174.700.972.307	82,08	150.024.316.265	80,57	324.725.288.572	81,38
Administradores						
- Conselho de Administração	1.521.359	0,00	1.383.038	0,00	2.904.397	0,00
- Diretoria	9.218.194	0,00	8.373.667	0,00	17.591.861	0,00
Conselho Fiscal	-		-		-	-
Ações em Tesouraria	-		-		-	-
Outros Acionistas	38.130.019.894	17,91	36.168.312.181	19,42	74.298.332.075	18,62
Total	212.841.731.754	100	186.202.385.151	100	399.044.116.905	100
Ações em Circulação	38.130.019.894	17,91	36.168.312.181	19,42	74.298.332.075	18,62

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2009 (12 meses atrás)						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	179.246.632.022	84,22	154.159.678.130	82,79	333.406.310.152	83,55
Administradores						
- Conselho de Administração	1.521.358	0,00	1.383.038	0,00	2.904.396	0,00
- Diretoria	10.422.366	0,00	8.829.209	0,00	19.251.575	0,00
Conselho Fiscal	-		-		-	-
Outros Acionistas	33.583.156.008	15,78	32.032.494.774	17,20	65.615.650.782	16,44
Total	212.841.731.754	100	186.202.385.151	100	399.044.116.905	100
Ações em Circulação	33.583.156.008	15,78	32.032.494.774	17,20	65.615.650.782	16,44

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

c) Cláusula Compromissória de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 120424/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 120424/O-8

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de

Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do conglomerado, em 23 de março de 2007, após a aprovação, pela Comissão de Valores Mobiliários, de sua transformação em companhia aberta. O Comitê de Auditoria do Santander atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, para as sociedades seguradoras e de capitalização. Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Administração, das auditorias, interna e independente, e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos na RCA de 23 de março de 2010. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, leituras e outros procedimentos necessários entre reuniões. Reuniu-se, formalmente, em setenta e cinco ocasiões durante o ano de 2010. No segundo semestre e em janeiro de 2011, foram quarenta e cinco reuniões para a condução dos seus trabalhos.

Adicionalmente, para cumprir com as atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria, a Coordenadora dedica tempo integral a essa função, além de participar como ouvinte do Comitê Executivo de Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos – Asset Management, do Comitê Executivo de Produtos e do Comitê de Ouvidoria. O Comitê de Auditoria também acompanha os apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências tomadas. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a Diretoria Executiva e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se os seguintes: (i) sobre o processo de Integração Tecnológica em curso; (ii) com o Vice Presidente de Varejo para conhecimento da estratégia do Varejo e do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios, incluindo reunião com especialista externo; (iv) com o Jurídico de Negócios sobre assuntos societários e regulatórios e sobre transações com partes relacionadas; (v) com Finanças sobre o estágio do processo de implantação da Basiléia e testes intermediários efetuados; (vi) com o Vice Presidente do Atacado sobre a estratégia de negócios e projetos em curso (vii) com o Vice Presidente de Risco Crédito e Mercado, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento; e (viii) com a KPMG Corporate Finance para discussão dos laudos de avaliação que suportam os testes de impairment.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

Para verificação da conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais, o Comitê de Auditoria manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais, principal instância responsável pela implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura, e outras áreas envolvidas no processo. O Comitê de Auditoria acompanhou, ainda, as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais.

Auditoria Interna

No que se refere aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, três vezes e, em diversas outras ocasiões, por intermédio da sua Coordenadora e mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos executados em 2010, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias efetuadas nas áreas consideradas como “insuficientes” ou que “necessitam melhorar”.

Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09, sem prejuízo de outros documentos requeridos, como os das revisões limitadas trimestrais. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, em doze ocasiões. Nessas reuniões tiveram destaque as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do terceiro trimestre e do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2010; práticas contábeis, as deficiências e os comentários relatados no relatório sobre controles internos e a realização de uma agenda de reuniões temáticas sobre assuntos de maior relevância.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedades seguradoras e de capitalização

que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, acompanhou os fechamentos do terceiro trimestre e do semestre, previamente às divulgações, e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras. Na qualidade de companhia registrada na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse), o Comitê de Auditoria também analisou as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS).

Ouvidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no segundo semestre de 2010, serão apreciados pelo Comitê de Auditoria em reunião agendada para fevereiro de 2011.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, em decorrência dos trabalhos e avaliações realizado, vadoem conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander e, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 2 de fevereiro de 2011

Celso Clemente Giacometti

Maria Elena Cardoso Figueira – Coordenadora

Paulo Roberto Simões da Cunha – Especialista Financeiro

Sérgio Darcy da Silva Alves

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM QUE discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Membros da Diretoria Executiva da Companhia

Fabio Colletti Barbosa	José de Menezes Berenguer Neto
José de Paiva Ferreira	Angel Oscar Agallano
Carlos Alberto López Galán	Fernando Byington Egydio Martins
Gustavo José Costa Roxo da Fonseca	Lilian Maria Ferezim Guimarães
Oscar Rodríguez Herrero	Pedro Paulo Longuini
Arnaldo Penteado Laudisio	José Roberto Machado Filho
Luciane Ribeiro	Luís Felix Cardamone Neto
Marco Antonio Martins de Araújo Filho	Marcos Matioli de Souza Vieira
Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva	Pedro Carlos Araújo Coutinho
Wagner Augusto Ferrari	Alexandre Schwarstman
Amancio Acúrcio Gouveia	André Fernandes Berenguer
Antonio Pardo de Santayana Montes	Carlos Leibowicz
Cassius Schymura	Claudio Almeida Prado
Ede Ilson Viani	Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão	Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Summers Albuquerque	Jamil Habibe Hannouche
João Guilherme de Andrade Só Consiglio	Luis Alberto Citon
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Luiz Felipe Taunay Ferreira
Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho	Marcelo Malanga
Marcelo Zerbinatti	Marcio Aurélio de Nóbrega
Marco André Ferreira da Silva	Marcos Adriano Ferreira Zoni
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos	Mauro Siequeroli
Nilo Sérgio Silveira Carvalho	Ramón Sanchez Diez
Reginaldo Antonio Ribeiro	Roberto Correa Barbuti
Roberto de Oliveira Campos Neto	Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sérgio Gonçalves	Ulisses Gomes Guimarães
Wilson Luiz Matar	

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM QUE discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Membros da Diretoria Executiva da Companhia

Fabio Colletti Barbosa	José de Menezes Berenguer Neto
José de Paiva Ferreira	Angel Oscar Agallano
Carlos Alberto López Galán	Fernando Byington Egydio Martins
Gustavo José Costa Roxo da Fonseca	Lilian Maria Ferezim Guimarães
Oscar Rodríguez Herrero	Pedro Paulo Longuini
Arnaldo Penteado Laudisio	José Roberto Machado Filho
Luciane Ribeiro	Luís Felix Cardamone Neto
Marco Antonio Martins de Araújo Filho	Marcos Matioli de Souza Vieira
Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva	Pedro Carlos Araújo Coutinho
Wagner Augusto Ferrari	Alexandre Schwarstman
Amancio Acúrcio Gouveia	André Fernandes Berenguer
Antonio Pardo de Santayana Montes	Carlos Leibowicz
Cassius Schymura	Claudio Almeida Prado
Ede Ilson Viani	Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão	Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Summers Albuquerque	Jamil Habibe Hannouche
João Guilherme de Andrade Só Consiglio	Luis Alberto Citon
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Luiz Felipe Taunay Ferreira
Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho	Marcelo Malanga
Marcelo Zerbinatti	Marcio Aurélio de Nóbrega
Marco André Ferreira da Silva	Marcos Adriano Ferreira Zoni
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos	Mauro Siequeroli
Nilo Sérgio Silveira Carvalho	Ramón Sanchez Diez
Reginaldo Antonio Ribeiro	Roberto Correa Barbuti
Roberto de Oliveira Campos Neto	Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sérgio Gonçalves	Ulisses Gomes Guimarães
Wilson Luiz Matar	